



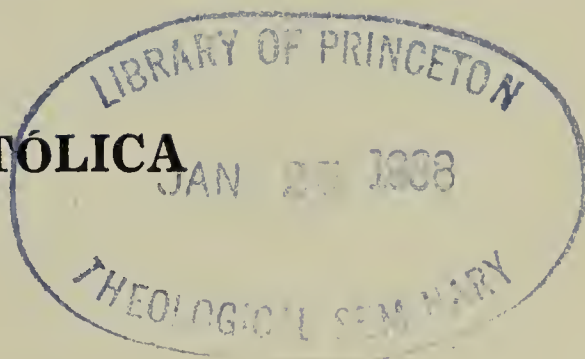
Digitized by the Internet Archive
in 2018 with funding from
Princeton Theological Seminary Library

<https://archive.org/details/veritas3341unse>

✓ VERITAS

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre — Brasil



SUMÁRIO

PROF. ^a SUELLY AVELINE — Orientação Profissional — A Engenharia	205
HNO. JOSÉ IGNACIO CALVO (MARISTA) — Corolarios del Descubrimiento de América	226
PROF. AMIR BORGES FORTES — O Poder Nacional sua Conceituação e seus Fundamentos	245
PE. CARLOS BORROMEU EBNER C.P.P.S. — Contribuição para a História da Fortaleza do Paru	258
IRMÃO M. ARNULFO — A Arte Velada de Machado de Assis	264
A. SIERRA S.J. — Emaús — La Obra Social de los Cantegriles	286
ASTROGILDO FERNANDES — “Aspectos da Personalidade do Duque de Caxias”	294
HNO. DARÍO AGOSTINO — Un gran educador de nuestros tiempos: AGOSTINO GEMELLI y su Universidad del “Sacro Cuore” de Milán	301
PROF. DANTE DE LAYTANO — Vocabulários Brasileiros	305
PROF. RUY CIRNE LIMA — Lacunas no Direito Positivo	328
BIBLIOGRAFIA	339
ÍNDICE GERAL	342

ANO III — Julho — Dezembro — N.º 3 e 4

1958

VERITAS

Publicação Periódica-Trimestral

EXPEDIENTE:

Diretor-responsável

Irmão José Otão

Secretário

Irmão Elvo Clemente

Comissão de Redação

Prof. Irmão Faustino João
Prof. Antônio César Alves
Prof. Francisco da Silva Juruena
Prof. Des. Celso Afonso Pereira
Prof. Manuel Santana
Professôra Lúcia Gavello Castillo

ADMINISTRAÇÃO

Pontifícia Universidade Católica do RGS — Praça Dom Sebastião, 2
PÔRTO ALEGRE (Brasil)

Preço anual	Cr\$ 200,00
Número avulso	Cr\$ 50,00
Exterior	\$2 dólares
Professôres e alunos da Univ. assinatura anual	Cr\$ 100,00

Formas de pagamento: Vale postal, valor declarado ou cheque pagável em Pôrto Alegre.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL — A ENGENHARIA

Prof.^a Suelly Aveline

Do Instituto de Psicologia da P.U.C. R.G.S.

1. HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO

A 1.º de maio na praia, junto à enseada de Pôrto Seguro onde desembarcaram os portugueses, foi levantada uma cruz de madeira com as armas de Portugal. Nos galeões das descobertas, além dos oficiais e tripulações, iam escrivães para relatarem o que de novo viam, e nessa época, em que havia ainda tantos livros manuscritos e iluminados, era grande o conhecimento do desenho, e assim, muitos dos que a bordo viam novas terras e novas gentes, não deixariam de delinear aspectos da flora, dos costumes, das edificações exóticas, com que iam deparando.

À volta essas curiosas indicações bastariam para entusiasmar os artistas encarregados das notáveis construções do reinado de D. Manuel, os quais incluíam muitos desses motivos, e os marítimos, na ornamentação dos monumentais edifícios, ou em obras de arte, assim caracterizando ainda mais um estilo especial que ficou conhecido por “Manuelino”, o estilo português por excelência.

Descoberta a nossa Terra e reduzida à colônia de Portugal, o governo do País que se apoderara de tão vasto e heterogêneo território, não cogitou durante dois séculos da instrução e da educação do povo.

Em 11 de janeiro de 1699, criou-se por carta régia, na cidade da Baía uma *escola de arquitetura militar*.

A instrução pública superior começou a ser ministrada no Brasil, em 1808.

Com a criação em 1810, da Academia Real Militar, pelo ministro da Guerra D. Rodrigo de Souza Coutinho, temos a *origem da atual Escola Politécnica*.

Em 1811 abriu-se a Academia Militar, começando, porém, a funcionar com regularidade em 1812, no edifício mais tarde cedido à Escola Politécnica, passando a constituir um curso de armas à parte, sob a denominação de Escola Militar.

Por esta ocasião, o instituto civil denominava-se Escola Central,

e somente em 1874 se fixou para êle a denominação de Escola Politécnica, tendo os seus estatutos vigorado até janeiro de 1896, época em que, substituídos por outros, compreendiam 5 cursos essenciais e característicos com as seguintes especialidades profissionais:

- 1.º engenharia civil
- 2.º engenharia de minas
- 3.º engenharia industrial
- 4.º engenharia mecânica
- 5.º engenharia agrônômica.

Êsses estudos, quer do curso geral, quer dos especiais, achavam-se distribuídos por três anos.

Durante todo o período imperial, no ensino superior, prevaleceu o espírito profissional e utilitário.

A primeira universidade brasileira, a do Rio de Janeiro, só veio a seguir em 1920 com o decreto n.º 14343, de 7 de setembro do ano citado, e a assim mesmo foi constituída pelo simples agrupamento das escolas superiores existentes. A Revolução de 1930 pareceu nos conceder essa oportunidade. O Ministro Francisco Campos, enfrentando a Universidade do papel, o conglomerado de Faculdades e Escolas, procurou através de novos estabelecimentos — Filosofia, Educação, Ciências e Letras — fazer brotar, pela Universidade, as novas gerações, as novas elites dirigentes.

O grande esfôrço do govêrno para desenvolver o ensino superior a partir de 1930, é traduzido pelo progresso da matrícula e aumento do número de unidades escolares, variedade e multiplicidade dos cursos oferecidos.

No que se refere à capacidade de matrícula, relativo progresso poderá ser apreciado. Em 1932, tínhamos 21.526 alunos matriculados, ao passo que em 1950 êsse número subia para 36.777. Em 1930, tínhamos apenas uma Universidade, já em 1949 podíamos apresentra 11 delas.

ESCOLA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO RO GRANDE DO SUL

A Escola de Engenharia foi fundada em 10 de agosto de 1896 e inaugurada em janeiro do ano seguinte, sendo reconhecida pelo decreto legislativo federal n.º 727, de 8 de dezembro de 1900.

Foram seus fundadores os seguintes engenheiros militares:

João Simplício Alves de Carvalho,
João Vespúcio de Abreu e Silva,
Juvenal Otaviano Müller,

Lino Carneiro da Fontoura,
Gregório de Paiva Meira,

professôres da antiga Escola Militar de Pôrto Alegre, que convidaram o engenheiro Alvaro Nunes Pereira para chefiar esta nova instituição, que seria uma escola de agrimensura como primeiro passo para uma escola de engenharia, assim como o Sr. José Marques de Guimarães, também engenheiro militar e o Sr. Dr. Alfredo Leal, diretor da Escola de Farmácia, para professôres.

Em segunda reunião, realizada em outubro do mesmo ano, foram estudados os Estatutos, elaborados pelo professor João Símplicio Alves de Carvalho.

No dia 1.º de janeiro de 1897 foi a Escola solenemente inaugurada pelo então Intendente Municipal, Major Querubim Febeliano da Costa, em salas do Ateneu Rio-grandense, cedidas pelo Govêrno do Estado. Logo depois de criada, percebeu a Escola de Engenharia a importância dos problemas relativos à Agricultura, cogitou do ensino agrônômico, criando um curso cujo programa constava já de seus Estatutos de 1898. Com o fim de formar um viveiro para seus cursos superiores, inaugurou a Escola de Engenharia, em 23 de março do ano de 1900, um Curso Ginásial, cujo programa tinha caráter especial, de acôrdo com o fim visado.

A *Escola de Engenharia* foi oficialmente reconhecida em 8 de dezembro de 1900, pelo seguinte decreto:

Decreto n.º 277 de 8 de dezembro de 1900.

Reconhece como de caráter oficial os diplomas conferidos pela Escola Politécnica de São Paulo e Escola de Engenharia de Pôrto Alegre.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

“Faço saber que o Conselho Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º — São reconhecidos como de caráter oficial em todo o território da União, para todos os efeitos legais, os diplomas conferidos pela Escola Politécnica de São Paulo e Escola de Engenharia de Pôrto Alegre.

§ único — Nos estabelecimentos federais de Ensino Superior são válidos exames prestados nas mesmas escolas.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Capital Federal, 8 de dezembro de 1900.

(ass.) M. Ferraz de Campos Salles

Epitácio Pessoa

Em várias datas, sempre preocupada com o problema técnico e econômico do País, criou a Escola de Engenharia, e fêz funcionar as seguintes secções:

Ensino de Agronomia e Veterinária, com a denominação de Instituto Borges de Medeiros (Curso Superior).

Serviço de Experimentação Agronômica, com a denominação de Instituto Experimental de Agricultura.

Ensino e Serviço de Zootecnia, com a denominação de Instituto de Zootecnia (Curso Médio).

Ensino Agrícola Profissional, com a denominação de Instituto Pinheiro Machado (Curso Primário e para Operários Rurais).

Ensino Técnico Profissional Urbano com a denominação de Instituto Parobé (Curso Médio para Mestres e Contra-Mestres).

Ensino Primário Profissional Feminino com a denominação de Instituto de Educação Doméstica (Curso Médio).

Serviço de Astronomia e Meteorologia, com a denominação de Instituto Coussirat de Araújo.

Por lei federal n.º 20272, de 3 de agosto de 1931, o nome da Escola de Engenharia, dada a sua contextura universitária, foi mudado para o de Universidade Técnica.

Em 28 de novembro de 1934, por Decreto n.º 5758, foi criada a Universidade de Pôrto Alegre, de que com outros cursos superiores da Capital, e com a denominação de Escola de Engenharia, iriam fazer parte os cursos superiores, genuinamente desta especialidade, existentes na Universidade Técnica do Rio Grande do Sul.

A Escola de Engenharia deveria ser, pois, incorporada à referida Universidade, com os cursos superiores de Engenheiros Civis, Engenheiros Mecânicos e Eletrecistas e de Químicos Industriais, além de outros.

Esta incorporação foi tornada efetiva, com a instalação da Universidade de Pôrto Alegre, em 30 de março de 1936, de acôrdo com o decreto n.º 6193.

No intuito de proporcionar à mocidade estudiosa o ensino de outros ramos de engenharia, o Govêrno do Estado, por decreto-lei n.º 878, de 27 de agosto de 1945, criou na Escola de Engenharia os cursos de Engenheiro de Minas e de Engenheiro Arquiteto, cujo funcionamento foi autorizado pelo decreto federal n.º 21221, de 30 de maio de 1946.

Em 25 de julho de 1946, o Sr. Interventor Federal assinou o decreto n.º 2207, dispondo sôbre a organização didática da Escola de Engenharia. Por fôrça do art. n.º 36 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado (8 de julho de 1947), o nome da Universidade de Pôrto Alegre foi alterado para o de Universidade do Rio Grande do Sul, passando a Escola de Engenharia, a contar daquela data, a denominação de Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul.

Por força da Lei n.º 1254, de 4 de dezembro de 1950, foi federalizada a Universidade do Rio Grande do Sul, passando, nesta data, para o Governo da União.

Na mesma data, passou o Curso de Engenheiros Arquitetos da Escola a constituir a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, desligou-se, portanto, da Escola de Engenharia. A Escola de Engenharia, ficou com os seguintes cursos:

Engenheiros Civis;
Engenheiros Mecânicos e Eletrecistas;
Engenheiros de Minas e Químicos Industriais.

A 9 de setembro de 1955 é aprovado pelo Conselho Universitário, o regimento da Escola. A parte referente à verificação do aproveitamento e promoção teve força de lei a partir do ano letivo de 1956.

De acordo com o referido Regimento, passou a Escola de Engenharia a ser constituída didaticamente, pelos cursos de:

Engenheiros Civis;
Engenheiros Mecânicos;
Engenheiros Eletrecistas;
Engenheiros de Minas;
Engenheiros Metalúrgicos e
Engenheiros Químicos;

todos de 5 anos, sendo ainda possível a realização de 6 anos, a seguir discriminados:

Cursos de Engenheiros Civis e Eletrecistas;
Curso de Engenheiros Civis e de Minas;
Curso de Engenheiros Mecânicos e de Eletrecistas;
Curso de Engenheiros Metalúrgicos e de Minas e
Curso de Engenheiros Metalúrgicos.

Conforme se observa, desapareceu no currículo da Escola de Engenharia o Curso de Químico Industrial, que foi substituído pelo Curso de Engenheiros Químicos, o que constitui a efetivação da antiga aspiração dos professores do Instituto de Química da Escola, sendo ainda, desdobrado o Curso de Engenheiros Mecânicos e de Eletrecistas e criado o de Engenheiros Metalúrgicos. Essa transformação substancial, operada no ensino da Escola, representa a adaptação dos seus currículos às crescentes exigências do meio e atende às necessidades decorrentes do prodigioso desenvolvimento verificado na técnica em todos os ramos.

2. IMPORTÂNCIA DA ENGENHARIA

A primeira guerra mundial nos impôs uma nova era. Desde o nosso descobrimento, temos sido um país de fisionomia colonial, exclusivamente votado à produção agrícola ou extrativa. Manifestou-se em tôdas as Províncias como nos Estados Federados, a tendência à monocultura, segundo atestam os diversos ciclos econômicos: o da cana de açúcar e do algodão, no Nordeste; do cacau, na Baía; do café, em São Paulo; da erva-mate e madeira, no Paraná e em Santa Catarina; da pecuária no Rio Grande do Sul.

Depois da primeira guerra o país, essencialmente, agrícola foi compelido a utilizar as técnicas da produção industrial, embora em escala rudimentar e sem os rigores exigidos pela produção em larga escala. A crise econômica de 1929 obrigou, ainda mais, o país de estrutura colonial a buscar novos meios para restabelecer o equilíbrio econômico perdido.

VOLTA REDONDA, nosso primeiro empreendimento — chave para a industrialização, planejado às vésperas da segunda guerra mundial e construído durante os anos de hecatombe européia, representa a realização do sonho quimérico dos que almejavam a participação direta do Brasil na produção e consumo do aço.

Tivemos assim um novo e extraordinário surto de progresso industrial, transformando os contornos da nossa economia social.

Sem dúvida, podemos dizer que este é o maior impacto sofrido pelo organismo sócio-econômico de nosso país, em toda a sua história.

A escola de uma profissão constitui passo de magna importância na vida do adolescente, tendo profunda repercussão, pelo acerto ou desacerto da escolha, nas suas relações sociais, e, portanto, na vida da coletividade que, por isso, tem naquele ato maior interesse.

Escolher uma profissão e preparar-se para ela são fatos de maior importância para o aperfeiçoamento humano e da sociedade.

De 8 a 11 de outubro de 1953 realizou-se, em Roma, o 1.º Congresso Internacional de Engenheiros promovido pela Federação Internacional das Associações de Engenheiros (F.I.A.N.I.). O tema desta grande reunião profissional é dos mais sugestivos: “O preparo do engenheiro para o seu papel na sociedade.”

Os relatórios e discussões versaram sobre:

- a) O preparo do engenheiro para o seu papel na escala da profissão;
- b) O preparo do engenheiro para o seu papel na economia;
- c) O preparo do engenheiro para o seu papel na administração pública;
- d) O preparo do engenheiro para o seu papel na estrutura social da nação;
- e) O preparo do engenheiro para o seu papel no conjunto das profissões;
- f) O preparo do engenheiro para o seu papel na vida internacional.

3. NÚMERO DE ENGENHEIROS OCUPADOS

NA PROFISSÃO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1955

Modalidades do Ensino	N.º de alunos que concluíram o curso.	
	(Mascullinos)	(Femininos)
Arquitetos	195	26
Civis	920	13
De minas	19	—
De petróleo	—	—
Eletrecistas	88	—
Geógrafos	—	—
Industriais	28	—
Mecânicos	37	—
Mecânicos-eletrecistas	71	—
Metalúrgicos	8	1
Químicos	65	9
Urbanistas	13	3

DIPLOMADOS REGISTRADOS: 1255

Estado do Rio Grande do Sul: 116

Segundo a idade do diplomado na época da colação de grau:

Até 20 anos.....	7
21 a 25 anos.....	694
26 a 30 anos.....	417
31 a 35 anos.....	100
36 a 40 anos.....	21
41 a 45 anos.....	2
46 a 50 anos.....	-
Mais de 50 anos.....	2
Sem declaração.....	12

SEGUNDO O ANO EM QUE FOI CONFERIDO O DIPLOMA:

Até 1919	7	De 1940 a 1949	30
De 1920 a 1929	7	De 1950 a 1954	1199
De 1930 a 1939	7	Sem declaração:	11

4. NECESSIDADE DE ENGENHEIROS.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) através do órgão de divulgação — REVISTA “IDORT” — proclama a urgente necessidade de engenheiros para a solução de graves problemas de engenharia do Brasil.

Na Pontifícia Universidade Católica de Pôrto Alegre, o Gen. Macedo Soares, falando sôbre a siderúrgica brasileira, disse que é

“IMPRESINDÍVEL A URGENTE FORMAÇÃO DO ELEMENTO HUMANO ESPECIALIZADO” para corresponder às exigências da moderna indústria, baseada no avanço da Ciência.

MERCADO DE TRABALHO.

Escritório de Engenharia
 Companhias Nacionais e Estrangeiras
 Organizações Particulares
 Empregos municipais, estaduais e federais.
 Magistério de nível superior e médio.
 Escolas Normais.

5. DEVERES DO ENGENHEIRO ATUAL

Código de Ética Profissional *)

CDU 174.7

(Aprovado na V Convenção da União Sulamerica de Associações de Engenharia)

Como elemento do conjunto social, como cidadão de uma nação sulamericana, como integrante da União Sulamericana de Associações de Engenheiros e membro de associações profissionais, incumbe ao engenheiro sulamericano:

1.º — Parte geral

1. Não praticar, direta ou indiretamente ato algum de natureza pública ou privada, capaz de comprometer sua honra ou sua dignidade.

2. Interessar-se pelo fiel cumprimento dos preceitos constitucionais que regem a vida das instituições e a conduta dos habitantes de

*) Extraído da Revista RODOVIA, n.º 176, de outubro de 1954.

seu país.

3. Colaborar para o progresso das associações técnicas e que esteja filiado e na obra de bem comum que tais associações realizam aceitando e desempenhando com esmero as funções ou missões de que seja encarregado, bem como respitando e cumprindo os respectivos estatutos sociais.

2.º — Na sociedade

4. Interessar-se pelo bem estar público e, com tal finalidade, encontrar-se sempre disposto a contribuir com seus conhecimentos especiais, sua capacidade e experiência, para melhor servir à Humanidade.

5. Esforçar-se por auxiliar a coletividade na compreensão correta dos aspectos técnicos dos assuntos públicos, combatendo ou contrariando as opiniões errôneas, exageradas, desleais ou de má fé, que puderem conduzir à execução de obras cujos resultados sejam in-se manifestam sobre tais pontos, especialmente se as ditas opiniões convenientes para seu país.

6. Procurar que as emprêsas de caráter público nas quais intervenha como engenheiro, sejam dirigidas com a maior competência e honorabilidade, de maneira a que propiciem o desenvolvimento e a prosperidade locais.

7. Trazer, na medida das possibilidades, seu esforço e seus conhecimentos para evitar ou reduzir os males causados a seus semelhantes, especialmente em casos de força maior ou de calamidade pública ocasionados por algum agente natural, como: inundações, movimentos sísmicos, incêndios e análogos, nos quais o engenheiro possa prestar auxílio.

3.º — Em sua profissão

8. Considerar sempre a profissão como seu mais alto título de honra, sem manchá-la nem permitir que a maculem.

9. Qualquer que seja a posição que ocupe, ter sempre presente a noção precisa das responsabilidades inerentes a essa posição, perante a Pátria, a profissão perante si mesmo, assumindo tais responsabilidades.

10. Cooperar para a elevação profissional, contribuindo com seu concurso intelectual e material para as obras de cultura, ilustração técnica, ciências aplicadas e investigações científicas.

11. Não subscrever, expedir, nem contribuir para que se expçam títulos, diplomas, licenças ou atestados de idoneidade profissional, senão às pessoas que preencham os requisitos indispensáveis para exercer a profissão, de conformidade com os princípios verdadeiros da técnica da engenharia e as leis e regulamentos vigentes.

12. Como membro de uma organização profissional, evitar cuidadosamente até mesmo a suspeita de utilizar sua posição em benefício próprio.

13. Não vincular seu nome ou atividades a emprêsas de finalidade duvidosa.

14. Não aceitar tarefas que não se ajustem às disposições vigentes ou que possam prestar-se à malícia ou dolo.

15. Não autorizar planos, especificações, memoriais, que não haja executado, estudado ou controlado.

16. Não pleitear, mediante influências, promoções imerecidas.

17. Realizar de maneira digna a propaganda que efetue de sua emprêsa ou atividades profissionais, evitando tôda manifestação que possa conduzir a apreciações enganosas.

18. Colaborar, no sentido do que estabelecem os Estatutos da USAI, para:

a) Propiciar a organização periódica de Congressos Americanos de Engenharia e a celebração de Convenções tendentes a assegurar o prestígio do engenheiro dentro da sociedade americana;

b) Obter uma equitativa regulamentação profissional;

c) Contribuir para a elevação do engenheiro, por meio de uma ação externa e de propaganda que valorize sua atividade;

d) Contribuir para desenvolver a vinculação entre as entidades profissionais nos países americanos.

4.º — Com seus colegas

19. Cooperar para a elevação de sua profissão, trocando com seus colegas informações, estudos e dados experimentais.

20. Não prejudicar de maneira falsa ou maliciosa, direta ou indiretamente, a reputação profissional, os projetos ou os negócios de outro engenheiro.

21. Não cometer, nem permitir que se cometam ou contribuir para cometer, injustiças contra os demais engenheiros, tais como: destituí-los ou suplantá-los em seu ofício sem justa causa ou visando apenas conveniências pessoais ou políticas.

22. Ter sempre presente que o título profissional outorga igual hierarquia a todos os colegas, que devem guardar entre si a necessária consideração.

23. Não desprestigiar nem deprimir a outro engenheiro quando o tiver como subalterno, tratando-o, ao contrário, com o respeito que merece o profissional.

24. Não criticar com objetivos tortuosos, nem de maneira desleal, a atuação ou as ordens de outro engenheiro que tenha as atribuições de superior.

25. Não nomear ou fazer cargos rigorosamente técnicos pessoas

que não tenham a habilitação profissional correspondente aos mesmos.

26. Não empregar métodos ilícitos para conseguir vantagens profissionais, não comerciar ilícitamente com sua profissão, não prejudicar as possibilidades de outro engenheiro, com o fim de obter ou manter um emprego, não utilizar as confidências de outros engenheiros para especulação de ordem comercial.

27. Não infamar por palavras ou atos a colegas, nem difamar a reputação profissional dos mesmos.

28. Não realizar nenhum ato que possa direta ou indiretamente prejudicar legítimos interesses de seus colegas, como seja:

a) substituir a um colega em uma obra inicial, sem seu conhecimento prévio;

b) solicitar ou pleitear postos desempenhados por outros colegas;

c) procurar suplantar outro colega depois de ter êste dado providências para seu emprego;

d) tentar obter ocupação na base de menores salários ou honorários, ou pelo desmerecimento da capacidade alheia;

e) aproveitar idéias ou planos que não lhe pertençam, sem consentimento do autor;

f) rever ou corrigir a obra de outro engenheiro ocupado conjuntamente com êle pelo mesmo cliente, salvo com consentimento do colega ou sempre que as funções dêste último hajam terminado;

g) tentar intervir num projeto em detrimento de outros engenheiros que já tenham atuado ativamente em sua elaboração;

h) interpor-se entre outros engenheiros e seus clientes sem ser solicitada sua intervenção e, neste último caso, evitar, na medida do possível, que se cometa uma injustiça com aquêles;

i) atuar como consultor sem o conhecimento do engenheiro encarregado diretamente na obra, devendo, por outro lado, sua informação e conselho referirem-se unicamente às matérias especiais que constituírem objeto da consulta.

29. Conforme o que estabelecem os estatutos da USAI, fomentar a vinculação pessoal e o intercâmbio técnico, profissional, comercial e social entre os engenheiros dos países americanos.

5.º — Perante seus clientes, seus empregadores ou chefes

30. Exercer o trabalho profissional com lealdade, dedicação e honestidade para com seus clientes e empregadores ou chefes, com espírito de justiça e equidade para com os contratantes ou empreiteiros.

31. Não solicitar ou aceitar postos para os quais não tenha capacidade de desempenhar satisfatoriamente, nem exercer cargos ou executar trabalhos de maneira negligente ou inadequada.

32. Considerar como confidencial toda informação técnica, financeira ou de outra índole, que obtenha sobre os interesses de seu cliente ou empregador.

33. Informar a seus clientes, empregadores ou chefes, sôbre qualquer relação comercial, de interêsses ou de ordem moral, que possa afetar seu julgamento ou reduzir as condições de desinterêsse de seus serviços.

34. Receber sômente de uma única fonte honorários ou compensações por seus serviços prestados, salvo se a tal respeito existir o consentimento de tôdas as partes interessadas.

35. Não aceitar comissões, descontos, bonificações, empregos, promessas de emprêgo, nem qualquer outra consideração interessada, de contratantes, fornecedores de materiais ou pessoas relacionadas com um trabalho a que se encontre ligado.

36. Não ter vinculação comercial alguma nem relações de interêsses, diretas ou indiretas, com clientes de seu empregador ou com fornecedores ou contratantes de uma obra sob sua direção, salvo quando aquêle ou seu cliente conhecem tal situação e a aprovem.

37 Não exercer funções concorrentes com as de seu empregador, sem consentimento prévio do mesmo.

38. Não se prestar a ações que lesem direitos de terceiros e, nas relações entre clientes e contratantes, ajustar sua conduta à tarefa de juiz imparcial e intérprete das obrigações contraídas entre as partes.

5.º — Perante seus empregados

39. Tratar com retidão e cortesia seus empregados, considerando em especial seu bem estar pessoal e progresso funcional.

40. Fixar salários adequados à importância e responsabilidade do serviço prestado.

41. Facilitar a ação de seus empregados, estimulando sua atividade funcional e não pondo obstáculos aos seus desejos de melhorar de posição.

42. Não despedir os empregados nem os observar de maneira alguma pelo fato de estarem filiados ou desenvolverem atividades em associações profissionais, ou religiosas.

6. QUALIFICAÇÕES

Um engenheiro deve possuir uma cultura geral bastante significativa, conhecer tôdas as variedades da profissão e profundamente a de sua especialidade.

FICHAS PROFISSIOGRÁFICAS

Engenheiro arquiteto — Trabalho essencialmente psíquico ou psico-físico, especial, percepto-reacional, plástico-construtivo.

Requer uma difícil síntese de aptidões científico-estético-práticas. Por uma parte, o arquiteto tem de possuir uma boa inteligência abstrata, para o domínio da parte matemática de seu trabalho; porém, por outra, requer boa inteligência espacial ou mecânica, com excelente imaginação visual e apreciação de formas, para a resolução de problemas práticos de distribuição e circulação de ambientes. Há de ter bom gosto de habilidade para o desenho, pintura e escultura; tem de saber penetrar nas necessidades do plano construtivo e adaptá-lo a elas.

Deve possuir, finalmente, uma certa capacidade dialética a fim de conseguir que os proprietários ou organismos técnicos aos quais serve não o obriguem a realizar transformações, já que toda a sua obra é logo dificilmente modificável.

APTIDÕES PSÍQUICAS CORRESPONDENTES

Excelente percepção e imaginação estereométrica (viso-espacial); boa inteligência espacial e abstrata; boa apreciação estético-plástica (decorativa); habilidade para o desenho; capacidade organizadora e hierarquizadora de dados (equilíbrio entre os processos de síntese e de análise mental). Normal capacidade de linguagem.

APTIDÕES FÍSICAS

Bom sentido de orientação e de equilíbrio; boa precisão de movimentos micro-manuais. Boa ortoforia.

Engenheiro agrônomo — Boa inteligência espacial e abstrata, habilidade técnico-construtiva, imaginação visual, excelente avaliação de distâncias, discreta habilidade para o desenho linear e o cálculo geodésico. Temperamento levemente esquizóide para resistir ao isolamento urbano.

APTIDÕES FÍSICAS

Bom sistema circulatório e respiratório, boa força muscular e excelente homeostasis.

Engenheiro industrial — Trabalho predominantemente psíquico, especial abstrato, de todas as dimensões, predominantemente perceptivo, variável.

Requer alto nível de inteligência abstrata e espacial; excelente imaginação visual; habilidade para o desenho linear e cálculo; tipo de personalidade preferentemente pragmático, com sociabilidade média; excelente memória de dados físicos e de capacidade de hierarquização e organização integradora dos mesmos em processos fabris.

Engenheiro de minas — Trabalho predominantemente psíquico, espacial-abstrato, de grandes dimensões, equilibradamente percepto-reacional, variável.

Requer: alto nível de inteligência espacial e abstrata; excelente imaginação visual; habilidade para o desenho e cálculo; bom sentido da orientação; bom equilíbrio; boa valorização do tempo; resistências a diferenças de pressão atmosférica e a gases irritantes; boa capacidade de discriminação de tons cromáticos débeis; excelente memória de lugares; normal apreciação de relevo.

Engenheiro naval — Trabalho predominantemente psíquico, espacial abstrato, de grandes e medianas dimensões, predominantemente perceptivo e variável.

Requer: elevado índice de inteligência espacial e abstrata; boa aptidão para o cálculo matemático; excelente memória e imaginação espacial; aptidão para o desenho e o cálculo matemático; capacidade de organização plástica.

Mecânico — (ótico) Trabalho psico-físico, espacial, de medianas e pequenas dimensões, determinado, percepto-reacional.

Requer: visão com agudeza normal e excelente percepção de pequenas irregularidades de curvatura e superfície em elementos cristalinos; boa apreciação de tamanhos e distâncias curvas; normal apreciação de relevos; grande controle de micronevrias ante-braquiais; boa sensibilidade tátil e barestésica; temperamento anemocional ou com excelente controle dos movimentos reflexos.

NORMAL PERCEPÇÃO E INTELIGÊNCIA ESPACIAL.

Mecânico (Ajustador) — Trabalho psico-físico, espacial, de pequenas e medianas dimensões, variável, percepto-reacional.

Requer ortoforia normal; boa sensibilidade articular e quines-tésica; boa memória visual e motriz de formas, relevos e volumes (calibres); boa percepção de formas, tamanhos e distâncias; boa imaginação visual e inteligência espacial; normal barestesia e termoestesia; boa força de prensão manual e de rotação ante-braquial.

Mecânico (Torneiro) — Trabalho psico-físico, espacial, de pequenas dimensões, determinado, percepto-reacional.

Requer: excelente percepção de calibres e relevos, graus de polidez e brilhantez de superfícies lisas e laminadas; grande precisão de coordenação bimanual e dissociação quinética nos planos horizontal e sagital; persistência de atenção visual em microcampos; boa inibição de movimentos reflexos; normal memória, imaginação e inteligência espacial; normal apreciação de volumes; boa força anti-braquial; ausência ou correção de pequenos defeitos visuais e de hiperhidresis manual.

Químico (Industrial) — Trabalho predominantemente psíquico,

abstrato-espacial, variável, percepto,racional.

Requer boa sensibilidade visual, auditiva, gustativa, olfativa e tátil (térmica e bária); atenção capaz de concentração e simultânea vigilância marginal (“plasticidade”); excelente memória visual de formas e de tons cromáticos; boa avaliação de intervalos temporais; precisão de micronésias; ausências de alergias e bom contróle emocional; boa inteligência espacial e abstrata; regularidade no ritmo de trabalho; resistência às causas de distração, capacidade de improvisação em situações de emergência; curiosidade pelo conhecimento da estrutura (substância) da realidade fenomênica — visão pragmática do mundo.

Eletrecista — Trabalho psico-físico, variável, percepto -reacional, espacial. Pode diferenciar-se nas seguintes modalidades:

- a) Instalador de linhas
- b- Montador
- c- Reparador mecânico.

7. PREPARAÇÃO

Os candidatos a ingresso nos cursos superiores devem inscrever-se no concurso vestibular respectivo, apresentando requerimento de inscrição, selado na forma da lei, no qual haja expressa menção das datas e de todos estabelecimentos de ensino cursados, instruído pelos seguintes documentos:

- a) conclusão de Curso Secundário pelo Código de Ensino de 1901;
- b) conclusão de Curso Secundário, seriado ou não, pelo regime do decreto n.º 11530, de 18/3/1915, prestados os exames perante bancas examinadoras oficiais do Colégio Pedro II ou em estabelecimento equiparados;
- d) conclusão de Curso Secundário pelo regime dos exames pre-16782-A, de 13/1/1925, ou de acôrdo com a seriação do mesmo Decreto, até o ano letivo de 1934, inclusive a 2.^a época realizada em março de 1935;
- d) conclusão de Curso Secudário pelo regime dos exames preparatórios parcelados, segundo os decretos n.º 19890, de abril de 1931, 22106 e 22167 de novembro de 1932 e a Lei n.º 21, de janeiro de 1935;
- e) conclusão do Curso Secundário de acôrdo com o art. 100 do Decreto n.º 21241, de 4/4/1932, desde que a 5.^a série se tenha completado até a época legal de 1936, ou seja, até fevereiro de 1937;
- f) conclusão de Curso Secundário de acôrdo com o Decreto-lei n.º 4244, de 9/4/1942;
- g) conclusão de qualquer das modalidades do curso complementar, nos termos do Derceto-lei 21241, de 4/4/1932; ou nos termos do parágrafo primeiro do art. 47 do mesmo Decreto combinado com o art. 2.º da Lei 9-A de dezembro de 1934, ou nos termos do parágrafo

único do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 6247, de 5/2/1944;

h) conclusão de Curso Clássico ou Científico; a exigência de prova de conclusão do curso secundário pode ser suprida por uma das seguintes maneiras:

1) pelo diploma de conclusão de um dos cursos comerciais técnicos registrados na Diretoria do Ensino Comercial, para a inscrição no concurso de habilitação para matrícula inicial em qualquer curso superior, de acôrdo com a Lei n.º 1076, de 31/3/1950;

11) pelos diplomas ,abaixo relacionados, devidamente registrados na Diretoria de Ensino Industrial, para os diversos cursos de:

ENGENHARIA
ARQUITETURA
QUÍMICA INDUSTRIAL
PINTURA
ESCULTURA.

O Decreto-lei n.º 5550, de 4/6/1943, dispõe em seu artigo 1.º:

“Os alunos que concluírem o curso das Escolas Preparatórias ficam em igualdade de condições com os que terminarem o Curso Científico criado por Decreto-lei n.º 4244, de 9 de abril de 1942 ,para todos os efeitos, inclusive o de matrícula nas escolas de ensino superior.”

<i>Diplomas</i>	<i>Cursos</i>
Técnico em máq. e motores ..	Eng. industrial, modalidade mecânica.
Técnico em eletrotécnica	Eng. eletrecista
Técnico em edificações	Eng. civil ou arquiteto.
Técnico em pontes e estradas.	Eng. civil
Técnico em química industrial.	Química industrial
Técnico em mineração	Eng. de minas
Técnico em desenho cartográfico e de obras de arte	Geógrafo
Técnico em desenho de máq. e de eletrotécnica	Eng. industrial, modalidade mecânica.
Técnico em desenho de arquitetura e de móveis	Arquitetura
Técnico em artes aplicadas ou em decoração de interiores .	Pintura
Técnico em agrimensura ou metalurgia	Engenheiro de minas ou civil.

111) pelo diploma de conclusão de Curso Técnico Agrícola a que se refere o Decreto-Lei n.º 9613, de 20/8/1946 (Lei Orgânica do En-

sino Agrícola), respectivamente para os seguintes cursos:

Cursos Técnicos Agrícolas

Curso de Zootecnia
Curso de Prática Veterinária

Curso de Agricultura
Curso de Horticultura
Curso de Indústrias Agrícolas

Curso de Mecânica Agrícola

Curso Superior

Curso Superior de Veterinária

Curso Superior de Agronomia

Curso Superior de Agronomia

Curso de Eng. Industriais

Curso de Eng. Eletrecistas

É exigido, antes do concurso de habilitação, a prestação de exame em estabelecimentos oficiais, das disciplinas: Latim, programa do curso ginásial, e Filosofia.

iv) pelo diploma expedido por Escolas Técnicas ed Agricultura mantidas pela União, pelos Estados e Municípios ou por particulares, fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura ou sujeitas a regime universitário, para o curso superior de Agronomia, após a realização de exames em estabelecimentos oficiais, das disciplinas não incluídas nos currículo desses curso e correspondentes ao curso secundário.

v) pelos diplomas de bacharel, licenciado e doutor, expedidos por faculdade de filosofia, para a inscrição no concurso de habilitação para matrícula inicial em qualquer curso superior; (esses diplomas substituem apenas o certificado de curso complementar ou colegial).

2. prova de identidade e atestado de idoneidade moral;
3. atestado de sanidade física e mental;
4. atestado de vacinação antivariólica, passado por Centro de Saúde;
5. certidão de nascimento, passada por Oficial de Registro Civil;
6. prova de que está em dia com as obrigações relativas ao serviço militar, quando o candidato for maior de 17 anos;
7. prova de pagamento da taxa de inscrição.

8. MÉTODOS DE INGRESSO

CONCURSO VESTIBULAR

As inscrições reguladoras do concurso vestibular são expedidas,

cada ano, pelo Ministério da Educação e Saúde. Em 1950 versaram, respectivamente, sobre as seguintes disciplinas:

História Natural,
Matemática e
Química para o
CURSO DE AGRONOMIA

Desenho,
Física,
Matemática
Química para o de
ENGENHARIA (todos os ramos)

Física,
Matemática
Química para o de
QUÍMICA INDUSTRIAL

Desenho,
Física e
Matemática para o de
ARQUITETURA

A Portaria n.º 591, de 22/12/1949, que regulou o concurso vestibular para o ano de 1950, dispõe que às disciplinas relacionadas acima poderão as Universidades acrescentar outras que considerem úteis à formação dos seus futuros alunos.

O artigo único da Portaria n.º 240, de 5/8/1950, dispõe que o acréscimo de disciplinas no concurso vestibular somente produzirá efeito quando deliberado pelo Conselho Universitário e publicado até o mês de agosto de cada ano.

O concurso vestibular consta de provas escritas e orais e os programas versam, exclusivamente, matérias dos programas do ciclo colegial.

A classificação para o preenchimento de vagas, cujo número é predeterminedado pelas escolas, é feita em ordem decrescente das notas obtidas.

Se, depois de realizado o concurso, ainda houver vaga, poderá o Conselho Técnico Administrativo dos institutos superiores permitir a realização de novo concurso.

As inscrições ficarão abertas durante 5 dias após a publicação do edital de abertura das mesmas.

9. PERÍODO DE TEMPO ANTES DE ADQUIRIR COMPLETA CAPACIDADE PROFISSIONAL

A conclusão do curso nem sempre é o suficiente para o domínio da profissão. A prática, contudo, só é adquirida com o tempo e, desde estudante, procura o futuro engenheiro habilitar-se nas diversas atividades que integram um escritório de engenharia, desempenhando as funções de desenhista técnico, de calculista, de copista, de desenhista de letras, de móveis, auxiliar de campo, apontador de obra, gerência de companhias, etc...

NOTA: — leia-se auxiliar ou assistente de gerência de companhias etc...

10. PROMOÇÃO E AVANÇO

A profissão de engenheiro no Brasil está regulamentada e fiscalizada por uma entidade do Governo: O Conselho Nacional de Engenharia, ligado ao Ministério do Trabalho.

Exemplo: O regulamento prevê tôdas as condições de arquiteto que exerce profissão livre: percentagem sôbre o volume da obra, calculada em matéria e mão de obra; porcentagem como construtor ou como fiscal.

Esta tabela é variável com o tipo de obra e com a região.

Se, porém, o arquiteto é empregado de uma firma ou instiuição, terá os vencimentos estipulados pelo contrato feito com o empregador. Êsses vencimentos são muito variáveis em nosso meio.

E assim em relação aos outros ramos da engenharia.

11. OCUPAÇÕES AFINS A QUE O TRABALHO PODE CONDUZIR

1. Engenheiro Agrônomo
 - a) Agrônomo biologista
 - b) Agrônomo cafeicultor
 - c) Agrônomo ecologista
 - d) Agrônomo do Ensino Agrícola
 - e) Agrônomo do fomento agrícola
 - f) Agrônomo fruticultor
 - g) Agrônomo fitossanitarista
 - h) Agrônomo de plantas têxteis
 - i) Agrônomo silvicultor
 - f) Economista Rural
 - g) Enologista

- h) Químico agrícola
2. Engenheiro Civil
 3. Engenheiro Eletrecista
 4. Engenheiro Industrial Mecânico
 5. Engenheiro Industrial Metalúrgico
 6. Engenheiro Industrial Químico
 7. Engenheiro Mecânico Eletrecista
 8. Engenheiro Metalurgista e de Minas
 9. Engenheiro Sanitarista.

A grande maioria dos engenheiros exerce profissão livre; para isso possui escritório isolado e se reúne a um grupo de engenheiros. Uma pequena porcentagem trabalha para firmas construtoras, industriais ou do Govêrno.

Entretanto, grande é o número de diplomados em engenharia que aplicam seus conhecimentos no desempenho de outras atividades relacionadas com essa profissão: construtor de maquetes, aquarelista de projetos, avaliador, etc... O magistério, porém, é um dos campos de atividade bastante procurado, tanto para lecionar qualquer disciplina do curso de Engenharia quanto de desenho, matemática e física no nível secundário.

Por fim há os cargos públicos estaduais ou federais que despertam muito interêsse atualmente nos jovens estudantes.

12. VANTAGENS

No País e, principalmente, no nosso Estado, o movimento da população e a necessidade de expansão da cidade favorece a atividade da engenharia, tornando-se a profissão do engenheiro uma das mais promissoras.

13. HORAS DE TRABALHO

Nas Repartições Públicas Estaduais, o horário é das 12h 30 min. às 18 horas. Nas Repartições Públicas Federais o horário é mais flexível, dependendo naturalmente da natureza do trabalho a ser realizado.

14. REGULARIDADE DO EMPRÊGO

„No DAER, nas Repartições Públicas Estaduais e Federais, assim como em algumas Companhias Nacionais e Estrangeiras, há cargos fixos, efetivos. Anualmente são abertos concursos para provimento de vagas existentes ou para o preenchimento de cargos de colabora-

dores, assistentes, adidos, etc...

Nos ginásios, colégios e faculdades, o provimento de cargos se faz através de concursos, por meio de títulos ou de provas.

15. RISCO DE SAÚDE E DE ACIDENTE

O engenheiro corre mais perigo nas minas e nas indústrias, devido à resistência que deve manter constantemente a diferença de pres-

16. ORGANIZAÇÕES

Em Pôrto Alegre, temos a Sociedade de Engenharia e no mundo a FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ENGENHEIROS (F.I.A.N.I.)

17. LUGARES TÍPICOS DE EMPRÊGO

Repartições Públicas Estaduais e Federais.
Companhias Nacionais e Estrangeiras.
são atmosférica e a gases irritantes.

Escritórios de Engenharia.
Emprêsas.
Magistério Estadual e Federal.

BIBLIOGRAFIA

Dictionary of Occupational Titles
Arquivos Brasileiros de Psicotécnica
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
Anuário Estatístico do Brasil
Manual de Orientação Profissional — Prof. Dr. E. Mira y Lopez
Revista "O Engenheiro"
Boletim do DAER
Oportunidades no ENSINO SUPERIOR — INEP
Revista "RODOVIA"
Enciclopédia e Dicionário Internacional
Dicionário em geral...

COROLARIOS DEL DESCUBRIMIENTO DE AMÉRICA

Hno. José Ignacio Calvo (Marista)

“América está allí, yace dormida.
Sólo aguarda que venga a despertarla
de proféticos sueños milenarios
el doncel de la mágica palabra.

Ya se yerguen ciudades, ya crepitan
los hornos y las fraguas
que han de forjar el porvenir grandioso
del Polo Norte a la infinita Pampa.
Se divisan estatuas con antorchas
de claridad sagrada,
y Cristos que iluminan
las noches de cristal de Guanabara”

(La visión de Isabel)

Hno. Dionisio Fuertes Alvarez, Marista

Hace ya más de 90 lustros que sobre la líquida esmeralda del Atlántico tres frágiles y elegantes carabelas dibujaban tras sí una blanca estela, cual lazo simbólico que unía dos pueblos, España y América.

Sin el apoyo y la generosidad de los Reyes Católicos de España, Fernando e Isabel, la Odisea de Colón y de sus audaces caballeros del mar no hubiese pasado de bello sueño poético, y la prístina profecía de Séneca, de mera ilusión:

Venient annus saecula seris,
Quibus oceanus vincula rerum
Laxet, et ingens pateat Tellus,
Tiphysque novos detergat orbis,
Nec sit terris ultima Thule...

Pero con la ayuda de Dios y de Santa María aquel 12 de octubre de 1492 España coronó la mayor aventura que conocieron los siglos. La formidable transcendencia de un acontecimiento tan fastuoso hace

exclamar a López de Gómara en su *História General de las Indias*: “La mayor cosa después de la creación del mundo, sacando la Encarnación y Muerte del que lo creó, es el descubrimiento de Indias, y así las llaman Nuevo Mundo”

Por eso España siente el orgullo muy legítimo de haber escuchado a Colón, y de haber establecido, a varios miles de leguas de distancia, otro imperio de espiritualidad y cultura que perdura a través de los tiempos como el más hermoso florón de un glorioso pasado y prueba elocuente de una esplendorosa realidad presente.

El historiador que examina sin apasionamiento la labor ingente realizada en América, en la que, cual Madre prolífera, España extravesó su sustancia espiritual, cultural y política, queda asombrado ante el espectáculo de un pueblo consagrado a la conquista de todo un continente 40 veces mayor, según el patriótico y cristiano anhelo de dar, como expresa Lope de Vega:

“Al Rey infinitas tierras
y a Dios infinitas almas”.

En esta ciclópea y descomunal empresa España dejó correr ríos de oro de sus arcas y arroyos de sangre de sus hijos, conquistadores y misioneros. Pero la idea transcendental de los Reyes Católicos al ceder a los ruegos de Colón fué, según quedó expresado en el testamento de Isabel la Católica, “atraer los pueblos de Indias a la Santa Fe Católica”.

Llevados por esta santa ambición de Catolicidad, los Reyes Católicos promovieron la evangelización de los indios americanos, ya que el motivo principal que les guió a ayudar a Colón en su empresa según Pedro Mártir, “se encontraba en la difusión de nuestra fe, esperando traer a la ley de Cristo tantas y tan ingenuas naciones...”

Por lo cual no dudaron en invertir grandes sumas en dicha evangelización según se infiere de una cita de Francisco Jarque:

“Con sólo lo que gasta Vuestra Majestad de su real patrimonio en esta obra de tan insigne piedad, tan del servicio de Dios y de su Iglesia, se pudieran sustentar una armada poderosa por mar y otra por tierra”.

Pero la transcendencia del descubrimiento consiste en que ha proporcionado a España la feliz emergencia de comunicar a los pueblos de América tres dones inapreciables: 1.º La Religión Católica, a la que se vinculan los más puros sentimientos y las más nobles aspiraciones psíquicas. 2.º La Lengua, vehículo de la cultura, que interviene en las manifestaciones de orden científico, literario y artístico. 3.º Una Legislación, a la que se asignan los derechos y deberes de orden moral y jurídico.

“La spada de los conquistadores abrió los surcos para que los

misioneros sembraran la semilla del Evangelio en nuestra patria y en las patrias hermanas de América" (Bernardo Claveral).

— I —

La joya más preciada que brindó España a los pueblos americanos fué la Religión Católica.

Es característica de nuestra idiosincrasia: toda empresa de carácter universal ya sea cultural, moral o artístico, ya se trate de reuniones internacionales, conversaciones sociales, cursillos universitarios, intervenciones políticas, etc., España deja siempre bien marcada la impronta espiritual bienhechora y constructiva de su temperamento secular netamente católico y humano.

La fe católica es el primer dogma de nuestra ejecutoria y el eje de los hechos fundamentales de nuestra historia; es la razón de ser de la raza hispana, que se prolonga através de los tiempos más por sus ideales espirituales que por sus caracteres étnicos. Por eso la evangelización de América fue la idea primordial de los Reyes, de los gobernadores y de los misioneros. En consecuencia la labor de evangelización corre paralela con la conquista; por lo cual junto a la valentía de los conquistadores se yergue el celo de los misioneros; junto al ideal de gloria aventurero florece el ejemplo del apóstol; junto a la conquista militar brilla el amor al indio y al esclavo.

La "Leyenda Negra" ha cargado despiadadamente las tintas, exagerado sin conciencia y calumniado sin pudor la magna empresa de la conquista de América y hasta la evangelización misionera. No entra en nuestra intención negar casos aislados o múltiples de dureza de trato, de abusos y de hechos particulares reprobables. Eso no es de extrañar, pues en todas las empresas humanas han ocurrido, por nobles que hayan sido sus fines. Qué país ha llevado a cabo alguna gran obra en la que todo haya resultado perfecto, o en la que alguno o varios de sus hombres, sujetos a las pasiones humanas, no hayan sobrepasado el límite de la justicia o de la conveniencia en aras de sus intereses? El que nunca haya delinquido tire la primera piedra. También hay manchas en el sol; pero apesar de ellas el sol alumbra y calienta. Además los indígenas no solían recibir siempre a los europeos con pruebas manifiestas e incondicionales de la más profunda amistad; a menudo con franca hostilidad y guerra a muerte.

Reconocidas la debidas salvedades es forzoso confesar que los conquistadores españoles, pese a sus defectos y debilidades humanas, eran en su mayoría hombres de fe profunda: Cortés destruye los ídolos e implanta la veneración a Jesús y María en Méjico; Balboa en el Pacífico toma posesión en nombre de Jesucristo y de "su gloriosa Madre, la Virgen Santísima Nuestra Señora" y de los Reyes de Es-

paña; Pizarro, besa antes de morir la cruz trazada con su propia sangre; Urdaneta y Pineda entran en religión; Alonso de Ojeda, náufrago en una ciénaga de 30 leguas en las costas de Cuba, anima a sus hombres mostrándoles a menudo una imagen de la Virgen...

Por otra parte los conquistadores no querían ir solos, sin la presencia del sacerdote, para no verse entre tantos peligros en la premura de morir sin asistencia espiritual. Además el misionero daba con su presencia gran impulso a la obra de una conquista tan colosal, que vió pasar oleada de valentía por todas las direcciones y encrucijadas: Ponce de León explora la Florida, Alonso de Pineda navega por el Misisipí, Francisco Orellana recorre por el Amazonas, Juan de Solís descubre el Mar del Plata, Pedro Mendoza y Juan de Garay exploran la Argentina, Pedro de Valdivia somete Chile, Hernán Cortés vence a Méjico, Pizarro y Almagro conquistan Perú; otros exploran diversas regiones como Pedrarías D'Avila, Panamá; Alonso de Ojeda, el lago Maracaibo; Pedro Alonso Niño, el mar Caribe; Vicente Yanez Pinsón, el Amazonas; Rodrigo de Bastidas y Jiménez de Quesada la Colombia; Gil González, Nicaragua; Sebastián de Ocampo, Cuba; Pedro Alvarado, Guatemala; Francisco de Montejo, Yucatán; Juan de Ayolas, Paraguay; Cristóbal de Olid, Honduras; Marcos de Niza, California; Estéban Gómez, el Labrador; Pánfilo de Narváez y Fernando de Sorot, Georgia; Pineda, el Misisipí; Vásquez de Coronado recorre California y llega hasta el Cañón del Colorado...

Una de las características de la conquista del Nuevo Mundo fue que la ciudad vino a ser la célula de la hispanización, que aún hoy constituye la huella imperecedera de España en la historia de América. La obra de casi todos los conquistadores españoles está vinculada a la fundación de una ciudad de donde irradió la acción religiosa, cultural y administrativa. Y qué reguero de ciudades y pueblos fundaron esos esforzados capitanes! Santa Fe de Bogotá, Nossa Senhora del Buen Aire, Santiago, Asunción, San Salvador, S. Francisco, Rosario, Concepción, Santa Cruz, Santa Marta, San Juan, y cientos de otras. Sólo en la costa occidental de Méjico pueden leerse más de cien nombres de santos entre ciudades, islas, cabos y bahías. Qué cantidad de templos, asombro de propios y extraños, han sembrado a su paso desde California al Estrecho de Magallanes!

François René de Chateaubriand dice en su *Itinéraire de Paris à Jérusalem* (VIIe. partie): "Nos marins disent que, dans les colonies nouvelles, les Espagnols commencent par bâtir une église; les Anglais, une taverne, et les Français un fort; et j'ajoute, une salle de bal..."

Esta cita expresa tres posturas ideológica que reflejan el espíritu de cada pueblo, haciendo resaltar la religiosidad profunda y secular del pueblo español.

Otra de las pruebas más elocuentes de la religiosidad de los

conquistadores hispanos está en el número incalculable de poblaciones que llevan nombres "marianos". Innumerables ciudades nos recuerdan a la Santísima Virgen de quien eran muy devotos. La fundación de las "ciudades carianas" la hacían con gran solemnidad en nombre del Todopoderoso y "de la Gloriosa Virgem María, su Madre".

Basta recorrer un mapa americano para documentarse y convenirse. Se cita a Andrés Díaz de Venero, uno de los conquistadores de Nueva Granada, quien fundó solo él 40 pueblos y mandó erigir 400 iglesias dedicadas a la Virgen María.

En el diccionario geográfico de Alcedo pasan de 500, entre ciudades y pueblos, los que ostentan nombres marianos. Si a esto añádiésemos los nombres de ríos, islas, cabos, montes, etc. veríamos que América está literalmente cubierta de un inmenso manto toponímico mariano esmaltado por centenares de nombres de la Madre de Dios.

Pero el papel principal de los conquistadores era de someter a los indios, dejando a los misioneros la labor de evangelizarlos o sea de someter no ya los cuerpos sino las voluntades y las almas para Cristo, Sin embargo aquéllos también deseaban, sentían y favorecían esta labor pues a menudo pedían misioneros a España. Hernan Cortés escribiendo al emperador Carlos V, llama a esta obra "la más sancta y alta que desde la conversión de los Apóstoles acá jamás se ha comenzado..."

Y ahora expongamos sucintamente el relato de la labor dura, callada y heroica de los misioneros, a quienes cupo en suerte, como es lógico, la evangelización, obra ingente que acometieron con fe y entusiasmo. En ella se hicieron célebres sobre todo los Franciscanos, Agustinos, Dominicos y Jesuítas.

Las expediciones de misioneros españoles empezaron en 1493 con el P. Boil y 12 compañeros. En 1501 llegaron 17 franciscanos; en 1510 dominicos, y estas expediciones se multiplicaron siendo campos de acción sucesivamente Cuba, Puerto Rico, Venezuela, Nueva Granada, etc.

Un siglo después de la fundación de la primera diócesis ya había cerca de 40 obispados; y cuentan los historiadores que en el siglo XVI apenas había gentiles en Méjico, de tal forma que no encontrando los Jesuítas a su llegada trabajo misional, tuvieron que emigrar a Florida, Nuevo Méjico, Nueva Vizcaya y California.

A los Franciscanos se debe la conversión de Méjico, Guatemala, Costa Rica y Nicaragua. También evangelizaron Florida y California con Pánfilo de Narváez. A fines del siglo XVI tenían cinco provincias y 200 casas desde Sinaloa a Costa Rica. No limitaban su labor a explicar la religión, sino que abrían escuelas y enseñaban agricultura y ganadería. También arribaron al Perú donde fundaron en 10 años 40 misiones y 50 poblaciones con más de 10 mil habitantes. Llegaron a Chile con Valdivia y pasaron al Paraguay.

Fundaron unas 20 "reducciones" en Brasil, Paraguay Argentina, debiéndose a Fr. Luis Bolaños la organización social de las mismas que constaban además de las actividades relacionadas con el culto religioso, de escuelas, labranza y música.

Merece mención especial Fr. Junípero Serra que evangelizó Méjico y fundó la misión de San Diego en California, "jardín y huerta de Estados Unidos". Según afirma el escritor Hunt Jackson, esta misión fue la "piedra angular de la civilización de California" donde las costumbres españolas han dejado tan profunda huella en pleno territorio norteamericano.

Los Franciscanos tuvieron más de 200 mártires através del continente americano. San Francisco Solano, apóstol del Perú y Argentina es una de sus glorias más preclaras: es el Francisco Javier de las Indias Occidentales.

Dos lustros después de los Franciscanos llegaron a la Española los Dominicos (1510), donde emprendieron la defensa de los indios los PP. Antonio de Montesinos, y Pedro de Córdoba. A ruegos de Pedro Alvarado vinieron dominicos a Guatemala, extendiéndose por Nicaragua, El Salvador, Méjico y Centroamérica donde levantaron magníficas iglesias. Por Venezuela acompañaron a Alfínger, y a Jiménez de Quesada por Nueva Granada. Sólo en Santa Fe dirigieron 107 poblaciones. No paró aquí su celo apostólico, sino que colaboraron en el Perú con Pizarro, alargándose hasta Crile y Río de la Plata. Una de sus mayhres glorias es San Luis Beltrán, apóstol de Nueva Granada (1).

En 1533 llegaron a Méjico los Agustinos, aplicándose a evangelizar las regiones del Golfo de Méjico. También se extendieron por Perú haciéndose célebre como eximio catequista Fr. Juan de Vivero que logró convertir a Inga Sayri Tupac.

Merecen también especial mención los Mercedarios, quienes se lanzaron con entusiasmo desbordante a la conquista espiritual de América, donde administraron numerosas doctrinas desde Méjico hasta los Pampas...

A mediados del siglo XVI regaron con su sangre por vez primera los Jesuitas las tierras de Florida. Por California, Colorado y Arizona se hizo célebre el P. Eusebio Francisco Hino por sus correrías misionales y geográficas. En 1575 entraron en el Ecuador, bajando al Perú, Chile y Río de la Plata. Sólo en Chile hubo en 30 años (1734-

(1) En el Nuevo Continente, regado por los sudores de tantos misioneros y la sangre de no pocos cártires, florecieron, para honra de la Iglesia y de América, bellas y perfumadas flores de santidad tales como Santa Rosa de Lima, Santa Mariana de Jesús Paredes en Quito, San Felipe de Jesús, franciscano en Méjico y mártir en el Japón, Beato Martín de Porres, dominico en Lima, Beato Roque González de Santa Cruz S. J. mártir del Paraguay, e otros lirios de pureza y rosas rojas de martirio hasta entre el elemento indio convertido.

62) más de 110 mil bautismos. De San Pedro Claver, apóstol de los esclavos negros en Cartagena de Indias, se dice que bautizó a 300.000.

A ruego del gobernador Hernandarias de Saavedra (1609) se estableció la primera "reducción", fundada por el P. Marcial de Lorenzana; pero quien se hizo célebre en la fundación y gobierno de las "Reducciones" fue el P. Roque González de Santa Cruz, quién con sus compañeros los españoles PP. Alfonso Rodríguez y Juan del Castillo, fueron martirizados por los guaraníes en 1628 en la reducción de Todos los Santos de Caaró. Su Santidad Pío XI los elevó a los honores de la beatificación.

El P. Roque González evangelizó durante 17 años el Paraná, viajó por los territorios que actualmente forman parte de Paraguay, Argentina, Uruguay, Bolivia y Brasil, fundando diez "reducciones", y llegando a gobernar 33 con 100.000 habitantes, alcanzando en ellas un nivel superior al de los labradores europeos. La organización religiosa, social y laboral llegó a tal perfección que raya en los límites de la utopía.

"La vida en las "reducciones", dice Celestino Testore S.J., estaba reglamentada por un horario común, y si había tiempo para descansar y distraerse honestamente, también había muchas horas destinadas al trabajo, a la instrucción catequística, a la oración por la mañana y por la noche, y a las funciones religiosas más solemnes como la del Corpus Christi, en que la procesión del Santísimo Sacramento desfilaba a los acordes musicales entre calles primorosamente adornadas de flores y frutas, entre vistosos pájaros enjaulados y fieras encadenadas, testimonio de vasallaje al Rey de la Creación, oculto bajo los velos eucarísticos".

Respondiendo al discurso de presentación de credenciales del embajador de Paraguay, Pío XII calificó las "reducciones" de "la admiración del mundo, honor de aquella República, gloria de la Orden ilustre que les dió vida, gloria de la Iglesia Católica y honra de España, de donde procedían la mayor parte de sus organizadores".

Otra Orden benemérita en la labor que nos ocupa fue la de los Capuchinos que en 1650 enpezaron a evangelizar Venezuela y parte de Colombia. Fundaron 321 pueblos dotándoles de agricultura y ganadería, la cual se multiplicó hasta contar con 145 mil cabezas de ganado en el siglo XVIII. También estos abnegados misioneros pagaron su tributo al martirio con más de dos docenas de víctimas sin contar los 17 fusilados del general revolucionario Manuel Carlos Piar". (1).

Los historiadores venezolanos son unánimes en reconocer que gran parte de Venezuela es creación de los Padres Capuchinos...

España está también vinculada al Brasil en más de una circuns-

1() El general Piar, natural de Curaçao ayudo al general Bolívar en sus correrías, y fue fusilado en 1817 en Angostura (C. Bolívar).

tancia histórica. Los primeros que lo conocieron fueron Alonso de Ojeda, Vicente Pinzón y Diego de Lepe. Fueron también españoles los primeros exploradores del Amazonas: Francisco Orellana y Lope de Aguirre. Más tarde el Padre Anchieta y numerosos misioneros oriundos de España y Portugal ayudaron a la evangelización del catolicismo en el mayor florón católico de América.

Además intervino España en el siglo XVII, por ocasión de las guerras de los Países Bajos, cuando una escuadra holandesa al mando de Jacob Willekens atacó al Brasil, siendo desbaratada en Bahía (1621) por la escuadra española, dirigida por Don Fadrique de Toledo. Otra escuadra holandesa mandada por Hauspater fue vencida en Pernambuco por Antonio de Oquendo (1631).

Esto ayudó a alejar el peligro del protestantismo báltico que anhelaba implantarse astutamente en la hermosa tierra de Santa Cruz.

— II —

“Siempre la lengua fue compañera del Imperio”
(Elio Antonio de Nebrija).

Poca transcendencia hubiera tenido el hecho meramente material geográfico-histórico del descubrimiento de América. Las grandes conquistas, los grandes movimientos bélicos, por espectaculares que sean encierran un valor muy limitado, si no pasan a ser portadores de los frutos del espíritu. Las guerras pérsicas por ejemplo, dieron al mundo un espectáculo de grandiosidad sin precedentes, pero su triunfo hubiera dado al traste con la brillante cultura helénica.

El considerable mérito de las conquistas de Alejandro o de Julio César consiste en que, a pesar de sus ambiciones personales implantaron el imperio de la ley y de la cultura, llevando al paso de sus ejércitos un sentido de progreso intelectual a los pueblos sentados en las tinieblas de la ignorancia, progreso que más tarde había de perfeccionar el Evangelio gracias a sus maravillosas e insustituibles resortes de orden espiritual y moral.

España llevó a cabo el descubrimiento de América, y desde aquella faustosa efeméride se ha sentido siempre vinculada al continente conquistado; pues si España no escatimó medio alguno para establecer la Religión Católica en el Nuevo Continente, inmensos e incansables fueron sus esfuerzos para implantar en él a la par de la ilustración religiosa, la cultura científica en su diversidad de ramas.

El primer esfuerzo se dirigió hacia la cultura lingüística, pues si según Antonio Nebrija, “la gramática es portadora del Imperio” y conforme a la opinión de Domingo Faustino Sarmiento, “la soberanía del pueblo tiene todo su valor en el idioma”, los escritores españoles influyeron notablemente en la implantación de la literatura

patria después de haber sido preparado el terreno por los misioneros, que fueron los primeros maestros de la lengua entre los indígenas.

Dos ciudades se destacan sobre todas las demás como focos de irradiación lingüística, Méjico y Lima, teniendo a gala sus habitantes conservar la buena fama de poseer una preparación literaria digna de aprecio. Bernardo Balbuena nos recuerda que Méjico es ciudad “donde se habla el español más puro y con mayor cortesanía”. Parece natural que los centros irradiadores de la cultura fuesen las capitales de los virreinos, donde se concentraba lo más selecto de la sociedad de la época.

Dos elementos eficacísimos de la propagación de la cultura fueron las dos instituciones básicas: la Universidad y la imprenta. La Universidad se constituyó centro oficial protector nato del lenguaje culto. En el siglo XVI América vió florecer sucesivamente las Universidades de Méjico, Perú, Colombia, Quito, Caracas, La Paz, Buenos Aires, Asunción, Santiago, etc., en las que teólogos, filósofos, juristas, filólogos, geógrafos y naturalistas fueron los apóstoles de alta cultura, dignos de los mayores encomios de las generaciones venideras. España ha sido acusada por sus enemigos tradicionales — ideológicos o políticos — de ser una nación anódina en el terreno científico. A ninguna persona medianamente honrada, a la par que culta no dejará de ser un aserto superficial, ligero y apasionado. Sólo el hecho de la fundación de Universidades, Colegios, Seminarios, observatorios, etc. en América, basta para demostrar la gran aportación española en el terreno de la cultura, en el que pudo apreciarse la magnífica visión de un inmenso impulso religioso, literario, filosófico, geográfico, histórico, lingüístico y artístico. Además se impone subrayar los caracteres del espíritu, catolicismo tradicional, espíritu creador y resistencia tenaz al influjo extranjero.

En el “Siglo de Oro” España influyó en Europa de forma muy transcendente. Un autor italiano, Farinelli, ha escrito: “Salían a millares los libros en castellano en las prensas extranjeras de Amberes, Amsterdam, Lyon y Venecia”. Cabe mencionar también que los teólogos sobresalían en Trento, y que los teatros europeos representaban a Lope de Vega. Por otra parte España se situó a la cabeza en la ciencia de la navegación, por lo que Julio Guillén pudo proclamar que “el mundo aprendió a navegar en libros españoles”.

El estudio de la Filosofía tuvo siempre un puesto de honor tanto en las Universidades como en los Colegios, sea en Méjico sea en Lima. Estuvo informada por la Escolástica durante tres siglos, según opinión de Samuel Ramos. Desgraciadamente al llegar al siglo XVIII, la Filosofía recibe una orientación francamente “enciclopédica”, inspiradora de opiniones subversivas y fuente de tendencias de libertad. La evolución filosófica del siglo XVIII es de inspiración liberal y racionalista inspirada en las obras de Descartes, Leibnitz, Locke, Mon-

tesquieu, Rousseau, etc.

Varias figuras se destacan en el esfuerzo que realizaron a favor de las ideas modernas: Francisco J. Clavijero, jesuíta, Diego J. Abad y Rafael Campoy en Méjico; fray Antonio de Liendo en Guatemala; Baltasar de los Reyes en Venezuela. En Perú se revela por su personalidad renovadora Pedro de Peralta; mientras en Nueva Granada (Colombia) el ilustre sacerdote D. José Celestino Mutis propaga las teorías astronómicas de Copérnico. En Ecuador descuella el jesuíta Juan Bautista Aguirre y en Cuba se hace célebre el sacerdote José Agustín Caballero. En Chile dejan profunda hoella Juan Ignacio Molina, jesuíta, así como el jurista Manuel de Salas, mientras en Argentina se distingue el historiador P. Domingo Muriel.

Ahora bien no vamos a creer que sólo se explotó el campo de la Religión y de la Filosofía; también se ensanchó considerablemente el estudio de la Historia a medida que se ampliaban las conquistas. Encuanto a la produccion histórica, tan abundante en los tres siglos que siguieron al descubrimiento, España se encuentra a la cabeza. Bástenos citar algunos títulos como "Cartas de relación" de Cortés a Carlos V (1525) "Naufragios" de Alvar Núñez (1555); "Comentarios" de Pedro Hernández.

Cabe destacar la "Historia Geral y Natural de las Indias" de Gonzalo Fernández de Oviedo (1535), primer cronista oficial de las Indias. De Fray Bartolomé de las Casas tenemos "Historia General de las Indias" y "Brevísima relación de la destrucción de las Indias", obras de aspecto muy discutible, la primera por su parcialidad y "libelo sin valor histórico" la segunda, pero que ha originado maléfica influencia en los juicios errôneos de no pocos historiadores como Mantesquieu, Guizot, Michelet, Blondel, Spengles, Buckle, Draper, etc. Ello ha provocado la réplica seria y veraz de Juan Ginés de Sepúlveda, que en su "Demócrates" arguye honradamente en defensa de la obra de España en América.

No pueden dejarse en el olvido la obra ya consagrada "Historia General de las Indias" (1552), de Francisco López de Gómara, capellán de Cortés; "História verdadera de la conquista de la Nueva España", de Bernal Díaz del Castillo, crónica de gran valor histórico sôbre la conquista de Méjico. Amén de gran cantidad de crónicas particulares de diversos autores como Antonio de Herrera, Pedro Cieza, Agustín de Zárate, Pedro, Pizarro, Diego Fernández, etc. Especial mención merece el gran poema la "Araucana" d Alonso Ercilla y Zúñiga (1589).

Si la Historia suscitó no pocas publicaciones, la Geografia siendo "los ojos de la Historia", no podía abstenerse de colaborar en su terreno de forma adecuada. La Casa de Contratación de Sevilla fue en el siglo XVI centro especial de estudios geográficos y científicos, donde se eleboraban los mapas e instrumentos necesarios a la na-

tados elementos de cultura superiores a los que podía haber llevado vegación. En el Archivo de las Indias y en el Museo Naval pueden verse muchos mapas de aquella época. Sirvan como botones de muestra entre muchas producciones, "Summa de Geografía" de Martín Fernández de Luciso (1519); "Geografía y descripción universal de las Indias" de Juan López de Velasco (1574), y "Geografía histórica" (10 volúmenes), del jesuíta P. Murillo Velarde.

La Cartografía y la Cosmografía como ciencias afines y complementarias de las anteriores fueron también objeto de esmerado estudio en España en el siglo XVI. Las obras de Cosmografía fueron lo mejor que se produjo, sirviendo de referencia indispensable para los extranjeros. Sobre el, "Arte de marear" escribieron Pedro de Medina, Martín Cortés, Rodrigo Zamorano y otros...

Parecería extraño que al enfrentarse el hombre con la lujuriente y variadísima naturaleza de todo un continente, no se hubiera despertado en él la curiosidad por el estudio de las Ciencias Naturales, fauna y flora.

El primer estudioso que rompió el fuego González Fernández de Oviedo, que escribió la obra "Historia Natural y General de las Indias" (1535), fruto de gran observación y de notable intuición científica. Un médico, Nicolás Monardes, publicó "Historia medicinal de las Indias Occidentales" (1574); el jesuíta P. José de Acosta editó su "Historia natural y moral de las Indias" (1590), y dos siglos más tarde el botánico Gómez Ortega imprimía en latín "Historia plantarum Novae Hispaniae" (1790).

,En el siglo XVII se divulgaron en Europa tres productos americanos gracias al empeño en el estudio de la naturaleza: el chocolate (del azteca chocolactl, enviado a España en 1520); la quina (cinchona-1) de Sinneo o quinquina de La Condamine; el tabaco (cuya semilla fue remitida a Carlos V en 1518 por el misionero español Fray Romano Pane desde Yucatán).

El siglo XVIII fue para América época de florecimiento e interés en las Ciencias modernas: Geología, Biología, Física, Química y Astronomía. España mandó repetidas veces hombres y dinero para proteger y activar las investigaciones científicas, fundándose, a imitación de la metrópoli, centros de alta cultura por toda la extensión del continente americano tales como: Escuela de Medicina, Academia de Bellas Artes, Jardín Botánico, en Méjico; Museo de Historia Natural, Jardín Botánico, Academia de Bellas Artes, en Guatemala; Anfiteatro anatómico en Lima; Academia de Derecho en Chuquisaca; Academia de Artes y Ciencias en Santiago; Observatorio Astronómico en Bogotá; Cá-

(1) De Chinchona, monte atribuido a D.^a Ana de Oosorio, esposa de D. Luiz de Cabrera, conde de Chinchón, virrey del Perú (1629), la cual se curó de unas tercianas con quina, remedio que también se llamó chinchona por analogía.

hibiendo la crueldad y la esclavitud y crendo para eseo nobilísimo fin tedra de Medicina en Buenos Aires, que según opinión del célebre Humboldt, algunos de estos centros eran superiores a los Estados de Unidos.

La imprenta constitución desde su invención el mayor apoyo de que dispuso la cultura para su desarrollo. La primera se cree que se introdujo en Méjico en 1539. La imprenta mejicana produjo especialmente libros religiosos, gramáticas, diccionarios, obras jurídicas, científicas, y más tarde históricas y literarias, hasta 200. La segunda imprenta se estableció en Lima — en el Colegio de Jesuítas — llegando a tener cuatro imprentas y 45 impresores en el siglo XIX.

Con esto España se anticipó de un siglo a las colonias inglesas en las que se instaló la primera imprenta en Cambridge (Massachusetts) en 1639.

El tercer país que gozó de las ventajas del invento de Gutemberg fue Guatemala, cuyo obispo Don Payo Enríquez recibió una imprenta en 1660. Después siguieron Paraguay, Cuba, Colombia, Ecuador, Argentina, Chile, Santo Domingo, Uruguay, Puerto Rico, Eolivia, etc.

La primera obra que se imprimió en América (Méjico) fue “Doctrina Cristiana”, compuesta por Fr. Francisco Andrés de Olmos; y la primera gramática, “Arte de la lengua mexicana” (1555 apareció el diccionario más antiguo de la lengua nahua bajo el título de “Vocabulario en lengua castellana y mexicana” de Fr. Alonso de Molina (Texcuco). Dejamos de citar una infinidad de otras obras.

En Sudamérica la primera gramática quechua la escribió Fr. Domingo de Santo Tomás (dominico) en 1560, pero la primera obra que salió de la imprenta de Lima fue una “Doctrina” en las lenguas quechua y aimara en 1584.

La primera gramática en lengua tupí la escribió el famoso misionero jesuíta español P. Anchieta, apóstol del Brasil; otro jesuíta, P. Antonio Ruiz de Montoya, compuso “Tesoro de la lengua guarani”

La producción lingüística que se inició en el siglo XVI, aumentó en los siguientes llegando a tener casi todas las lenguas indígenas de América — unas 125 — su gramática propia, gracias a los misioneros españoles y portugueses en su mayoría, los cuales con constancia y paciencia benedictinas redactaron gramáticas, diccionarios, formularios religiosos, amén de otras muchas obras sobre dialectos americanos. Gracias a eso ha podido publicar D. Cipriano Muñoz y Manzano, onde de la Viñara em 1892 la gran “Bibliografía española de lenguas indígenas de América”, la más ampla compilación que existe sobre el asunto.

Resumiendo numéricamente las obras que en honor de la cultura produjo el afán apostólico en América, entre impresas o manuscritas pasan de 1.100 entre lengua y religión.

Cerramos este parágrafo con la expresiva cita del notable publicista A. Herrero Miguel: “España llevó a los países por ella conquis-

cualquier otro pueblo en aquel tiempo... Construyó ciudades y organizó reinos...; convirtió un mundo incógnito, semisalvaje, en un mundo conocido y tan culto que llegó a disponer de fuentes de riqueza, ... de la industria y de la agricultura, superiores a las de la metrópoli”.

— III —

“Inclitas razas ubérrimas, sangre de Hispania fecunda, espíritus fraternos, luminosas almas, salve!

(Rubén Darío).

Doña Isabel la Católica, con su mirada penetrante supo adivinar un grandioso futuro al ayudar a Colón en su magna y feliz empresa. Ella no codiciaba el oro sino la salvación de las almas y la grandeza de Castilla. En la mente de los Reyes Católicos el alma de la conquista fue siempre la conversión de los indígenas más que ocupar nuevas tierras. “Sus Atezas, dice Margarit, desean más la salvación de estas gentes que todas las riquezas que de acá pueden salir”.

Las instrucciones que recibió Colón y más tarde los diversos gobernantes van encaminadas hacia esa meta: atraer a los indios al servicio real “e principalmente que se conviertan a nuestra Santa Fe Católica”.

En una carta recuerda Don Fernando a Diego de Colón hijo del gran Almirante): “Mi principal deseo... es que los indios se conviertan a nuestra Santa Fe Católica... que los vecinos y naturales deben estar como vasallos y no como esclavos”.

Por su lado Doña Isabel siempre que tuvo ocasión defendió y atendió a los indios como si fueran sus hijos, y en su testamento tuvo para ellos un recuerdo de amor, de caridad y de justicia.

Este espíritu de conquista creó un ambiente tan apostólico que los mismos españoles del siglo XVI luchaban con tal espíritu de religiosidad por defender y propagar la doctrina de Cristo que dió lugar a que Pedro Mártir de Anglería exclamase; *Nihil jam Hispanis arduum*”.

Conviene recordar que no son voces aisladas las que tejen elogios a la obra de España en América; son legión los espíritus reflexivos y honrados que reconocen con Ramiro de Maeztu que “no hay en la Historia Universal obra comparable a la realizada por España, porque hemos incorporado a la civilización a todas las razas que estuvieron bajo nuestra influencia”.

Una de las mayores preocupaciones de los Reyes Católicos fue el buen trato que se debía dispensar a los indígenas como medio más favorable para someterlos lealmente y evangelizarlos con más éxito. Por lo cual no escatimaron mandatos, consejos y sugerencias conducentes a ese noble fin. La Reina recomendaba que se trate bien a los indios, pro-

las "Leyes de Indias, que es el código más cristiano y más humano salido de manos de un monarca.

A pesar de tan insistentes cuan ponderadas recomendaciones emanadas de la suprema autoridad los conquistadores se vieron no pocas veces en la inminente necesidad de defenderse unas veces y de atacar otras; sin embargo haciendo la parte correspondiente a las inevitables flaquezas humanas inherentes a toda empresa, de parte de Castilla culminó y logró sobreponerse la fuerza del espíritu. Así lo reconocen la mayor parte de los autores probos y bien intencionados. El historiador Waldo Frank dice en su América Hispánica: "El elemento creador de la conquista es la presencia humilde, pero penetrante del amor cristiano. Otros europeos han explotado a los indígenas tanto como los españoles... Pero sólo el español al cruzarse con la india comenzó a vivir espiritualmente con ella... supo que había hecho una cristiana de la india y que su hijo sería cristiano y súbdito del Rey".

Pedrarias Dávila recibió personalmente del Rey Católico la recomendación de ayudar a Fr. Juan Quevedo en el oficio pastoral con los indios, y que se los tratase con justicia y caridad. Sabemos que estas recomendaciones no dieron siempre el resultado apetecido, pero ello no deb achacars ni a los Reys, ni a los misioneros, ni a las leyes e instituciones sino a las pasiones humanas de algunos jefes o particulares desaprensivos dominados por la codicia o rivalidad, sombras que nunca faltan en los mejores cuadros y lagunas raras yeces ausentes en las mayores proezas.

Pero no enchemos en olvido que no de los mayores méritos contraídos por los Españoles fue la incorporación del indio a la misma condición que el blanco, y a la concesión de los mismos derechos en la escala social. El escritor J. M. Font escribe: "Precisamente esta incorporación de las gentes de color a una vida y a una cultura de tipo europeo constiye la más noble ejecutoria de la colonización hispánica; pues no hay que olvidar que entre los pueblos colonizadores únicamente España y Portugal han transformado en regiones tropicales sociedades con personalidad propia semejantes a las de sus metrópolis".

El buen trato dispensado en general a los indios no se esfumó con la ausencia de los Reyes Católicos sino que se transmitió a sus sucesores. Sirva de ejemplo la conducta que siguió Carlos V con los banqueros alemanes Welser, a quienes había concedido unos territorios en Venezuela. Habiendo sabido que dichos banqueros dispensaban malos tratos a los indígenas el emperador les anuló el privilegio anteriormente otorgado. Cita de gran autoridad que corrobora lo expuesto anteriormente es la del norteamericano Charles F. Lummis: "Los Españoles no exterminaron ninguna nación aborígene — como exterminaron docenas de ellas nuestros antepasados, los Ingleses — y, además, cada primera y necesaria lección iba seguida de una educación y de cuidados humanitarios".

El trato humanitario está una vez más demostrado en el tratado *Thesaurus indicus* (1668), escrito por el P. Diego de Avendaño, profesor de los colegios de Cuzco y Lima y de la Universidad de Chuquisaca. En dicha obra sale en defensa de los derechos naturales de los indios, combatiendo además la esclavitud negra, en boga a la sazón en todas las naciones.

Entre los Españoles esta inhumana institución — la esclavitud — tuvo muchos enemigos que la combatieron: Fr. Tomás Mercado, Fr. Domingo de Soto; P. Alonso de Sandoval, Luis de Molina (jesuitas) y muchos otros. El escritor norteamericano Edward G. Bourne escribe sobre el asunto: “la obra española en América y las leyes respecto a los negros fueron más suaves y humanas que las de otros países...”

Expuesta y demostrada la recta intención de los monarcas españoles en la conversión de los indios y el anhelo que expresaban en el buen trato de los mismos, toca exponer aunque sucintamente los principios morales y políticos de la colonización española en América.

Toda la legislación española de Indias gira alrededor de dos conceptos, conversión y civilización de los indígenas, y toda ella refleja su constante aspiración al “bien común” que constituyó la base inspiradora de la “buena gobernación”.

Esa legislación estriba en la idea española del Derecho según la concepción tomista que se inspira en los dos principios fundamentales: moral y justicia.

Las leyes las elaboraban juristas y teólogos insignes y Juntas, dominando siempre en ellas la idea católica y el respeto a la dignidad personal humana. Este espíritu de profundo sentir cristiano no fue teoría lírica ni un vago desideratum romántico en el ánimo de los Reyes, sino que según afirma el historiador coetáneo mejicano Bernardo Clavajal “se plasmó en instituciones y leyes admirables, por la sabiduría moral y política que entrañan, y porque fueron el cauce por donde fluía la civilización sobre un Continente ignoto, inmenso y abrupto”.

El libro VI de la Recopilación — “gloria jurídica de España”, según el argentino Ricardo Levene — declara a los indios vasallo libres de la corona de Castilla y establece la igualdad de razas entre españoles e indios.

Felices consecuencias de este dogma de la libertad humana derivan: libertad de matrimonio, de disposición de bienes y de tratamiento. Añádase la protección de los indios por las Audiencias en lo que respecta al trabajo, al salario, a descanso y a la salud del indígena. Esta hace exclamar a Ricardo Levene: “España legislaba para los indios como para los castellanos: con amor y humildad, desde el comienzo del siglo XVI, cuando todavía no habían desaparecido del todo las supervivencias bárbaras y la división de la sociedad en clases de la Europa feudal”.

Del libro XII de la “Legislación de Indias” se ha llegado a decir

que más que un tratado de gobierno es un tratado de moral, ya que en él se exponen medidas de represión contra el juego, la ociosidad, el trato del negro, etc. así como de diversas disposiciones de vigilancia sobre impresos, además de la restricción de admisión de extranjeros con vista a evitar el peligro de herejía, pues no hay que olvidar que corría el siglo de la mal llamada Reforma.

A mediados de siglo XVI surgió una teoría sobre “la injusticia de las conquistas” en la que se hacía la salvedad del derecho a la evangelización y la sumisión voluntaria del indígena. Esta nueva interpretación era patrocinada por el P. Vitoria y por Fr. Bartolomé de las Casas, impugnando las Bulas del Papa Alejandro VI, — Bula Inter-Coeeteris que exponía las cláusulas del “Tratado de Tordesillas (1494)” — disposición confirmada en la Junta de Burgos (1512) por orden de Fernando el Católico.

Juan Ginés de Sepúlveda y Fr. Bartolomé de las Casas defendieron simultáneamente sus opuestas teorías en la Junta de Valladolid (1550). De esa época datan las “Ordenanzas” (1553), en las que indican métodos pacíficos, tolerando la violencia en último caso y bajo candición. Esta polémica se dió por terminada con la “Recopilación” de 1680, que volvía a legalizar la disposición de Alejandro VI (1493), cuyos términos rezaban: “Por donación de la Santa Sede Apostólica y otros justos y legítimos títulos somos Señor de las Indias Occidentales, Islas y Tierra firme del Mar Océano, descubiertas y por descubrir, y están incorporadas a nuestra Real Corona de Castilha” (Recopilación, III, I, 1.^a).

El siglo XVI es la época histórica de la organización de la vida de las colonias en América. Las “Leyes de Burgos” (1512), y las “Leyes de Valladolid” (1513) están encaminadas a reprimir los malos tratos a los indios; en ellas se proclamaban la libertad y diversas actividades sociales. Treinta años más tarde se promulgaron “Leyes Nuevas” en Barcelona y Valladolid; su resultado fue la supresión de las encomiendas, fuente de muchos abusos, y mayor suavidad en el trato de los indios.

En 1573 se publicaron las “Ordenanzas de Poblaciones” de Juan de Ovando, promulgadas por Felipe II, que transforman la conquista americana en verdadera empresa apostólica, en las que se declara que “el fin principal que nos mueve a hacer nuevos descubrimientos es la predicación y dilatación de la Santa Fe Católica, y que los indios sean enseñados y vivan en paz y policía”.

Encuanto a las “Ordenanzas del Consejo de Indias (1571), componen un total de 122 capítulos que son modelo y patrón de disciplina administrativa. Sin embargo la gran labor recopiladora de las leyes del insigne jurista Juan de Solórzano (1680) la promulgó Carlos VI bajo el título de “recopilación de las leyes de los reios de las Indias” (1681) que constaba de 9 libros integrados por 218 capítulos en los que se exponían un conjunto de 6377 leyes. Carlos III mandó ela-

borar un nuevo código que se editó en 1790.

Una de las causas del buen gobierno de los territorios conquistados en el Nuevo Continente, fueron las instituciones implantadas por la metrópoli. Esas instituciones son corolarios del principio jurídico que adjudicaba los territorios conquistados a la Corona de Castilla, en virtud de las Bulas pontificias alejandrinas que legitimaban su posesión.

Castilla calca en América el sistema en vigor en la Corona de Aragón con los reinos que gobierna, derivándose de esa aplicación jurídica una serie de instituciones referentes al gobierno, administración y comercio, así como a las relaciones sociales entre españoles e indígenas.

La institución más importante fue sin duda alguna el Virreinato en el que el virrey goza de prerrogativas reales.

Sin embargo aunque el virrey es dueño absoluto su cargo no es vitalicio y debe prestar cuentas al Rey y al sustituto, cuando fuere relevado del cargo.

Otra importante institución civil es la Audiencia, detentora del poder judicial independiente, contrapeso al poder del virrey; en ella participaban elementos de la clase popular por lo que ostentaba cierto matiz democrático. Completaba esta organización el llamado cabildo asamblea municipal que tenía a su carga la administración del municipio.

La legislación de las Indias forma un cuerpo sustancial que supone una base constitucional sobre la que actúan toda la plantilla tanto de magistrados como de funcionarios españoles. Son famosas las leyes dictadas por el virrey del Perú, don Francisco de Toledo, verdadero organizador del virreinato y modelo de gobernante.

Los métodos hispanos de colonización mediante su expresión legislativa dieron como resultados inapreciables el regalo de sua sangre la joya de su religión y la prenda de su cultura. "Los conquistadores y colonizadores, dice el mejicano Bernardo Claraval, nos trajeron nueva sangre, una lengua dúctil y maravillosa — hecha para hablar con Dios — y el bien supremo entre todos, la religión. Sobre esta triple base fueron creados en la civilización los países de América Española".

En la colonización de América no trató España solamente del establecimiento de factorías o de un sistema de mera explotación comercial y económica, ni de una simple situación de interés estratégico. El estado puso especial interés en asumir todas las directrices sin permitir la ingerencia de compañías comerciales políticas o financieras. El jerarca supremo era el Rey, auxiliado por el Consejo Supremo y por la Casa de Contratación. El Consejo — cuya estructura se perfeccionó durante el reinado de Carlos V informaba, proponía asuntos, resolvía problemas sobre cuestiones de organización

social, protección del indio, gestión política, expansión religiosa, aplicación de la justicia e incremento de la cultura.

Las "Leyes de Indias" plasman ese admirable sistema de gobierno, en un Código que presenta minuciosa estructura jurídica, elevada nobleza de miras y desinteresada protección al indio. La consideración ecuaníme de la perfección de este Código provoca la admiración de todo espíritu imparcial y hace exclamar a Marie André: "España empobrecida, despoblada..., casi en estado de guerra permanente en Europa, había podido conservar durante más de 300 años un imperio lejano..., gracias a su sistema de gobierno... que fue el más humano y el más paternal de todos con indígenas y criollos".

Otro elemento esencial en el mecanismo complicado del gobierno del Imperio fue la Casa de Contratación, fundada en Sevilla en 1503. Sus funciones se limitaban al orden fiscal, comercial y científico. Se servían de las "Flotas de Indias" como enlace con América, siguiendo la ruta de Canarias con rumbo al mar Caribe, a Cartagena de Indias y al Golfo de Méjico...

En suma repetimos con Roberto Levillier: "España legó a las provincias de Ultramar lo mejor de sus instituciones. La obra de España en América es algo más que lirismo, frases bonitas y disparo de magnesio..."

Edward G. Bourne, grande admirador del ingente y secular esfuerzo hispano llevado a cabo por su legislación maravillosa exclama en su *Spain in América*: "La preservación del elemento indígena y su civilización, rasgos característicos y notables de la colonización española, no han sido apreciados debidamente. La Legislación española en Indias es un insigne monumento, por sus nobles tendencias, el cual puede compararse sin desdoro, en lo tocante a los estatutos de la clase trabajadora, con la legislación contemporánea de cualquier país europeo".

Desde la alborada de aquel afortunado 12 de octubre de 1492, tan pletórico de ilusión, de esperanza y de ensueño, se han insertado en la Historia la friolera de 466 años. España se ha adjudicado una maravillosa hoja de servicios, pues conquistó, evangelizó y civilizó a 20 pueblos, que fueron esas 20 hijas gloriosas, preciosas joyas de su brillante corona, América "que aun reza a Jesucristo y aun habla en español" (Rebén Darío).

Pase a mil vicisitudes, a la crítica corrosiva, a la antipatía política e ideológica, a la interpretación malévola, a la injusta apreciación, es forzosos confesar que no es posible aniquilar con una calumnia insidiosa la ingente obra secular de una noble nación, que ofrendó generosamente lo mejor de sus tesoros en beneficio del Nuevo Mundo. Ello representa una herencia sagrada que perdura através del espacio y del tiempo como impronta gloriosa e indeleble de un tríptico precioso de valores espirituales, culturales, y sociales.

Interpretando como hecho realizado un concepto profético emitido en un supuesto pretérito histórico, ponemos punto final, desgranando los expresivos versos del gran vate nicaragüense Rubén Darío que prorrumpe en un augurio de esperanza pletórico de evaltación:

Dejad que siga y bogue la galera...
con rumbo a una Atántica española,
en donde el porvenir calla y espera.

Que la Raza está en pie y el brazo listo,
que va en el barco el capitán Cervantes.
! Y arriba flota el pabellón de Cristo!

BIBLIOGRAFIA

- | | |
|-----------------------------|--|
| Jaime Vicens Vives | — Historia General Moderna. |
| Manuel Ballesteros Giobrois | — Historia de la Cultura. |
| | — Historia de América. |
| Demetrio Ramos Pérez | — historia de la colonización E. en América. |
| A. Herrero Miguel | — Hstoria de la Civilización. |
| Manuel Ferrandis Torres | — Historia General de la Cultura. |
| A. de Cárcer de Montalbán | — Historia General de España y de las naciones americanas. |
| José Tudela | — El legado de Epaña a América. |
| César Silió Cortés | — Isabel la Católica. |
| José M. Doussinague | — La política internacional de Fernando el Católico. |
| Francisco Gómez de Mercado | — Dogmas nacionales del Rey Católico. |
| Celestino Testore S. J. | — BB. Roque González y Compañeros, mártires del Paraguay. |

O PODER NACIONAL SUA CONCEITUAÇÃO E SEUS FUNDAMENTOS

Prof. Amir Borges Fortes

Conferência proferida no curso de Cultura Geral,
promovido pelo D.C.E. da P.U.C.

I — INTRODUÇÃO

I. I — Nações ricas e pobres. Nações fortes e fracas.

Muitas vêzes, em nossas meditações e na observação dos fatos que ocorrem no mundo conturbado em que vivemos, acondem-nos indagações como

— Por que certas nações gozam de prestígio e bem-estar, enquanto outras não têm maior expressão política nem econômica?

— Por que algumas nações dirimem e adotam as atitudes que mais lhe convem, e outras têm grandemente reduzida, ou antes, limitada sua capacidade de auto-determinação?

— Por que, enfim, umas nações são fortes e outras são fracas?

Será justamente na tentativa de dar uma resposta adequada a essas indagações que vamos examinar, entre tantos fatores que afetam e caracterizam uma nação, aquêles que são capazes de influir em sua identificação como forte ou fraca, rica ou necessitada.

A fim de bem compreendermos o exame que nos propomos realizar, cumpre estabelecer, previamente, algumas noções que reputamos indispensáveis ao prosseguimento desta palestra.

I. 2 — Interesses e aspirações.

O homem, em sua eterna luta pela existência, tem procurado dominar o meio onde vive, estimulado pelo instintivo interesse de conservar-se, durar e progredir.

As reações nem sempre dóceis às solicitações individuais e a natureza por vêzes agressiva e brutal das forças a subjugar, desenvolveram-lhe o espírito gregário, através do qual o homem se empenha em realizar aquêles desígnios.

O viver em comum, a aquisição de hábitos, costumes, tradições,

atitudes religiosas e identidade de línguas, leva à evolução da tendência individual exclusivista, para uma consciência coletiva que, ao fim, reflete determinado complexo cultural e contribui para estabelecer as bases de uma estrutura social.

As interrelações dos grupos sociais, a cultura que se desenvolve e sedimenta dentro de cada um, conduz à cristalização dos interesses desses grupos através da mentalidade coletiva e suas reações emocionais, projetando-os para o terreno da aspiração.

A aspiração é, assim, o interesse que superou a fase primária do instinto e pressupõe evolução e cultura. É a sublimação do interesse.

I. 3 — Nações e Estado. Estado-nação

Unido por laços de religião, língua e cultura, o grupo desenvolve-se, buscando promover o bem comum. Já agora êle não busca apenas sobreviver, mas aspira sobreviver com bem-estar, na área mais adequada a êsse fim e com capacidade para definir suas atitudes mais convenientes aos fins que se propõe. Essa aspiração fundamental plasma uma consciência de grupo, atributo indispensável para que se constitua uma *nação*.

Árdua seria nossa tentativa para definir o que seja a nação, subdividindo-se as opiniões a respeito. Para uns, a essência da nação é um elemento subjetivo, psicológico ou moral; Mancini, Palma e Rénan assinalam êsse elemento como sendo a *consciência nacional*; Le Fur e Leclerg apontam o sentimento político, a vontade de viver em comum. Outros fundamentam o conceito de nação em aspectos de caráter nitidamente objetivo, tais como a identidade de idioma, de hábitos, costumes e tradições.

Não temos dúvida em aceitar as razões daqueles que fundamentam a nação na existência da consciência nacional, que, a nosso ver, se sobrepõe à diversidade de línguas, de origem, costumes e tradições, de religiões e, até mesmo, à inexistência de território.

É, porém, através do Estado, aspecto jurídico-político da nação, que o grupo nacional vai realizar suas aspirações.

Não nos animamos, igualmente, a definir o Estado, pelo mesmo receio que nos assaltou relativamente à definição de nação. E não devemos esquecer a advertência de Frederico Bastiat, propondo a instituição de um prêmio de um milhão de francos a quem der uma boa, simples e inteligível definição desse nome — o Estado.

Para Kranenburg, o Estado é o instrumento através do qual a nação impõe sua presença na ordem internacional e realiza sua ação coercitiva na ordem interna.

Estado e nação não são dois fenômenos paralelos, mas dois aspectos de um mesmo fenômeno.

O Estado reveste o aspecto soberano da nação nas suas relações

exteriores e assegura uma necessária ordem interior, no sentido de defender o grupo e cada integrante do grupo em favor do bem comum.

Como elementos fundamentais do Estado admitimos:

1. Pluralidade de pessoas;
2. União moral e constante dessas pessoas;
3. Soberania internacional;
4. Um princípio interno e diretor — a autoridade.

O estado é, pois, a nação dotada de soberania, dispondo de território e constituindo a unidade na ordem internacional. Comporta-se como verdadeiro organismo vivo, ligando-se orgânicamente ao solo.

Como todo organismo, o Estado evoluiu, tendo adquirido nova expressão no Congresso de Westfália, em 1648, quando novos preceitos foram proclamados, relativos não apenas à independência e igualdade entre os Estados, mas, ainda, às condições de entendimento entre êstes. Foi então que surgiu o moderno conceito de *Estado-nação*, figura política na qual se deu particular ênfase ao fundamento nacionalista e, sobretudo, ao povo, ao grupo social que integra o Estado.

O mundo contemporâneo está organizado na base de Estado-nações, soberanos e de governos politicamente autônomos. Êsses governos são constituídos, em cada momento, pela elite dirigente do Estado, elite que deve ter em vista constantemente, como condicionante moral de sua ação, o realizar das aspirações do grupo nacional.

O Estado traduz as aspirações do grupo nacional em objetivos nacionais. Êsses objetivos visam à unidade, independência e soberania política da nação; visam ao progresso econômico e à evolução moral, cultural e social do povo. Poderíamos dizer ainda, que êsses objetivos ‘condensam a máxima aspiração que mantém o povo de conquistar, em cada etapa de sua existência, a felicidade, o bem-estar e o prestígio’.

Tais objetivos, é claro, variam no tempo, com a evolução cultural, econômica e política do grupo.

Processo da maior relevância é aquêle da definição dos objetivos nacionais pela classe dirigente, pois esta deve evitar, na sua formulação, deformações ou distorções que reflitam suas próprias ambições, ao invés de traduzir as verdadeiras aspirações do grupo.

Estas podem ser sintetizadas em — sobrevivência com bem-estar e capacidade de auto-determinação.

A capacidade de auto-determinação consiste na capacidade que deve ter o grupo para, com base em sua integração, prosperidade e prestígio, e através da ação de suas elites dirigentes, elaborar e adotar as atitudes mais capazes de conduzi-lo às suas aspirações essenciais, expressas em termo de aceitabilidade universal.

Tanto o bem-estar como a auto-determinação são função direta dos meios de que dispõe o Estado para assegurar, na ordem internacional e na ordem interna, a consecução daquelas condições.

Dessa maneira, conclui-se que o Estado deve estar aparelhado para assegurar ao grupo nacional, a conquista de seus imperativos existenciais, traduzidos em objetivos nacionais.

A essa capacidade do Estado para alcançar tais objetivos é que chamamos de *PODER NACIONAL*.

2. PODER NACIONAL

2. 1 — Conceituação

Vimos, assim, que o Poder Nacional consiste na integração de todos os meios de que dispõe o Estado para alcançar os objetivos que traduzem as aspirações do grupo nacional.

A noção de poder está intimamente ligada às relações exteriores de um Estado e constitui noção eminentemente relativa, que só existe em virtude do contato entre as nações. Esse poder define, em cada momento, o valor econômico, político, psico-social, etc., de uma nação em relação a outra.

O valor do Poder Nacional é condicionado pela nação em si própria; por seus recursos materiais, pelo vulto de sua população; pela capacidade tecnológica do povo para aproveitar os recursos de que dispõe; por seu território, pela posição em relação a outras nações. Podemos, pois, concluir, que três são os elementos do Poder Nacional — espaço, homens e recursos naturais.

O desenvolvimento desses elementos e suas combinações, implicam no desenvolvimento do Poder Nacional, dando, à nação, a segurança de atingir os objetivos que definem suas aspirações e de, uma vez atingidos, salvaguardá-los.

Não se deve esquecer, porém, o caráter eminentemente relativo do valor desse poder; essa noção de relatividade é fundamental na análise comparativa dos elementos e dos fatores do Poder e na avaliação do grau de poder de uma nação.

Examinemos, rapidamente, cada um dos três elementos acima alinhados.

O *valor demográfico* de uma nação contribui para sua capacidade de poder, pois um país dotado de grande população, tem possibilidade de promover a integração social e econômica de seu território, concorrendo, assim, para maior riqueza do Estado. Não basta, entretanto, grande população; necessário se torna adequada distribuição demográfica, com vistas àquela integração.

O valor cultural da população, como é evidente, muito contribui para aumentar a capacidade de poder, de vez que permitirá conveniente desenvolvimento tecnológico para aproveitamento dos recursos materiais de que dispõe a nação.

Os recursos valem pelo que podem proporcionar nos diversos se-

tôres da economia. Por outro lado, a natureza de tais recursos pode contribuir para dar expressão à nação, perante outras.

O espaço é de grande importância para definição do poder nacional. as nações dotadas de grande base física assumem particular importância entre as demais. Não basta, porém, que uma nação disponha de grande base física, de densa população e variados recursos naturais, para ser considerada uma nação rica e forte.

A nação é efetivamente rica suando sua população é numerosa, saudável e tecnologicamente capacitada ao bom aproveitamento de seus recursos; quando dispõe de recursos essenciais a um apreciável grau de auto-suficiência e utiliza, efetivamente, êsses recursos.

A nação é potencialmente rica quando dispõe de recursos populacionais e materiais pouco explorados, mas capazes de, uma vez bem desenvolvidos, conferirem à nação atual, isto é, grau satisfatório de bem-estar e prestígio.

2. 2 — Fundamentos do Poder Nacional.

Os fundamentos do Poder Nacional resultam das múltiplas combinações possíveis dos elementos acima examinados. Dessa maneira, tais fundamentos podem ser de natureza econômica, geográfica, política, sócio-cultural, militar, etc.

O Poder Nacional assim fundamentado, é expresso sob a forma de poder político, poder sócio-cultural, poder econômico, poder militar, etc; quando avaliados em relação a fundamentos semelhantes de outros Estados. Assim, o poder econômico de uma nação é extremamente variável, segundo o poder correspondente da nação com a qual a primeira é confrontada.

É evidente que cada um dêsses poderes não se apresentam isoladamente, mas como a resultante das interações dos diferentes poderes.

Assim, o poder econômico depende do fator humano e dos recursos naturais de uma nação.

O desenvolvimento do potencial de uma nação é feito com vistas a duas finalidades e implica num processo de acumulação de poder:

- Para as nações de índole pacifista, essa acumulação visa, não apenas, à obtenção de maior grau de bem-estar próprio e apreciável grau de auto-suficiência, mas, ainda, a ampliar a capacidade de resistência à agressão, de defesa de sua soberania e de sua integridade territorial;
- Para as nações de índole pacifista, essa acumulação visa, não apenas, a dominação sobre outros povos, sob diversas modalidades — dominação política, econômica, obtenção de privilégios ou zonas de influência ,etc.

A acumulação desmedida de poder, porém, reveste-se de gravidade, se considerarmos que o sistema de Estado-nações não contribui

para que se chegasse à solução ideal na regulação das relações entre si. Realmente, a convivência dos Estados-nações não tem sido isenta de lutas e discórdias e a essas lutas e discórdias não têm conseguido sobrepor-se os organismos internacionais destinados a propiciar melhor entendimento entre os Estados. Grupos de Estados multiplicam seus compromissos recíprocos através de tratados, convênios, obrigações, mas, todos êsses compromissos estão na dependência da vontade e da compreensão moral de cada um, por não haver ainda sanções para os que venham a faltar ao convencionado. Por isso assim se expressou um estudioso do assunto: “O mundo de hoje é um mundo sem lei — não pela carência de preceitos jurídicos e administrativos no campo internacional — mas porque as nações recusam conformar suas políticas nacionais por aquêles preceitos, ou submeter a tribunais competentes as disputas surgidas em conflitos de interêsses que consideram vitais ou, finalmente, empregar, ainda, o organismo de paz existente, com o adequado poder coercitivo”.

Assim, o processo de acumulação de Poder pode arrastar a nação a emprêsas de extrema gravidade, dependendo das tendências naturais do grupo nacional e, as mais das vêzes, dependendo exclusivamente da orientação do grupo dirigente que poderá, divorciado dos verdadeiros anseios do povo, adotar atitudes capazes de levar o país à utilização abusiva e violenta do poder acumulado.

Apreciemos alguns dos fundamentos geográficos, políticos, econômicos, psico-sociais e militares do Poder Nacional.

2. 2. I — Fundamentos geográficos.

Os fundamentos geográficos do Poder Nacional podem ser resumidos em extensão, forma e posição.

A *extensão* apresenta caráter relativo como fonte de poder, pois não pode ser tomada isoladamente, sem a necessária consideração das características físicas do território. É de observação corrente que as nações, em todos os tempos, disputaram-se a posse de grandes territórios, embora batendo-se mesmo por terras de pequeno valor econômico. Observemos que as grandes potências sempre possuíram grandes áreas, seja contínuas, seja descontínuas, e, neste último caso, complementam sua capacidade de utilização dessas áreas mediante o desenvolvimento do poder marítimo, por exemplo. Há exemplos de nações com pequenos territórios e larga projeção, como a Holanda e Espanha, nos séculos XV e XVI, mas êsse prestígio em parte desapareceu com a falência de seu poder naval.

As grandes bases físicas podem proporcionar:

- possibilidade de riquezas naturais;
- possibilidade de grande população;
- efeitos psicológicos sôbre os habitantes;

— maior capacidade de proteção em caso de agressão.

Realmente, nas grandes áreas, há maiores possibilidades da existência de recursos diversificados e abundantes, pela variedade de condições fisiográficas, climáticas, geológicas, etc.

As grandes extensões permitem, se dotadas de condições adequadas, a sobrevivência de grandes massas demográficas.

Do ponto de vista psicológico, as grandes extensões dão maior confiança aos habitantes, criando-lhes sentimento salutar de orgulho de sua grande terra.

Finalmente, do ponto de vista militar, os países dotados de grande superfície, estão melhor habilitados à defesa em profundidade, de maneira a forçar o invasor ao degaste pela extensão de suas forças e progressivo afastamento de suas bases de apoio. Tenha-se presente os exmplos já históricos da Rússia.

Por outro lado, os grands espaços impõem servidões severas a seus possuidores.

De fato, os grandes espaços valem por sua integração — econômica, demográfica, social. Essa integração exige conveniente rede de transportes, capaz de assegurar a circulação econômica e social, bem como a movimentação de grandes massas humanas e materiais indispensáveis à segurança nacional e à salvaguarda da soberania do Estado. E hoje, devemos dizê-lo, o valor da extensão está bastante alterado em consequência do progresso tecnológico que reduziu o mundo a dimensões extremamente limitadas. O desenvolvimento extraordinário dos meios de transporte, acarretou o que se chamou “encolhimento do mundo”, tornando insuficientes ou pequenas, áreas até agora apreciáveis.

A forma já se não reveste de tanta importância no que diz respeito à sua influência na valorização do Poder Nacional. Mas, de qualquer modo, as formas compactas favorecem a coesão nacional, contribuindo, assim, para maior sentimento de unidade. O alongamento no sentido dos meridianos permite acentuada variedade de climas, influenciando favoravelmente na expressão econômica do país.

A posição apresenta grande valor para o Poder de uma nação. Esse valor é sobretudo de ordem política, pois define o sistema de relações com as nações que lhe são próximas ou contínuas. Além dessa posição que poderíamos chamar de política, há a considerar a posição geográfica, em relação ao equador, aos oceanos, aos grandes centros econômicos, etc.

2, 2. 2 — Fundamentos Políticos.

Os fundamentos políticos do Poder Nacional foram definidos como:

- cultura política das massas e das elites;
- organização constitucional e administrativa da nação;

- instituições políticas;
- estrutura e dinâmica partidárias.

A *cultura política* das elites e das massas, permite abalizada compreensão dos verdadeiros objetivos do Estado, confiança no acêrto da política governamental, tudo contribuindo para consolidação da consciência nacional dentro de convicções inabaláveis.

Ainda permite ao povo a exata compreensão de seus deveres e de seus direitos dentro do grupo nacional.

A *organização constitucional e administrativa* de um Estado deve ser compatível com os interesses nacionais. As instituições estabelecidas devem ser fruto da índole povo, do elemento humano do Estado e, por isso mesmo, devem ser preservadas, a fim de não se tornarem incompatíveis com seus verdadeiros fins.

Nos Estados de caráter íntidamente democrático, as respectivas instituições baseiam-se na pluralidade de partidos. Isso, entretanto, não implica na obrigatoriedade de mais de um e não, necessariamente, na proliferação absurda de partidos reduzidos que, como podemos observar, acabam conduzindo ao extremo opôsto de partido único, ou seja, a absorção dos pequenos partidos pelos que se desenvolvem em condições mais vantajosas, caindo-se assim no partido único, de caráter totalitário.

Finalmente, a *estrutura e dinâmica partidárias* devem se definir através do perfeito entrosamento dos partidos com os objetivos nacionais, levando-os a estabelecer programas emetivamente capazes de conduzir àquêls objetivos, ao invés d atender a interesses subalternos de grupos de indivíduos ambiciosos de poder. Os partidos deverão contribuir para o esclarecimento político das massas, de maneira a permitir a formação de uma opinião pública devidamente esclarecida. Só assim os fundamentos políticos contribuirão, realmente, para a valorização do poder político da nação e para o bem comum.

2. 2. 3 — Fundamentos econômicos.

Os fundamentos econômicos revestem-se de particular ênfase quanto à sua influência para a valorização do Poder Nacional. É no exame dos fundamentos econômicos que se tornam antagônicos os dois princípios antes citados como orientadores do processo de acumulação de poder.

Realmente, quando essa acumulação visa a aplicação direta da fôrça, é feita mediante aprovisionamento de bens e serviços, que, no caso, representam capital não reprodutivo por sua estagnação à espera de aplicação futura. Quando a busca da riqueza visa a obtenção de maior grau de bem-estar para o grupo social, há acumulação de capital reprodutivo. A acumulação de poder para emprêgo futuro, implica em subtrair do consumo, bens e serviços, o que, inevitável-

mente, acarreta redução do padrão de vida ou diminuição da parcela destinada a investimentos produtivos. O resultado será o comprometimento da capacidade futura de bens e serviços.

Por isso, o fundamento econômico do poder nacional assume relevante importância e tem como “núcleo a riqueza e como expressão o bem-estar”.

Entre os fundamentos integrantes do poder econômico, devemos situar, enfaticamente, as comunicações e transportes e a energia, como elementos por assim dizer essenciais.

O problema das comunicações e dos transportes, ou seja, da circulação, fundamental, porque dêle depende o maior ou menor grau de desenvolvimento das relações entre as economias urbanas e regionais a distribuição das matérias-primas, o acesso aos centros de consumo e de distribuição.

Cumprido citar, a seguir, a capacidade técnico-científico do grupo, com vistas ao desenvolvimento de sua industrialização e, sobretudo, da indústria pesada, a que produz meios de produção — indústrias siderúrgicas, eletro-químicas e correlatas. É através da aplicação desses instrumentos, que vamos orientar o desenvolvimento progressivo da transformação da matéria-prima em bens de consumo. Os fundamentos decorrentes e que contribuem para conferir maior valor ao Poder Nacional, são os processos de trocas, de comércio exterior, de desenvolvimento demográfico, etc.

2. 2. 4 — Fundamentos psico-sociais.

Os elementos que integram os fundamentos psico-sociais podem ser assim definidos:

- população do Estado, compreendendo-se sua composição e volume;
- estrutura das classes sociais e dinâmicas dessas classes, isto é, seus movimentos horizontais e verticais;
- moral do povo, baseada na consolidação da mentalidade e consciência nacionais.

A quantidade e a qualidade da população constituem dados pelos quais um estado moderno avalia sua posição no confronto do poder político mundial. A história nos mostra que o declínio de uma população, seja fisicamente, seja moralmente, sobretudo, acarreta o declínio do seu poder e do Estado.

É claro que não basta dispor-se, como já acentuamos, de uma população densa. Há necessidade que essa população alcance apreciável nível cultural. Inúmeros são os países que, embora dispondo de grande população, apresentam grau limitado de bem-estar e mesmo de poder, pela incapacidade de desenvolvimento adequado de sua economia, em bases racionais. A expansão industrial exige população convenientemente preparada e daí a necessidade do esforço tenaz e bem

orientado, para buscar o aprimoramento da qualidade da população através de sua educação.

Igualmente indispensável se torna a harmonia entre as classes sociais. As incompreensões e rivalidades entre elas devem ser evitadas; os desajustamentos entre as massas e as elites conduzem ao enfraquecimento do poder do Estado. Necessário se torna uma assistência equilibrada à diversas classes, no sentido de proporcionar-lhes bem-estar e evitando a necessidade e a miséria de umas, em contraposição à fartura e desperdício de outras.

Da mesma maneira a existência de preconceitos de côr e raça, bem como os regionalismos extremados, constituem perigosos fatores de desagregação social, conduzindo ao esfacelamento da nacionalidade.

Finalmente, cumpre dizer rapidamente palavras sôbre a moral do povo, outro elemento indispensável à valorização do poder nacional.

É principalmente indispensável a existência de uma mentalidade nacional para que se concretize e consolide a unidade do grupo — unidade moral e psicológica.

O grau de determinação com que o povo apóia a política de seu govêrno, mesmo nos transes mais graves e difíceis, define o estado moral do grupo social e da nação.

A moral nacional, sob a forma de opinião pública, constitui-se em elemento indispensável sem cujo apoio nenhum govêrno poderá coroar os objetivos da política nacional. Naturalmente, para isso obter, torna-se necessário que o govêrno se imponha, de fato, à confiança e ao respeito do povo e, isso, deve êle revestir-se de características morais e realizadoras absolutamente inatacáveis. Um povo deve confiar no govêrno que possui e, sobretudo, se considerar que êsse govêrno é constituído por homens escolhidos pelo próprio povo. É evidente, pois, a necessidade de educar politicamente a massa que vota, para que os eleitos realizem, de fato, aquilo que deles se pretende.

Se o govêrno não s impõe à confiança do grupo social, por suas atitudes e ações; quando o govêrno usa de sua posição em flagrante favor do grupo dirigente e em desacôrdo com aquela elevação de integridade que dêle se espera, então, êle, govêrno, se desmoraliza e, igualmente, cai a moral do povo, fragmenta-se a unidade nacional, enfraquece-se o poder nacional, desprestigia-se a nação na órbita internacional.

2. 2. 5 — Fundamentos militares.

O poder militar é a expressão armada do poder nacional e deve constituir o último instrumento a ser utilizado pelo Estado para manutenção de seu prestígio e bem-estar bem como para salvaguarda de sua capacidade de auto-determinação.

É o poder mais intimamente ligado ao Estado ,ao qual, tradicio-

nalmente, tem cabido utilizá-lo e empregá-lo.

O poder militar é a integração dos poderes marítimo, terrestre e aéreo, sobre os quais o Estado exerce monopólio. A tendência moderna é a centralização, nas mãos do Estado, de tôdas as organizações militares e para-militares.

Para que o poder militar de uma nação justifique, realmente, sua existência, torna-se indispensável sua adequação aos fins a que se destina. Daí surgirá a dosagem conveniente do valor dêsse poder, numa constante observação das oportunidades e eventualidades de seu emprêgo.

As fôrças armadas são o arcabouço do poder militar, mas sua eficiência e seu valor encontram-se na estreita dependência do poder econômico. Daí surge mesmo, em diversas ocasiões, verdadeiro antagonismo entre os dois poderes, que a presentam necessidades postas, com o surgimento de verdadeiros dilemas entre o poder e o bem-estar, entre o poder militar e o desenvolvimento econômico, entre o poder militar de hoje e a segurança de amanhã.

O poder militar de uma nação é função:

- do potencial humano militar
- da estrutura militar
- do desdobramento territorial das fôrças armadas
- da organização logística ou seja, de apoio às fôrças em operações.

É no valor do homem que repousa a maior parte da pontencialidade de uma nação. O valor humano depende de uma série de fatores que se interligam e completaram. Depende das qualidades morais do povo; da presença de uma consciência nacional, do vulto, distribuição por idade sexo e crescimento da população, do número de indivíduos aptos ao trabalho e à luta, do tipo de economia industrial ou agrícola, da capacidade científica e técnica da nação.

A complexidade da guerra moderna criou a necessidade de grupar atividades afins aos campos de estratégia e da tática, em uma organização que se denomina logística. Como medida preventiva, cumpre evitar três perigos no que tange à preparação das fôrças armadas:

- destinar-lhes fundos insuficientes,
- destinar-lhes fundos excessivos, levando o Estado à precária situação financeira, com o natural prejuízo de outras atividades vitais,
- destinar-lhes fundos suficientes, mas distribuídos inadequadamente, rompendo, assim, o necessário equilíbrio entre as três fôrças.

3 — Segurança Nacional

Do valor do Poder Nacional, decorre a noção de Segurança Na-

cional, que pode ser definida como o grau de Poder capaz de assegurar o bem-estar e a auto-determinação do povo de um Estado.

Assim, o poder nacional constitui o instrumento de ação do Estado na consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais e proporciona, segundo seu valor, a maior ou menor segurança de consegui-los e mantê-los.

A segurança nacional é efeito e consequência. É uma condição social indispensável ao bem-estar contínuo da nação e necessária para que compatível com as aspirações nacionais, verdadeiras e legítimas.

A manutenção da segurança é um processo contínuo e incessante. Não se trata de uma condição a ser conseguida ou atingida, mas a ser mantida. Admite-se mesmo o caráter de permanência para o problema da segurança nacional, isto é, encara-se-o como um processo contínuo, na paz e na guerra, em tempos de bonança ou de intranqüilidade.

A conceituação acima exposta de Segurança, confere-lhe dois aspectos: um estático, representado pela manutenção dos objetivos já alcançados; outro dinâmico, que é o da realização dos objetivos ainda não atingidos.

Para as nações que já atingiram aceitável grau de bem-estar, mediante desenvolvimento de seu poder econômico, o conceito de segurança consiste na manutenção do status quo alcançado. Outras, porém, estão em busca de sua prosperidade e prestígio, o que confere ao seu conceito de Segurança caráter eminentemente dinâmico..

É com a finalidade de garantir sua Segurança que as nações buscam criar organismos internacionais ou adotam atitudes capazes de lhes proporcionar maior grau dessa condição indispensável. Assim as ligas internacionais, as organizações de nações, são entidades destinadas a aumentar o grau de segurança das nações filiadas. Da mesma maneira, os processos de equilíbrio de forças através de alianças, nada mais visam do que tal resultado.

4. — Conclusão

Não basta a uma nação ser fisicamente grande, nem dispor de grande população e de abundantes recursos naturais para que, só por isso, se ponha a salvo da arremetida das grandes potências.

Para isso, impõe-se a dinamização dos recursos disponíveis; é necessário transformar sua potencialidade, sua capacidade de poder, em poder efetivo; cumpre promover seu desenvolvimento tecnológico e fortalecer as qualidades morais de seu povo, pela consolidação do sentimento de unidade, pela formação de uma consciência nacional, para que ele integre as condições indispensáveis à preservação de seus imperativos existenciais, alcançando e resguardando o bem-estar do povo e a soberania do Estado.

Para que o poder nacional esteja, a cada momento, apto a garantir à nação essas condições, necessário se torna que êsse poder seja revisto constantemente, proporcionando ao govêrno, as indicações capazes de o manterem ao nível dos efeitos que dêle se esperam. Não devemos nunca esquecer que: “o preço da liberdade — é a eterna vigi-lância”.

Essa vigilância tem de ser paga e custa caro à economia e ao bem-estar dos povos que amam a liberdade.

Devemos estar convencidos de que cabe a cada nação o desenvolvi-mento dos fatôres capazes de lhe conferir aceitável grau de poder e, com isso a segurança indispensável à manutenção de sua soberania e de seu prestígio.

É em si própria e no seu povo que ela deve buscar os elementos capazes de lhe permitir a elaboração da soma de poder necessária a as-segurar a consecução de seus objetivos. Por isso muito oportunas nos parecem as palavras de advertência de Georges Washington: “Devemos ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinte-ressados de outras; e que tudo quanto uma nação receber como favor, terá de pagar, mais tarde, com parte de sua independência”.

CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA FORTALEZA DO PARU

No Estado do Pará

Pe. Carlos Borromeu Ebner C.P.P.S.

Perto da embocadura do Rio Paru no Amazonas, os holandeses construíram um fortim à margem esquerda. Na concepção batava o Amazonas devia ser a fronteira setentrional das possessões holandesas equatorianas.

Essa concepção foi provisória. Sabemos que os batavos atravessaram o Amazonas e construíram fortalezas, por exemplo, de Mariocai, (hoje Gurupá) na margem direita do mesmo rio e que entraram no vale do Xingu, onde levantaram fortins em ambas as margens, assim Madiutuba, Oranha, Cruajo e Maturu (hoje Pôrto de Moz).

Bento Maciel Parente, Capitão do território do Cabo do Norte (mais tarde Capitania do Cabo do Norte) — essa região corresponde hoje mais ou menos ao Território do Amapá, destruiu as fortalezas holandesas, acabou o reino dos batavos que andavam em procura de açúcar de cana, a moeda mais valorizada da época de então, no velho mundo.

Bento Maciel reconstruiu uma ou outra fortaleza em parte com os construtores antigos que já serviram aos holandeses. Aos 14 de junho de 1637 foi constituída a Capitania do Cabo do Norte por El Rei Filipe IV da Espanha e III de Portugal, abrangendo o território entre os rios Oiapoque, Amazonas e Paru e o Oceano Atlântico. Bento Maciel, o primeiro chefe desta capitania recém-criada começava imediatamente trabalhar na defesa desta terra cobiçada por três nações da Europa: a Holanda, a França e a Inglaterra. Até interêsses germânicos revelaram-se em assunto da Capitania do Cabo do Norte como consta em um relatório “Gruendlicher Bericht des in Amerika zwischen dem Rio Orinoco und Rio de las Amazonas an der western Küste in Guyana gelegenen Strich Landes, welchen die Westingische Kompagnie der Vereinigten Niederlande dn 18. Juli 1669 an Grafen Friedrich Casmir zu Hanau ueberlassen hat. — Frankfurt, an Main, 1669”.

Aos 27 de janeiro de 1638 começaram as obras de reconstrução da Fortaleza de Nossa Senhora do Destêrro (na sede atual da Prefeitura de Almeirim) sôbre as ruínas e muralhas batavas.

No ano de 1639 veio o missionário jesuíta espanhol Padre Acuna à

Fortaleza do Paru onde encontrou trinta soldados portugueses e uma peça de artilharia.

Le Febure de la Barre, o chefe da expedição militar francesa (aliás a IV expedição francesa pela conquista da Capitania do Cabo do Norte deu à Fortaleza do Paru em 1640 o nome de Destierro.

Nicolas Sansón, um geógrafo da França, no ano de 1675 deu a Paru o nome de Estero. De 1686 a 1688 foram renovadas essencialmente as construções de defesa do Paru sob a chefia de um indivíduo João Luxemburgo, assim o Fortim de Toéré ou (Tocré) perto de Prainha no Amazonas.

Em 1697 as fortalezas de Macapá, Paru e Toéré foram conquistadas pelos invasores franceses e destruídas. Os gauleses queriam fazer do Amazonas o limite do seu reino colonial de Guiana.

Pedro João Felipe Bettendorf, o afamado cronista da Companhia de Jesus, faz referências a essa conquista e transcreve uma carta do conquistador francês ao Governador do Pará:

“Fortaleza do Paru, aos 19 de junho de 1697.

Depois de vos ter escrito muitas vezes, Senhor, que El Rei, meu amo não permitia que fizésseis edificar fortaleza da banda ocidental dêste rio, como terras dependentes de sua coroa, ordenou-me Sua Magestade de expulsar os portugueses, o que me tem obrigado a vir cá, onde recusou fazer, portanto cheguei e umesmo m pssoa à porta dela, para com isso obrgá-lo a não esperar o fogo de meus soldados, os quais estavam prestes a lançar os seus fogos artificiais e foi tal a sua obstinação que me custou muito detê-los.

Envio-vos, Senhor, a cópia do inventário do que tenho achado nesta fortaleza, encontrei munições de guerra para o presídio e as armas dos portugueses, as quais lhes tornei a dar, nenhum francês lhes tem feito injustiça alguma, mas uns índios tomaram algumas camisas e outros fatos miúdos nas casas de fora, enquanto eu estava na contra-escarpa da fortaleza, de que mandei restituir o que me foi possível.

Mando derrubar a fortaleza do Paru.

Êstes fatos, Senhor, vos farão refletir sôbre o direito da França a estas terras, e vos devem significar que nunca houve linhas de demarcação entre nós, e que aquelas que declarais terem sido feitas pelo Papa Alexandre VI não têm o mesmo valor em França que entre as coroas de Portugal e Espanha, sem entrarmos mais para dentro de nossas justas pretensões.

Convido-vos, sòmente pela consideração que sempre vos prestei, a não esperardes novas desavenças entre nós e de contribuirdes de vossa boa união e com o mesmo sofrimento que tive em receber todos os estorvos e injúrias que têm feito os súditos de vosso govêrno ou do meu sôbre as terras de sua dependência ou jurisdição, espero fareis dar fim a essas desordens, pelo que eu terei em tôdas as ocasiões lugar

de vos dizer que sou com muita amizade e tôda a estima que merecis, Senhor, vosso muito humilde e obediente servidor, — Ferroles.

Esqueci-me de vos significar que tenho ordem de impedir as guerras que mandais fazer aos índios destas terras e de ampará-los como súditos de Sua Majestade. (João Felipe Bettendorf, Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, pgs. 624).

Macapá, 3 de junho de 1697.

Segue-se o traslado da que escreve, da Fortaleza do Paru, ao Governador Antônio de Albuquerque, o capitão francês Lamothe-Caignon que também eu fiz:

Fui ver as casas dos índios e tendo respeitado o pouco mantimento que achei na praça, me pus fora do estado de podê-la arrasar, como tinha ordem de fazer, contentei-me com queimar sòmente as casas dos portuguezs para vos fazer conhecer, Senhor, que, o Senhor Marquês de Ferroles tem ordem de impedir que façais qualquer morada estável na parte do rio que depende do sue govêrno.

Fiz conservar as casas dos índios, por considerá-los vassallos ou súditos de El Rei, meu amo, tendo o Sr. Marquês ordem de olhar para êles como tais e tomá-los debaixo de sua proteção...

Também fiz conservar a Igreja, por ter ordem de respeitar os Reverendos Padres Missionários que achasse que El Rei sempre cristianíssimo, acha muito bem que continuem a instruir os índios desta banda até que os nossos missionários o possam fazer...

Assim tornaram-se os franceses senhores das fortalezas do Paru, Tocré e Macapá, mas só por um breve tempo.

O governador do Pará, Antônio de Albuquerque mandou as suas tropas sob a chefia dos capitães Francisco de Souza Fundão e João Moniz de Mendonça que em breve hastearam de novo as bandeiras portuguezas sôbre as ruínas das fortalezas, conquistadas pelos gauleses.

Os franceses já eram diplomatas bastante ao conquistar as fortalezas em tratar com muita clemência os soldados e o resto da população, assim podiam também contar com a clemência dos novos conquistadores, o que alcançaram das tropas portuguezas, paraenses.

Os franceses alcançaram a ansiada liberdade sem humilhação alguma e meios de transporte para a volta das terras goianas francesas. Também receberam mantimentos suficientes para a viagem marítima. Um índio Aruan e o missionário francês Cláudio de Lamousse serviram de guia pelos numerosos riachos do rio mar.

Um dos capitães franceses, ferido na luta, pediu ao capitão Francisco de Souza Fundão que lhe entregasse umas camisas de sua propriedade e de origem da França, em que foi atendido. Francisco de Souza Fundão deu mais algumas peças da sua própria mala, demonstrando desta maneira a sua generosidade com os vencidos.

As destruições dos gauleses eram grandes na igreja, foi destruído

o bêrço de Natal, foi quebrado um crucifixo artístico histórico e a imagem histórica de Nossa Senhora de Desterro foi profanada pelas facas da soldadesca vencida. (Crônica, 625 e seg.)

Antônio de Albuquerque mandou reconstruir imediatamente a fortaleza do Paru e as obras foram chefiadas pelo mestre alemão Francisco Heller.

Durante quase meio século não se fala mais do Paru, somente em 1745 relata o cronista que os militares de Belém do Pará tinham chegado à conclusão essencial de defesa do Amazonas.

Em 1749 chegou Capitão Caetano Corrêa Pinto a ser o Comandante supremo da fortaleza do Paru.

Em 1758 veio o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado à fortaleza do Paru e deu um novo nome à fortaleza, à aldeia de índios e à paróquia do Paru, *Almeirim*.

Frei Antônio de S. Joaquim, missionário do Paru de então, foi transferido para Portugal, porque não quis se submeter à vontade do poderoso governador Mendonça de Furtado.

Muitos soldados alemães que serviam em Portugal, foram transferidos no govêrno de Pombal para a Amazônia e para a região do vale do Paru, onde construíram moinhos e reprêsas d'água, contribuindo desta maneira para o desenvolvimento econômico da Amazônia do século XVIII.

No ano de 1762 veio Dom Frei João de S. José, Bispo do Pará em visita pastoral para a cidade de Almeirim, antigo Paru e conforme o relatório encontrou como Vigário o Padre Alexandre Leão de Moraes.

A cidade foi edificada no morro, contando apenas algumas casas. A igreja foi construída de pedra e cal e coberta com telhas. O altar-mor foi construído com madeira de lei.

O relatório da fortaleza de Almeirim, antigo Paru, do ano de 1765, escreveu que a fortaleza se achava ótimo estado de conservação, enquanto a igreja já estava arruinada. O diretor dos índios foi Francisco Serão de Oliveira.

Em 1785 o estado da igreja estava tão lamentável, que derrubaram as paredes e levantaram uma nova construção, aliás a terceira, que existiu até o ano de 1931, onde começaram a quarta construção que existe ainda hoje em linhas modernas.

Em 1789 veio Dom Frei Caetano Brandão, Bispo do Pará e renovador da Santa Casa em Belém do Pará à cidade de Almeirim (Relação, Pará, 11 de abril de 1789).

No fim do século XVIII Almeirim estava abandonado e arruinado. Os índios tinham fugido para as cabeceiras do rio Paru, para não mais sofrer as perseguições e as explorações dos diretores, instalados por Pombal e Mendonça Furtado. A Fortaleza caiu cada vez mais e serviu de pedreira. Outras peças foram vendidas para Guapo-

ré e para as casas do Xingu.

Em 1820 moravam em Almeirim 305 cidadãos livres. Dois soldados moravam nas ruínas da antiga fortaleza.

Em tôrno de 1800 chegaram uns legionários germânicos na região de Almeirim e do Rio Paru, pretendendo construir, Friburgo, uma fortaleza dos Catenes (Hessenfort). Ês es legionários tinham servido no exército de libertação dos Estados Unidos da América do Norte de onde vieram em três barcas, chegando só duas, a terceira naufragou no Oceano Atlântico e os tripulantes foram vítimas das ondas. Não se sabe certo, onde construíram Friburgo, apenas restam uns nomes germânicos desta época no seio da população paraense e um certo Petzold construiu a sua residência no Furo de Arrosal, onde foi visitado por Henry Walter Bates, o afamado cientista inglês.

Em 1820 veio Karl von Martius, o afamado cientista alemão a Almeirim, onde encontrou só população indígena e o Vigário Frei Isidoro José, um monge carmelita.

Em 1835, revolução social, conhecida sob o nome de Cabanagem meteu também as suas ondas destruidoras sôbre a cidadezinha de Almeirim. Dois moradores foram assassinados nas lutas que se travaram em tôrno das ruínas. Outros fugiram nas matas do rio Paru e Jari. Desta maneira, Almeirim perdeu cada vez mais a sua importância, fazendo crescer o matagal no largo da matriz e sôbre as muralhas da antiga fortaleza.

De 1841 a 1846 Almeirim foi habitado apenas por uns elementos senis. Mesmo o Vigário tinha abandonado a sede da paróquia por falta de recursos e de almas. Muitos antigos moradores tinham povoado as margens do canal do Aiqui, entre Amazonas e Xingu, com terras férteis.

Em 1847 veio François de Castelnau, um cientista francês a Almeirim, encontrando desolação e abandono. Ainda continuavam as vinganças e guerras civis entre as famílias.

A briga dos moradores do Paru chegou ao seu clímax em 1862, quando foi assassinado o Vigário o Padre Amâncio Pantoja, perto da igreja matriz de Almeirim. De novo começaram os processos em Almeirim e na fortaleza de Guaporé. De novo se movimentaram os exércitos de capangas e escravos. A família dos Pantoja foi poderosa e não deixou essa queda tão funesta sem vingança. Cidade e fortaleza caíram cada vez mais. Da fortaleza restam só umas paredes e umas escadas. Por causa da morte do Vigário o resto da população emigrou para as ilhas do Xingu nas margens do Xingu.

Em 1870 o número dos moradores da cidade foi tão reduzido que constava apenas de umas famílias de índios Aruans. (Siowers, Sued-und Mittelamerika, pg. 179).

Aos 4 de agosto de 1907 veio o novo Prelado da Prelazia de Santarém ao Amazonas, que começou a reconstrução da vida cultural e

religiosa nas margens do Baixo Amazonas. Também Almeirim ganhou com a influência benéfica deste príncipe da Igreja. Foi instalada a aula, curso primário. Foi reconstruída a Igreja matriz. Uma vez por mês veio um sacerdote em desobriga. Em 1932 foi iniciada a nova construção da Igreja matriz.

Em 1938, contava a cidade de Almeirim 125 moradores. As festas da matriz, Nossa Senhora da Conceição e de São Benedito contribuíram de novo para a formação da civilização do homem do mato do rio Paru e rio Jari.

Nova vida floresce nas ruínas...

BIBLIOGRAFIA

- Acuna, Cristobal de (1597) Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas, Madrid, 1641.
- Baena, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sôbre a Província do Pará, Belém do Pará, 1838.
- Bettendorf, João Felipe: Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio 1909, Vol. 72.
- Crevaux, Dr. J.: Voyages dans l'Amérique du Sud, Paris 1833.
- Ebner, C. B.: Deutsche Festungsbauleute am Amazonas im 18. Jahrhundert, in "Deutsche Nachrichten" S. Paulo 1. Vol. 1954.
Deutsche besfestigten Nordbrasilien, Conferência proferida na Rádio Vera Cruz, Rio, 18-11-54.
- Loewenau, O.F.M. Dom Frei Floriano: Cinquentenário da Prelazia de Santarém, 1903-1953, Santarém, Pará, 1953.
- Petzel, Julius: Fortaleza e Aldeia de N. S. do Desterro do Paru, Belém do Pará, 1905.
- Queiroz, Dom João de S. José, Viagens e Visitas do Sertão em o Bispado do Grão Pará em 1762-1863, Rev. do Instituto Hist. e Geog. Brasil. Vol. 9 — Rio de Janeiro.
- Reis, Artur Cesar Ferreira: Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas. Rev. SPHAN, Rio, 194., Pg. 119.
- Schwebel, Andreas, Eng. de Normnerg, no serviço do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. As plantas técnicas de muitas fortalezas da época encontram-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Speiser, Felix, Im Duester des brasilianischen Urwaldes, Stuttgart, 1926.
- Spix, Johann Baptista von un Martius, Carlos Friedrich Philipp: Reise in Brasilien, in den Jahren 1817-1820, Muenchen, 1823-1831.
- Sturm, Philipp: Engenheiro ao serviço do Governador Francisco X. de M. Furtado, As plantas encontram-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Viana, Artur: As fortificações da Amazônia, Anais da Bibl. e Arquivo Público do Pará, Vol. IV, pg. 252, 1905.
- Sievers: Sued un Mittelamerika, Berlin, 1908.
- Westindische Compagnie: Gruendlicher Bericht des in Amerika zwischen dem Rio Orinoco und Rio de las Amazonas an der western Küste in Guyana gelegenen Strich Landes, welchen die Westindische Compagnie der Vereingten Niederlande den 18. Juli 1669 an Granfen Friedrich Casmir zu Ranau ueberlassen hat. Frankfurt sôbre o Meno, 16 9.

A ARTE VELADA DE MACHADO DE ASSIS

(Análise estilística de “A Carolina”)

Irmão M. Arnulfo

As grandes obras de arte nunca se devendam totalmente a um primeiro olhar; não se deixam conhecer e possuir, na sua integridade estético-emocional, a um contato inicial ou furtivo. São virgindades recatadas, ciosas de seu mistério, abertas apenas à pureza amorosa e perseverante. Sòmente pouco a pouco, gradativamente, é que elas consentem em revelar-se aos sentidos deslumbrados e às almas atônitas. A sua pureza e a sua luz costumam ir brilhando por etapas: é preciso saber desvelá-las progressivamente, em profundidade. Penetradas assim, paulatinamente desnudadas de seu envolvente e misterioso cendal, elas entram a fulgir e a deslumbrar: véu após véu, a sua secreta e pudica formosura vai crescendo em fulgor, como um indizível céu amanhecendo numa apoteose de luz e fascinação.

Lentamente os sentidos, a vista, o ouvido, as potências internas, a fantasia, a imaginação e a inteligência, numa percepção global interior, vão se apossando do mundo de emoção estética concentrado e escondido num poema, num mármore, numa tela, numa sinfonia.

É mesmo desconcertante como as mais genuínas criações artísticas se apresentam destituídas de elementos sensíveis, de superfície, como que se imponham convincentemente a um contato inicial. Como que se defendem, na sua seriedade e desnudez, de qualquer assalto leviano, de mera curiosidade. Por isso mesmo, a não poucos chegam a parecer agressivas, antipáticas, frias, desnorteantes pelo menos. Uma tal ou qual austeridade, uma reserva, certa *secura* e contenção. tornam difícil uma simpatia imediata, uma admiração, um amor à primeira vista.

Amor fulminante é aqui impossível, a não ser em criaturas especialmente dotadas: estas afinam súbita e misteriosamente com a alma do criador, por uma intuição que se costuma chamar conhecimento de conaturalidade. Trazem um secreto germe em si, que, ao calor da obra-prima, como que explode em beleza, inefável mas revelada. Não saberiam, tanto quanto o artista criador, explicar o milagre; mas eles *viram*, os privilegiados videntes.

Podemos mesmo afirmar que são obras inferiores, medíocres, a-

quelas que de imediato convencem a qualquer um, aquelas portadoras de uma beleza de epiderme, quase evidente. A autêntica beleza participa do mistério palpitante e sombrio, claro-escuro, do céu noturno.

E no entanto, o equilíbrio, a harmonia, a condensação, alcançadas pelos artistas geniais, conferem a suas obras-primas essa marca de naturalidade, simplicidade, diria de serenidade olímpica... E é justamente o que tantas vêzes ilude o expectador inexperiente, ao analisador superficial: confundem, põem em pé de igualdade a simplicidade que é pobreza, indigência, e aquela que é riqueza escondida; não distinguem entre diamantes e miçanga, entre ouro e pechisbeque. A obra genial atinge essa simplicidade desconcertante: é simples como uma pedra, uma árvore, um riacho, como um anoitecer ou uma paisagem. Simples é isso tudo que se vê, ouve e percebe todos os dias, com aquê-le olhar, aquê-le ouvido, aquê-les sentidos estrangeiros e ausentes. Mas que fôrça oculta, que mistério em tudo! Talvez apenas na infância, com um coração virgem e sentidos virgens se pressentiu o mistério, o milagre dêsse natural. Depois se perdeu a infância. E tudo envelheceu dentro das retinas, dentro do ouvido. E tudo caducou, e é tudo agora natural, chão, cotidiano.

Quem perdeu a virgindade das sensações, quem envelheceu para o prodígio da perene juventude da criação, como poderá ser abalado pelas obras de arte? Como se comoverá? Como conseguirá penetrar nos labirintos alucinantes do milagre artístico? Principalmente, como poderá perceber a maravilha do singelo, a complexidade do espontâneo?

Será preciso voltar, insistir, e desistir, abandonar-se para possuir a beleza. E comungá-la. Só o constante, o humilde, o "aberto", conhecem a hora da comunhão estética.

O certo é que às genuínas obras de arte podemos ir sempre com abandonada confiança: elas sobrevivem impregnadas de emoção, contêm potenciais de verdade e sentimento, potenciais de beleza, uma riqueza interior suficiente para provocar calafrios e êxtases de beleza pelos séculos em fora. Pode-se dizer que essa beleza é inesgotável: sempre novos encantos, novas facêtas, sempre novas chispas de revelação hão de fulgurar aos olhos, aos ouvidos e aos corações abertos ao milagre perene da arte. Gerações sucessivas parecem ir completando essas obras, descobrindo de cada vez uma obra desconhecida até então. E mais: a mesma pessoa, em idades, em épocas e até em instantes diversos, sentirá também diferente, essa cambiante e inexaurível beleza. Mas será preciso ir à obra de arte com uma sensibilidade desperta, vibrátil, com alma devassável, com um coração puro, aberto e jovem.

Será preciso também, poder, saber justificar, explicar a emoção experimentada? Será preciso conhecer suas causas e seus graus? Será preciso que o leitor, ouvinte ou expectador, conheçam e esclareçam (ao menos para si mesmos) os meios e processos com que o artista con-

seguiu provocar a sensação estética, o impacto emocional? Em outras palavras: — deve o emocionado saber fazer a análise do complexo de complexos que é qualquer criação artística?

A emoção independe de uma visão discursiva, de um conhecimento racional, de uma observação analítica e discriminativa. Até, pelo contrário, é próprio dela a operação e percepção intuitiva, sintética, portanto. Assemelha-se nisto à experiência do próprio artista a qual é sintética também — de todo, ou pelo menos em grande parte — de natureza sintética, intuitiva. O artista cria como a ave canta.

Contudo, se a análise não é necessária (às vêzes é mesmo prejudicial) nem na criação da obra, nem na sua apreciação contemplativa, na sua fruição estética, — essa operação é indispensável a uma interpretação objetiva. a uma crítica que não queira ser puramente impressionista. É ao crítico literário moderno, ao adepto do *new criticism*, ao estilista, que se faz imprescindível uma paciente e metódica sondagem dos terrenos obscuros e misteriosos das obras de arte literária. As suas análises minuciosas e percucientes é que poderão vir a esclarecer os segredos da pontencialidade emotiva, os meios e recursos de deleitação artística que estão latentes numa criação imortal. À análise estilística, a esta inteligente dissecação dos elementos de *estilo*, compete explicar o porquê do cabedal de beleza que se disfarça numa forma exterior aparentemente chã, sem relêvo nem originalidade. As escavações laboriosas e metódicas do analista é que hão de revelar as pepitas, as jóias e os diamantes escondidos.

Ao estilicista compete, assim, investigar e possivelmente esclarecer os segredos da magia do artista literário, desvendar os truques dêsse prestidigitador de palavras. Nunca o logrará cabalmente, é certo, mas a isso é que deverá tender sempre.

Tôdas essas cousas foram escritas à guisa de introdução para uma análise estilística do famoso sonêto machadiano — A CAROLINA — “um dos mais puros sonetos de nossa língua” (1), justamente por ser notório como a alta beleza lírica e profundeza psicológica desta jóia literária não se desvendam senão furtivamente ao leitor num primeiro contato de leitura. A primeira impressão— impressão sem dúvida superficial — é a de uma poesia singela, sem relêvo, quase fria; até demasiado fria para canto elegíaco a uma pessoa muito amada (2). Só leituras repetidas e meditadas poderão fazer entrever o puro sentimento e funda emoção contidos nesses versos na aparência tão pouco “sentidos”. Uma análise estilística penetrante saberá revelar um pouco do extraordinário labor artístico, da primorosa técnica que aí se ocultam. É que o sonêto, de uma inimitável contenção lírica, foi elaborado com sábia economia verbal, com magistral domínio do instrumental idiomático: uma obra-prima da arte velada machadiana.

Tentemos deitar a luz da análise estilística sôbre a composição ma-

chadiana, na tentativa de entrever pelo menos algumas das suas secretas maravilhas. Começemos pela transcrição do soneto, segundo a lição de Manuel Bandeira (3):

A CAROLINA

*Querida, ao pé do leito derradeiro
Em que descansas dessa longa vida,
Aqui venho e virei, pobre querida,
trazer-te o coração do companheiro.*

*Pulsa-lhe aquêlê afeto verdadeiro
Que, a despeito de tôda a humana lida,
Fêz a nossa existência apeteçada
E num recanto pôs um mundo inteiro.*

*Trago-te flores, — restos arrancados
Da terra que nos viu passar unidos
E hoje mortos nos deixa e separados.*

*Que eu, se tenho nos olhos malferidos
pensamentos de vida formulados,
São pensamentos idos e vividos.*

Visto que se trata dum poema em que predomina o conteúdo, ser-nos-á proveitoso um preliminar reconhecimento da forma interna, o “plano formal imanente no desdobramento das frases” (J. Matoso Câmara Jr.). Vejamos a marcha das idéias na seqüência dos versos e das estrofes:

“A) Visita à sepultura com as idéias que acompanham êsse gesto de saudade e carinho: a evocação da felicidade pretérita e a afirmação de uma lembrança e um afeto que não mais se apagam ou sequer desfalecem (2 quartetos).

B) Oferta de flores, como símbolo dessa saudade, que assim se concretiza num gesto ritual:

*Trago-te flores, — restos arrancados
Da terra que nos viu passar unidos
E hoje mortos nos deixa e separados.*

C) Finalmente, o conceito de que o poeta está morto para o mundo, e a sua vida física se prolonga automaticamente pelo impulso adquirido de uma fôrça vital que desapareceu:

*Que eu, se tenho nos olhos malferidos
Pensamentos de vida formulados,
São pensamentos idos e vividos*". (4)

Como se vê, não deparamos aqui com a estruturação clássica do soneto: concatenação e seqüência de idéias se encaminhando ascendentemente, num crescendo, para um clímax. Machado não empregou a técnica climática; deixa apenas transparecer, num paralelismo uniforme e calmo, a sua emoção a custo contida. Se atinge um momento de beleza mais alto no fim do soneto, está longe de fechar a composição com uma brilhante chave-de-ouro.

Sem dúvida, a artística conexão entre os dois últimos pensamentos, formalmente entre os tercetos, constitui o ponto alto da criação machadiana, além de estar aí expressa a idéia fundamental: a "sobrevivência em saudade" do poeta, cuja "vida" apagou-se com a da esposa amada.

Concordamos que está, principalmente, "nesta forma interna e no seu contraste com o plano natural de um soneto (...), estilisticamente, a significação da pequena jóia poética (5)" do autor de *Dom Casmurro*. Mas não é só nessa forma interna que reside toda a sua beleza, todo o seu sêgrêdo artístico. Se examinarmos pormenorizadamente a forma externa, os meios de expressão, notaremos a magistral adequação destes ao conteúdo. A tudo presidiu uma arte espantosa, uma intuição (ou conhecimento teórico?) genial das possibilidades expressivas do idioma. Não há mas que acompanhar o artista verso por verso, palavra por palavra.

EMOÇÃO E INTIMIDADE

O poeta principia com um vocativo arrancado do fundo da alma: *Querida...* A escolha deste termo, tão familiar, tão carinhoso e terno, por parte de um homem literariamente tão avêso a sentimentalismos como foi Machado, não pode deixar de nos chamar a atenção. Empregado por qualquer vate romântico, já traduziria emoção, ternura; mas que fôrça e valor adquire, e que verdade, na pena de um escritor tão recatado no externar dos sentimentos... Mas não é só; a palavra não lhe escapou por acaso: ela vem repetida dois versos adiante; e a posição que ocupa, em ambos os casos, lhe dá maior evidência; e ainda a insistente rima em *ida, ido*, em toda a peça, é outro recurso a sublinhar êsse *querida*, que destarte afina em ternura o soneto inteiro.

MELANCOLIA RESIGNADA

Se recitarmos em voz alta os dois versos iniciais, havemos de

perceber como êles nos deixam a impressão dum vago contemplar, dum sonhar abstraído, duma resignada melancolia. A mente paira longe, numa distância irrecuperável, enquanto o corpo apenas dèbilmente respira:

*Querida, ao pé do leito derradeiro
Em que descansas dessa longa vida*

É evidente que tal impressão não procede do pensamento enunciado; há de estar nos segredos expressionais dos versos. Observemos de perto: os dois versos são acentuados de duas em duas sílabas (6):

— ˊ — ˊ — ˊ — ˋ — ˊ —
— ˊ — ˊ — ˊ — ˊ — ˊ —

O ritmo binário, uniforme, se estende sem interrupção pelos dois versos: é que o fato de o primeiro acabar e o segundo iniciar com vogal ajuda o enjambement, embebendo-se perfeitamente um no outro, sem tal ou qual austeridade, uma reserva, certa *secura* e contenção tornam qualquer descompasso. Êsse ritmo binário se presta perfeitamente à sugestão de vagarosidade, lentidão, e assim, de melancolia, que é uma espécie de lentidão do espírito, do coração. Daí a qualidade extática, contemplativa, desta entrada no sonêto. A sugestão vem reforçada por certas sonoridades: o ditongo *ei* repetido, e as nasais do segundo verso (*em, an, on*) como que produzem o efeito dum distanciamento, duma surdina, duma ausência; além de essas nasais traduzirem um certo cansaço, um tal ou qual tédio. Não é assim que se esclarece o “*essa longa vida*”?

Em nossa fantasia está o viúvo, acabrunhado, de pé (sugestão do *ao pé*), contemplativo, ausente, num estado de meio-sonho dolorido, lembrando a felicidade extinta, murmurando por um diálogo já impossível...

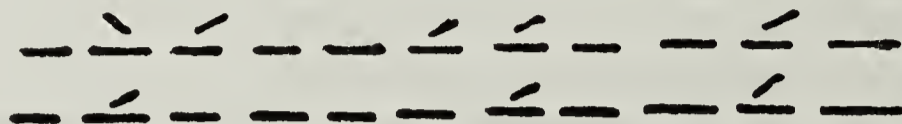
O DESCOMPASSO DA EMOÇÃO

... e eis que de repente sacode-se dêsse torpor imaginativo é saudoso, numa afirmação de presença viva e comovida. É preciso fazer alguma cousa, testemunhar o grande amor ferido: não perder-se em devaneio egoísta, num ensimesmar-se estéril, — mas agir, bradar: “*aqui estou*”... Um repelão agita o verso. Como conseguiu o artista êsse efeito dinâmico? Ouçamos:

*Aqui venho e virei, pobre querida,
Trazer-te o coração do companheiro.*

Como cadência, o terceiro verso forma vivo contraste com o em-

balô inicial: desapareceu o ritmo anterior, baloiçante, de saudoso devaneio. Aqui os acentos se chocam, as palavras atropelam-se. Representemos a acentuação sincopada:



Estamos diante de um verso descompassado, sacudido (o terceiro), e de outro, impulsivo, de ritmo ascendente.

É o que podemos chamar de *descompasso emocional*: o coração batendo descontrolado, em vez do pulsar normal, cadenciado, uniforme.

“*Aqui venho*”...: A fôrça que adquire o surrado advérbio o resto da terra já não interessa. A geografia sentimental, a topografia do coração se resume *aqui*, nesses palmos de terra, “leito derradeiro” onde repousa o corpo amado. Depois de tudo, não é um verdadeiro pleonasmô o advérbio? O poeta não dissera já: “ao pé do leito derradeiro”? Não. O primeiro lugar foi entrevisto em sonho na fantasia ausente; daí a necessidade de frisar: *aqui*...

“*Aqui venho*”...: A fôrça que adquire o surrado advérbio: o resto ção: *pobre querida*... A sua expressão de fidelidade, de espôso que não pode nem poderá jamais esquecer a companheira perdida, é um sôpro anelante (*vv*) repetido: *venho e virei*...

trazer-te o coração do companheiro

No seu ritmo quaternário, êste verso voa, impulsivo e leve, num precipitado avançar. O dom maior que o viúvo desconsolado pode fazer é o do coração, o *coração do companheiro*. E para isto vem êle e virá sempre de novo, com a pressa, a leveza e o impulso de quem dá com amor. No seu conteúdo, êste verso, assim como o anterior, têm grande importância: exibem-nos um Machado sentimental na intimidade, além de explicar por antecipação o “vivo-morto” dos tercetos: quem dá o coração... Um Machado sentimental... Êle que sorria compassivo das fraquezas humanas, fraquezas do espírito ou do coração...

Pulsa-lhe aquêle afeto verdadeiro

O verso, iniciado assim em dáctilo, isto é, com uma sílaba tônica seguida de duas átonas, mantém a expressividade anterior do ritmo acelerado do coração; e o mesmo se dá com o final. Não deve entretanto passar despercebido o pronome *lhe*: *pulsa-lhe aquêle afeto*... A construção é original. De ordinário se diria: *pulsa com aquêle afeto*... Ou antes (pois *pulsa o afeto* tem originalidade demais): *acharás nêle o afeto, conserva, mantém aquêle afeto, etc.*

Nenhuma dessas formas tem a leveza, a naturalidade, a fluência do verso machadiano. Essa qualidade *lhe* vem certamente da colocação dos acentos, dos *ll*, da situação das oclusivas; mas vem a mais

do pronome *lhe*. Além da habitual função dativa, pode êste, como se sabe, ter valor de genitivo, i. é, de adjunto restritivo possessivo: *bati-lhe no ombro, conheço-lhe as manias*. Ora, no caso presente, o *lhe* não me parece nem dativo nem possessivo, embora não esteja longe dêste último (o *seu* afeto). Será preciso lembrar aqui um *lhe* idiomático, próprio de dicções populares como: *come-lhe bem, bebe-lhe e dê-lhe* ... Em tais construções a partícula soa como elemento de ênfase, de espontaneidade, hábito, naturalidade. Releiamos agora o verso e perceberemos logo como o *lhe* colabora magnificamente na leveza e espontaneidade do verso e da idéia: trata-se dum pulsar continuado, de um movimento adquirido: o coração sobrevive por um impulso recebido no passado... É um voltar-se do poeta para o pretérito: *essa longa vida*... O termo que agora aponta neste sentido é *aquêle*: como vem impregnado de memória, de saudade... Ressoa afinado com *fêz, pôs, restos, viu, pensamentos idos e vividos*.

FAMILIARIDADE: "COMPANHEIRO", "AFETO"

Tratando-se de expressar os seus sentimentos mais profundos, o poeta não o faz românticamente, sentimentalmente. Não é *espôso*, nem *amante*, nem diz *amor*: os termos são *companheiro* e *afeto*. A idéia é antes a de companhia, de união, de familiaridade simples e sincera. Isto justifica também *verdadeiro, unidos* (e em contraste *separados*), e assim *querida* e não *amada*. Entrevê-se, no fundo, a ojeriza do grande escritor pelo dramático e sentimental, pelo romântico, numa palavra. Embora a ocasião seja de manifestar sentimentos vivos, fundos, seria para êle imperdoável fazê-lo ao jeito dos românticos, ou numa retórica convencional. Há sentimento sincero, fundo, mas êste busca termos simples, evitando ser atraído ou encoberto por grandes palavras — *grands mots*. É a arte discreta, a arte *velada* do escritor que, num país de estilo tropical, com palavras muito simples criou obras literárias das mais complexas.

A RUDEZA E OS OBSTÁCULOS

Êsse comovido coração que não pode olvidar a felicidade perdida, enche todo o quarteto seguinte: "coração maior que o mundo" — como disse outro poeta. Êle foi o esteio da ventura passada, do paraíso antigo. Com a sua afeição sincera venceu todos óbices humanos:

*que, a despeito de tôda a humana lida,
fêz a nossa existência apetecida.*

Os fonemas ríspidos se coadunam bem com a idéia: *que a despeito de tôda*... *Despeito* sugere não só os obstáculos e contrariedades, mas também o impulso, a força moral com que foram sobrepujados: *que a despeito de tôda*... — duas sílabas átonas se precipitando

contra a tônica, por duas vêzes. Isto não revelaria nada?

O AMARGOR MACHADIANO

Nem sequer numa composição lírica, delicada, o demônio interior crítico dorme em Machado: *a despeito de tôda a humana lida...* As preocupações, as correrias, azáfamas, contrariedades, contratempos, lutas — tudo isso sugerido, de ricochête, no frágil, no inconsistente (foneticamente) *humana lida...* Nessa *humana lida*, apesar da qual o afeto de M. de A. conseguiu tornar *apetecida* a vida e povoada a solidão, — nessa *humana lida* não se deverá perceber uma velada alusão às suas “cousas esquesitas”, “fenômenos nervosos”, ao seu *grande mal* (epilepsia) que tanto o molestava, moralmente ainda mais que fisicamente? ou às dificuldades que a família Novais opôs ao casamento do poeta? De qualquer forma, o poeta exprime — com seu pudor costumeiro, é certo — a sobranceira vitória conseguida pelo *afeto verdadeiro* à sua Carolina querida.

Em *humana lida* ricochoteia, portanto, uma fina flecha de ironia: doenças, dificuldades, obstáculos, misérias... *humana lida*. Tudo coisas tristes, acabrunhantes, mas inevitáveis..., *humana lida* (8). Críticas, rivalidades, invejas..., *humana lida*. A felicidade-a-dois venceu tudo e compensou com “um mundo”. Quanto ao mais, era sorrir das “humanas lidas”, como quem chora: *humour*.

O HOMEM INTERIORIZADO E A RICA SOLIDÃO

Nos dois versos seguintes representa-se o prêmio da vitória sôbre as misérias humanas: a doce intimidade e a solidão enriquecida. Aquê-le “afeto verdadeiro”

*fêz a nossa existência apetecida
e num recanto pôs um mundo inteiro.*

Aqui, no primeiro dos dois versos, os fonemas cochicham, ou melhor, ciciam a doce intimidade: nada menos de seis sibilantes, entre surdas e sonoras, contribuem para tanto. E que doçura, que sensualidade quase, traduz o *apetecida*, pôsto no fim do verso, se alongando na sugestiva flexão participial — *ida*.

Já o segundo verso, que encerra os quartetos, tem uma ressonância surda, velada, interiorizada, como de espaço fechado, de clausura. Efeito de fonemas menos sonoros e das vogais anasaladas: *u, ê, ei; um, an, um, in*. O poeta a recordar, e a sugerir em seu verso o prazer da solidão-a-dois, a rica solidão onde viveu para a mulher amada e a arte. Nesse “recanto” inolvidável, o seu afeto mútuo instalara “um mundo inteiro” (9). Que mundo de ternura e fantasia para o artista! Ali vivera. E agora, essa felicidade é *ida* e *vivida*. Mas não antecipe-mos. Saboreemos ainda a oposição *recanto* x *mundo*, e a expressivi-

dade do *um* (9). E recordemos de passagem que o criador de Brás Cubas era avêso aos grandes movimentos, excursões e viagens. Temperamento interiorizado, caseiro, era feito para o gabinete, para a mesa de trabalho onde, com a imaginação e a fantasia de artista, compensava em deslocções fantásticas de personagens e visões, a sua quase imobilidade corporal (10).

Não podemos passar adiante sem chamar a atenção do leitor para a expressividade dos pretéritos perfeitos *fêz* e *pôs*. É difícil não sentir o que nessas formas verbais monossílabas, oxítonas, há de sereno e definitivo: a ventura e o universo que o *afeto* recíproco proporcionou, foram algo de estável, definitivo, inabalável...

A NATUREZA EM FUNÇÃO DO HOMEM

Já se disse e repetiu de todos os modos que nos livros de Machado não há paisagem. Que é o escritor do “mundo interior”, do homem subterrâneo”. A criatura humana domina tudo e se move, abstraída do mundo físico, voltada sôbre si. E quando aparece um muro, uma árvore, uma borboleta — é apenas em função das personagens, dos seus problemas e sentimentos. Verdadeiras projeções da alma humana no ambiente. Há nos seus livros mais sêres-metáforas, sêres-símbolos do que sêres reais. E no entanto, êsse homem faz a natureza participar dos seus sentimentos, integrar o sonêto.

*Trago-te flores, — restos arrancados
da terra...*

De novo sentimos um solavanco, semelhante ao do verso terceiro. Por quê? Examinemos: nos versos imediatamente anteriores estávamos num mundo abstrato, todo feito de lembranças, passado e saudade; e o ritmo, que andava descompassado desde o terceiro verso, voltara ao suave remanso do recordar, do embevecimento: a partir da metade do sétimo verso, retorna o compasso binário, repousado:

*... existência apetecida
e num recanto pôs um mundo inteiro.*

A pausa que naturalmente medeia entre uma estrofe e outra, deixa pairando e se alongando a contemplação saudosa daquela existência saboreada num recanto feliz...

Agora, súbitamente, volta-se para o real, para o concreto: *Trago-te flores...* O acento, marcando fortemente o início do verso, num resvalar dactílico, tem o dom de sacudir-nos —, depois de sacudir o poeta: como que se lembra êste, de repente, que tinha alguma coisa a comunicar, uma gentileza que quase lhe esquecia no seu embevecido recordar: — (Ah, sim!) *trago-te flores...*

Não rosas, ou lírios, ou cravos, ou miosótis: flores, simplesmente.

Variegadas, talvez. O certo é que “restos arrancados da terra”... *Restos* — não podemos passar desatentos sobre os termos escolhidos pelo artista. Não devemos esquecer nunca que *escolha é estilo*, e que toda opção verbal esconde um índice inequívoco da personalidade do escritor. Em *restos arrancados da terra*, são os *rr* que falam alto: é o esforço, a rudeza, a violência, a separação, que sugerem êsses fonemas. Mas num poeta subjetivo se tratará menos da significação duma violência física do que de um símbolo: arrebatada foi da terra a sua flor, êle mesmo, arrancado ao chão da sua felicidade, é já apenas um resto, o sobrevivente “morto” de que falará adiante.

Além do efeito dos *rr*, o artista foi muito feliz no *enjambement*: “arrancados da terra”... O esforço e a separação são muito bem sugeridos por êsse corte linear, por êsse distanciamento entre o regente (*arrancados*) e o seu regido (*da terra*).

E então compreendemos: a natureza integra o drama humano, participa da expressão da dor do poeta. Essas flores não são apenas penhor de uma saudade, do *afeto verdadeiro*: as pobres foram arrancadas da terra, e são, e já eram, meros *restos* de um paraíso que entrou a murchar e a definhar com a partida da sua “deusa”.

INDIFERENÇA DA NATUREZA E ANTÍTESE

E no entanto essa participação da natureza no sofrimento do homem, veremos logo que é apenas um desejo íntimo, um apêlo vão, uma projeção subjetiva. Na verdade o universo assiste aos dramas humanos com um mutismo e indiferença cruéis. Foi sempre assim que o criador de *Capitu* viu e sentiu o cosmos, nem é necessário recordar aqui o cruzeiro, as estrêlas altas demais, de “Quincas Borba” ou de “Pálida Maria”. Ouçamos o poeta neste seu sonêto:

*da terra que nos viu passar unidos
e hoje mortos nos deixa e separados.*

De novo, num outro voltar a mente ao passado, a calma feliz se escoia em ritmo binário, lento: *da terra que nos viu passar unidos*, para logo a idéia da morte se apresentar em fonemas sombrios e rudes (ô, ó, x, s) e em ritmo desigual (troqueu -|- dáctilo -|- peon 1.º -|- troqueu): *e hoje mortos nos deixa e separados*...

“Mortos nos *deixa*”? Não soa como velada queixa contra a terra, a natureza, o destino, contra a vida? Ela, a terra “nos viu passar unidos”, e agora tanto lhe faz que estejamos mortos, desunidos. Ela *deixa*, numa glacial indiferença. Só assim se explica não ter o poeta empregado outro verbo, o mais natural tendo sido repetir o v. *ver*: *viu-nos*, e hoje nos *vê*. O contraste entre o antes e o depois seria assim completo, embora girando em tórno do mesmo eixo. Analisemos de perto êsse contraste: diz-se, no primeiro verso, que a terra *viu* os esposos *passar, unidos*, no segundo verso, a mesma terra *deixa-os mortos* e

separados. Assim: *passar* se opõe a *mortos* (num caso, o movimento; no outro, a imobilidade), *unidos* contrapõe-se a *separados*. Vê-se, pois, que propositadamente *deixa* ocupa a posição de *vê*. E fica soando, tímida, a queixa do poeta contra a indiferença da terra, do destino.

SINTAXE DE CONSTRUÇÃO E EXPRESSIVIDADE

E já é tempo de apreciar de perto o segrêdo maior, em nosso entender, desta jóia lírica: o fecho do primeiro tercêto. É certo que a expressão *mortos nos deixa* é de grande grande alcance emotivo e força expressiva de linguagem. Mas o termo *mortos* só por uma genial (quão simples na aparência!) habilidade sintática toma o relêvo que o livra de ser mera maneira-de-dizer, simples hipérbole gasta como tantas outras. O outro adjetivo — *separados* —, pôsto no fim do verso, e fora da esperada ordem lógica, produz o choque de emoção poética, com que sonha todo poeta.

A simples construção gramatical, assim como está, não pode deixar de sacudir a consciência do leitor: *mortos nos deixa e separados*. Tôda transgressão da norma, do usual em linguagem, deve alertar o analista de estilos: ela aponta sempre para uma intenção, e mais, para um feição, maneira de ver e ser, do artista. Tentemos algumas interpretações: *separados*, no extremo final do verso, adquire maior realce, maior relêvo que o outro adjetivo, lógicamente anterior e mais importante — *mortos*. E isto, que em estrita lógica seria inaceitável, na dos namorados, dos amantes, representa a verdade psicológica: — *Antes mortos que separados!*... Quer dizer que o poeta, como sua esposa, está morto. *Separados* valorizou a posteriori o adjetivo hiperbólico.

Mas não é só: êsse próprio membro sintático deslocado é que nos dá a impressão de morto, de “cadáver sobrevivente”: *mortos nos deixa e separados*... O pensamento e a frase a rigor terminam — dão pelo menos essa impressão — em *deixa*; somos defraudados com êsse apêndice fantasma. E eis que topamos com o germe do último tercêto: o poeta vai encarecer a idéia capital, a expressão máxima da sua solidão — “o cadáver sobrevivente” em que se transformou com a morte da sua “querida Carolina”. E chegamos a esta estranha constatação o próprio tercêto final, justificação do “mortos e separados”, é uma espécie de sobrevivência sem vida; isto, aliás, fica ressaltado por seu teor vago, abstrato, fantasmal...

Para Machado, tudo se acabou; desamparado, êle que tanto “precisava” da sua Carolina, a saudade lhe vai roendo as fôrças que restam, não se demorará a deixar essa terra onde é um resto por arrancar, como as sobreviventes flores que vem depositar sôbre o “leito derradeiro” da sua querida companheira.

O DEMÔNIO DO RACIOCÍNIO CONTAGIADO DE EMOÇÃO

E agora, ao último terceto. Não é o aproximar do clímax, da rutilante chave-de-ouro. Seria ingênuo esperá-lo de Machado; mas seria particularmente absurdo depois dos versos anteriores. Êsses já nos deixaram num chão falso, num palco dolorosamente vazio.

O demônio da razão não podia dormir, nem sequer cochilar, num espírito raciocinante da fôrça do autor do "Delírio". A razão vai entrar em cena, contagiada pela emoção, e vai apoiá-la silogisticamente, a falso frio. Sim, efetivamente *mortos* (11). Textualmente *mortos*. Ela, está claro; e eu, eu, que vivi em outro tempo; eu, que agora não passo de vivo-morto; eu — que só posso sobreviver em "pensamentos idos e vividos". Sim: morta ela, e eu morto,

*que eu, se tenho nos olhos malferidos
pensamentos de vida formulados,
são pensamentos idos e vividos.*

É bem a razão que nos fala nesse causal *que* (= porque, visto que, já que); mas ela se acha aqui transfigurada, comovida, de maneira que essa partícula subordinante e essa explicação em três versos, vem toda banhada num halo poético de irremediável melancolia. Já dissemos acima que êsses três versos finais se distinguem por uma presença vaga, fantasmal. Isto por sua formulação original, de cousa pensada para dentro, com têrmos abstratos (única exceção: olhos malferidos) e uma música em surdina, cochichada. Mas a respeito da música falaremos adiante.

O ANACOLUTO E O "MORTO-VIVO"

O traço estilístico mais relevante neste final de soneto é, sem dúvida, o anacoluto (12) na entrada do décimo segundo verso, anacoluto dos mais expressivos de que temos conhecimento: *Que eu,...* (13). O pronome, assim colocado, abre na mente do leitor ou do ouvinte um espaço de expectativa que deverá ser preenchido adiante. Ora, tal expectativa é frustrada; o espaço não se preenche, ou é preenchido de maneira não esperada. E aquêle têrmo oracional (sujeito) resulta assim suspenso, pôsto à margem, abandonado, numa solidão sintática. Não poderia haver expressão mais feliz da situação do sobrevivente, do desamparado, do homem que ficou só, só, na vida. O que veio ocupar o vazio são pensamentos, mas pensamentos "idos e vividos". Sobre essa solidão vem tombar o pano da arte, o silêncio da poesia e da emoção.

O efeito estilístico dêste anacoluto é assim semelhante ao da inversão do verso anterior: em ambos os casos, um têrmo deslocado fi-

gura o homem só, o “vivo-morto”.

Não basta, portanto, ver o deslocamento do *eu* em termos de sintaxe ou lógica; é verdade que na justificação do adjetivo *mortos*, se impunha antes de tudo a presença do pronome *eu*. O que importa ressaltar aqui é o extraordinário, o felicíssimo efeito estilístico que, consciente ou inconscientemente, o poeta obteve com o anacoluto.

Êsse o traço de maior relevância no último tercêto; mas há outros. A repetição de *pensamentos* ressalta a idéia da vida tornada mental, aérea, irreal quase, uma vida feita agora de sonhar, lembrar, recordar. O adjetivo *malferidos* — de sonoridade tão nobre, tão pura, tão quinhentista — chama a atenção, já que significa “muito feridos”: o grande recatado, cheio de pudor no externar seus sentimentos, reconhece e confessa em si a ação das lágrimas repetidas: traz os olhos pisados de chorar...

Pensamentos nos olhos (“que eu, se trago nos olhos... pensamentos”)? Não seria antes na mente, na imaginação, na alma, no coração? Não: com os olhos é que descobriu Carolina, se desvendou, amou. Com os olhos poderia descobrir outras belezas, novas formosuras, nova vida e — desfitar os olhos da visão saudosa, para encarar um futuro, formulando novos planos. Não: êle se resume aqui em olhos, olhos malferidos de pranto, e nêles a sua “querida” pode ler: não há mais sonhos, planos, “pensamentos de vida” brilhando. Tudo se resume em pupilas marejadas, embaciadas: incapazes de olhar para o futuro, olham para trás, para dentro, para “ido e vivido”...

REPETIÇÃO E MELANCOLIA

Releiamos êste tercêto final. Mas leiamos devagar, procurando sentir bem o ritmo e as sonoridades. Não nos parece transpirar desses versos um grande abatimento, um enorme vazio, uma obsessiva melancolia? De onde poderá provir esta impressão? Da idéia em parte: mas só em parte, pois não devemos esquecer-nos nunca de que em poesia (quer dizer em autêntica literatura, que se pode moldar ou não em versos) a fôrça, a sugestão e a plástica das idéias vêm de sua encarnação ou plasmação lingüística (“Poesia não se faz com idéias, mas com palavras” — disse certamente Mallarmé).

Se examinarmos a composição verbal com minúcia e sensibilidade, não deixaremos de identificar alguns fatôres dessa magia poética: o ritmo e a repetição. Ritmo os dois primeiros versos (se abstrairmos da primeira sílaba, onde, no primeiro verso, se acha o *eu* destacado em anacoluto; mas ainda assim, a primeira sílaba do segundo verso — *pen* — tem certa subtonicidade e é pelo menos uma sílaba pesada porque nasal), os dois primeiros versos se correspondem na cesura: 3-6-10. Êsse ritmo, uniforme como um palavrear maquinal, gera certa monotonia, contrário de viveza, de movimento ou atitudes despertas.

Repetição: esta de vária natureza: repetição de fonemas, de palavras, de rimas, etc., além do ritmo que, como se acabou de ver, resultou uniforme pelo mesmo recurso. Repetição de rimas: *feridos, vida, idos, vividos* — muito para três versos, onde só o primeiro e o último são exigidos pelo esquema rimático. E já estamos também no terreno da repetição de fonemas; mas além dêsses há mais: palatais — *tenho, olhos*; nasais — *tenho, nos, malferidos, pensamentos* (repetido), *formulados, são*; sibilantes — uma dúzia; repetição morfonemática: nove plurais (14) (dá vontade de recitar *vidas*, já que é o único singular depois do *tenho...*); meia dúzia de *ii* (sôbre o efeito de melancólica surdina dêstes se falará adiante), etc. É preciso notar ainda a disposição curiosa de algumas das repetições — aos pares: *tenho* (15) *nos olhos* (nh — lh), *pensamentos* (p-m, en-en), *vida formulados* (v-f, d-d,) (*ida-ados*), *idos e vividos* (idos-idos, v-v).

Convenhamos: é uma repetição de repetições. Por meio dêste recurso estilístico — com certeza por intuição, porque verdadeiramente inspirado — o poeta conseguiu se expressar como alguém sobrevivendo a si mesmo, repetindo-se e murmurando palavras para dentro, para uma visão querida, como um pobre desvairado por uma excessiva dor. Um homem se repetindo sonambûlicamente, alheado, repetindo os atos de um tempo perdido, de um viver de outrora. A repetição lingüística tem êsse notável poder de expressar lentidão e melancolia; porque a tristeza, a melancolia é uma espécie de lentidão de alma — já o disse um perspicaz estilicista espanhol.

Assim desvendamos, ao menos em parte, os segredos dêsse misterioso poder de sugestão da chave do sonêto. Todos os meios lingüísticos — sons, formas, sintagmas, ritmo, construção, etc. — concorrem para a expressão da melancolia, da solidão, do apagamento de uma vida humana. A realidade sugerida banha-se tôda num halo do passado, de distância, de um-dia. Está acabado tudo, tudo perdido, morto. Tudo era uma vez...

O TOM GERAL, O TODO-UM

A análise estilística oferece um perigo, esconde seu escolho: o esmiuçamento desintegrante, a dissociação. À fôrça de se querer enxergar bem as minúcias, se perde a visão do conjunto, a percepção global da obra que, como beleza e emoção, é sempre um todo indissociável. Perder-se em minuciosos levantamentos de dados que não levam a nada, é fazer “estilística de conta-fios”, na expressão de Dámaso Alonso (16). Voltemos, portanto, para uma visão e sensação conjuntas.

Relendo todo o sonêto, ficamos susrpreendidos, verificando que a composição inteira participa dêsse estranho velamento, dessa surdina, dessa melancolia, dêsse apagar-se a realidade em brumas de tempo irrecuperável. Todo o sonêto é velado, murmurado, cochichado. O

viúvo que estamos ouvindo dizer seus versos de despedida, está verdadeiramente “falando para dentro”.

Um dos segredos máximos das autênticas obras de arte é a unidade, unidade de idéias, sentimentos e meios expressivos, unidade entre forma interna e externa. Tôdas possuem seu tom inconfundível, um corpo harmonioso de órgãos indissolúveis. A origem, e ao mesmo tempo garantia, dessa unidade é a vibração interior do artista, a inspiração, no ato de criar.

O sonêto inteiro que vimos analisando, foi afinado num timbre velado, melancólico, e se movimenta em ritmo fatigado, moroso. O pensamento e o sentimento se encarnaram em formas lingüísticas adequadas: fonemas velados, esquemas rítmicos lentos — tristeza, melancolia.

Predominam francamente os *ee*, *ei* (quatro, só no primeiro quarteto), *ii*, *oo*, *uu* e nasais. O *a* aparece apenas incidentalmente (tônico: 5 vêzes); o *é* — aberto (também 5 vêzes). O mais é vocalismo em surdina, destacando-se o *i* (puro) tônico que forma o timbre predominante (12 vêzes), verdadeiro *leitmotiv* de velada mas profunda melancolia.

Quanto à lentidão do ritmo, é preciso atentar em pelo menos dois elementos concorrentes a êsse efeito: as rimas escolhidas e as vogais nasais. Ressalta à primeira vista, e soa aos ouvidos menos atentos, a uniformidade das rimas “participiais”: — *ida* (quartetos), — *ados* e *idos* (tercetos, não esquecendo as rimas internas: *vida*, *querida*, *idos*, *vivididos*)... Aí está um elemento de reptição, de monotonia melancólica. Mas se acrescentarmos a outra rima — *eiro*, e considerarmos o problema sob o prisma da pronúncia, observaremos que tôdas essas finais de palavra são lentas, moles, quase preguiçosas. É que os vocábulos paroxítonos cuja vogal tônica é seguida de uma só consoante, e esta branda, como que se alongam, se estendem na parte final; postos em fim de verso, essa moleza e alongamento ganham ainda maior relêvo. (Seria interessante que o leitor verificasse êste recurso na imortal epopéia de Camões: há ali muito — *ado* e — *ido* sugerindo vagar, extensão, etc.) Os ditongos, as vogais nasais, as vogais travadas (*i. é*, seguidas de grupo consonântico) contribuem de sua parte para êsse efeito de lentidão e marasmo. Outro fator ainda: os casais *substantivo* -|- *adjetivo*, acabando os versos: como sabem os estudiosos de estilo, o adjetivo, assim as repetições, subordinações e justaposições, é um elemento estático, contemplativo, sentimental, na dinâmica da frase.

JERARQUIA, VALOR DO VOCABULÁRIO E NOBREZA

Essa incursão posterior, de natureza global, pode revelar-nos outra facêta: além dessa constante de morosidade e melancolia, destaca-se

uma nota geral de distinção, de nobreza. Sentimos que a dor do poeta respira elevação, que é uma cruz levada com estoicismo digno, quase altivo. De onde proviria tal impressão? Mais uma vez, ela não pode decorrer dos simples conceitos ou sentimentos afirmados no decorrer do poema.

A mesma saudade, solidão e “morte em vida”, podiam traduzir-se em versos de um lirismo descabelado, ou de revolta áspera, onde os sentimentos profundos se afogassem em excessos verbais e retóricos.

Como obteve o poeta êsse tom aristocrático, de pudor e nobreza no sofrimento? J. Matoso Câmara Jr. (17) já reconheceu no sonêto um estilo de “cunho nitidamente quinhentista”, sugerido pela “formulação global, lingüística e rítmica”, por elementos idiomáticos como *malferidos, pensamentos idos e vividos*. Ora, quinhentismo equivale a classicismo, e não há dúvida que tôda a composição tem inconfundível sabor clássico. Estilisticamente, a dicção clássica empresta, principalmente se de mistura com elementos modernos, a um texto certo cunho grave, solene, hierático. Quer dizer que com êsse “estilo quinhentista”, o problema que ora nos interessa foi afluído. Tentemos esclarecê-lo mais, levando a pesquisa mais a dentro no terreno do léxico. Destacam-se de imediato os elementos eruditos, “literários” (incluímos os citados “quinhentismos”): *leito derradeiro, pulsa, afeto verdadeiro, a despeito de, humana lida, existência apeteçada, que (= porque), olhos malferidos, pensamentos de vida formulados, pensamentos idos e vividos* — e tôda a formulação do último tercêto. Elementos eruditos, além disso, devem ser consideradas certas combinações (sintagmas), algumas já incluídas na lista acima, e ainda, entre outras: *pulsa-lhe aquêle afeto, trazer-te, trago-te, mortos nos deixa e separados*.

Ora, tais elementos de cunho erudito, literário, alguns quase preciosos, vêm misturados com outros, correntes e familiares: *querida, pobre querida, descansas, venho, companheiro, um mundo, restos arrancados da terra, nos viu passar unidos...*

Essa hábil fusão de literatura e vida, de raro e cotidiano, é que imprime à linguagem do poema êsse caráter ao mesmo tempo sincero e nobre: autenticidade e elevação na dor, numa expressão de alta personalidade moral.

RETRATO DE UMA ALMA

E é, afinal, a imagem da alma do mais insigne escritor brasileiro. Atrás de tôda criação artística se esconde uma alma, pulsa um coração; o estilo em que ficou moldada, traz impressas as dedadas do criador. Não há mais que observar com perspicácia e compreensão: o rosto autêntico não pode deixar de transparecer, ao menos nos seus traços mais peculiares. Uns artistas se esculpem mais, outros menos nitidamente nas suas criações — testemunho do seu maior ou menor talento, ou conse-

qüência dos naturais limites dos diversos gêneros de arte.

Não é somente nos seus romances imortais que Machado deixou traços eloqüentes da sua fisionomia humana: neste seu comovido soneto, êle está inteiro, e talvez mais autêntico, mais verdadeiro, que nas suas páginas de ficção. Essa dor profunda de solidão e saudade, só a sua pena podia expressá-la com tamanha discrição, elevação e nobreza. Só êle podia conjugar tão harmoniosamente uma emoção tão sincera com uma forma literária a um tempo tão sóbria e expressiva.

O fato de escolher a forma do soneto, forma que melhor se presta à condensação; o empregar uma linguagem concisa, castiça e familiar, com um uso tão subtil quanto eficaz dos recursos poéticos; o recorrer sàbiamente hipotaxe (*que a despeito de...*, *que nos viu...*, *que eu se tenho...*), dando à formulação um ritmo reflexivo, sensato, raciocinante — tudo isso e o mais é bem Machado de Assis.

O Machado escoreito no idioma, conciso, harmonioso; o reservado no externar de sentimentos íntimos, o anti-romântico, de estilo policiado e subtil; o habilíssimo no manejar de recursos expressionais, mas sabendo-o velar numa aparência chã, quase prosaica... Machado até nessa incidência apenas perceptível de amargor, de pessimismo e ironia frente à pobre realidade humana: *humana lida...*, *descansas dessa longa vida...* O amante do retraimento, da solidão fecunda: a afeição pela companheira lhe “pôs num recanto um mundo inteiro”... Machado, homem de idéias, de idealismo artístico, cuja vida se resume num criar mundos de fantasia, em “formular pensamentos”, em meditar sôbre o homem...

Outro poeta, acicatado pela dor e saudade, esculpiria seus sentimentos com veemência e largueza, talvez numa alentada elegia, num longo epicédio. Poucos renunciariam às formas mais extensas e estruturalmente menos exigentes, menos disciplinados. Outros temperamentos outros estilos. Para Machado, na criação do seu poema mais sentido, mais comovido, bastou o cárcere disciplinado, clássico, dos catorze versos. Era a melhor forma para a sua expressão artística densa, contida, para as suas tintas leves e veladas.

CONCLUSÃO

Relendo agora, ainda uma vez, com a maior abertura da alma, êsse “comovidíssimo soneto, um dos mais belos da língua portugêsa”, (Virgínia Côrtes de Lacerda, — (18), fico desconsolado com esta palavrosa tentativa de análise estilística. Imagino a reação do inteligente, do sagaz e desencantado vasculhador de almas: imagino a sua reação diante dêste canhestro vasculhar no seu mundo de expressão poética: como devia sorrir “brás-cubasmente”..., como a sua máscara sofrida e compassiva se iria iluminar... Sim, Machado, tem razão o

Hamlet.: “Há mais cousas entre o céu e a terra, do que sonha a nossa filosofia”... e a nossa estilística...

Sinto bem que o essencial não pôde nem pode ser captado pela nossa pobre inteligência discursiva, e muito menos pode ser dissecado, expresso... Se o pudesse ser, não teríamos maior recompensa do que a do mísero poleá da “Môsca Azul”: a beleza destruída e o mistério tão irrevelado como antes. Mas se esta análise não nos ajuda a “compreender” e explicar a magia encantatória dos versos machadianos, ela derramou pelo menos alguma luz sôbre a arte do criador da Capitu. Sabemos agora por exemplo, que o seu famoso sonêto não é tão “simples”, tão vulgar e fácil como à primeira vista parece. Complexo de complexos, na aparente forma sem relevos esconde riquezas e habilidades expressionais insuspeitadas, de uma eficácia poética de primeira ordem. Por outra, na linguagem dos sentimentos sóbria, “quase indiferente”, vela uma ternura profunda e uma rara nobreza: um verdadeiro sentimental vigiado pelo cérebro.

É o grande artista de sempre: desconcertante a um primeiro e superficial contato. Só uma intuição certa — ou, na falta desta, uma pesquisa de estilo demorada, inteligente e penetrante, consegue trazer à luz as riquezas interiores, o mundo de arte e as facêtas polimorfos dêste gênio da nossa literatura.

Quem vai ao sonêto com a fantasia entulhada de imagens rebuscadas, e os ouvidos obstruídos das estrepitosas fanfarras parnasianas ou grandiloquências românticas — êsse não conseguirá entrever nem ouvir coisa que o encante. Se, porém, se resolver a primeiro entrar em si e a escutar e contemplar com os sentidos abandonados e a alma lavada — então não deixará de sair maravilhado dêste criador de mundos inefáveis, tão inefáveis como a menor verdade, ou o sêgredo mínimo palpitando num coração de homem. E logo compreenderá a injustiça e principalmente a falta de sensibilidade de certos críticos que, embora reconheçam as qualidades do prosador, lhe negam talento poético.

Naturalmente para aquêles que confundem poesia com intemperança romântica, com destempêro de imagens, com tiradas retóricas ou retumbar de palavrório altissonante, para êsses a poesia de Machado é de escasso mérito, se chegam a aceitá-la como poesia. Entretanto, se pensarmos no gôsto e gênero de poesia predominantes na época de Machado de Assis; se pensarmos na constante tentação que ronda todo artista de dar ao público aquilo que êste prefere, então compreenderemos um pouco a alta personalidade, originalidade e audácia dêste artista. Preferiu a sua verdade à máscara triunfante. Por isso foi em poesia um pioneiro, um orientador, foi principalmente êle-mesmo. E nos deixou — na sua última fase — pelo menos meia dúzia de poemas que se podem situar entre o que de melhor produziu a nossa literatura.

Quanto ao sonêto que acabamos de analisar, é das mais puras

jóias lapidadas em língua portuguêsã. Sem recorrer a virtuosismos ou técnicas mirabolantes, atingiu um nível estético quase insuperável; mas principalmente deixou uma relíquia do seu coração, capaz de emocionar gerações e gerações de leitores, independentemente de escolas, modas e preferências.

Esta é a perenidade que sòmente atingem as grandes obras de arte.

NOTAS

1) Manuel Bandeira: *Apresentação da Poesia Brasileira*; 2.^a ed., Rio, 1954, p. 85.

2) Será exagêro afirmar a existência de reações tão superficiais, em leitores até êsse ponto impermeáveis à mais autêntica beleza poética? Absolutamente; e, abstraindo de tais reações entre estudantes, onde elas certamente se explicam por imaturidade e falta de formação, poderíamos confirmá-la mesmo entre professôres, e até em críticos (?) literários. Eis o que escreveu um dêsses: "A maior emoção da sua vida (de Machado): a perda da espôsa, deu-lhe apenas um sonêto levemente sentimental, quase indiferente. Por isto, nunca foi um grande poeta e nunca o será. O que devemos elogiar é a parte técnica, a execução das poesias, sentindo sempre a falta de conteúdo (sic), da alma, da vibração que sobe do coração do poeta e se lhe derrama da pena em poemas de verdade". (Silveira Bueno: *Literatura Luso-Brasileira*; São Paulo, 1944; p. 294).

3) *Antologia dos poetas brasileiros da fase parnasiana*; Instituto Nacional do Livro; Biblioteca popular brasileira; 3.^a edição, Rio de Janeiro, 1951; p. 42;

4) Joaquim Matoso Câmara Jr.: *Um sonêto de Machado de Assis* — in *Revista do Livro*, Ministério da Educação e Cultura; Rio de Janeiro; n.º 5 (março de 1957), pp. 72-73.

5) Idem, *ibidem*, p. 73.

6) Pode-se contestar quanto a: 1.º *derradeiro*, onde o primeiro e não é tônico; mas a sua situação, antes de dois *rr* (*r* forte) faz com que receba acento secundário; pelo menos nada oferece contra a cadência binária do verso; 2.º *em que*: embora o *que* seja ordinariamente átono, torna-se tônico quando, como pronome relativo, é precedido de preposição.

7) Notar a oposição *ao pé de x leito*. Ela jaz, descansa definitivamente no leito, "leito derradeiro". É a melancolia, a dor, diante da separação irremediável...

Cf. também a expressão consagrada: *ao pé do leito* — sintagma que lembra de um lado as grandes dores, e do outro os carinhos, as ternas presenças.

8) Não se pode deixar de pensar nestes versos em que Machado evoca o "grave e solitário" filósofo:

*Sõem cá fora agitações e lutas,
Sibile o bafo aspérrimo do inverno,
Tu trabalhas, tu pensas, e executas*

*Sóbrio, tranqüilo, desvelado e terno,
A lei comum e morres, e transmutas
o suado labor no prêmio eterno.*

(Sonêto *Spinosa*)

9) Embora em muitas transcrições se leia “o mundo inteiro”, adoto, como ficou dito acima, a lição da antologia de Bandeira, que se apóia nas “Relíquias de Casa Velha”, (H. Garnier, Rio, 1906), e onde está “um mundo inteiro”, (Também na ed. Jackson, vol. 18 — Rel. de Casa Velha, 1 — está “*um mundo inteiro*”). *Um mundo* é muito mais Machado: é o mundo interior, do espírito, da arte; e não o mundo que não parece ter tentado grandemente êsse bicho-de-conta, êsse introvertido, que dizia pela bôca do velho Aires: “Os rumôres de fora, carros, bêstas, gentes, companhias e assobios, nada disto vive para mim”.

10) Sôbre Machado avêso a viagens, veja-se o interessante capítulo — *Brás Cubas à roda da vida* — de Eugênio Gomes, em *Prata de Casa*, (Rio, s. d.), pp. 77-83.

11) *Mortos...* Impossível calar aqui um reparo: Machado de Assis, o sóbrio, o inimigo de excessos, de hipérboles... Quantas vêzes o vemos, nas melhores páginas, se controlando, se policiando, e em outras oportunidades se desculpendo exageros, tentando justificá-los. Todo leitor conhecerá de sobejo êsse cacoete machadiano. E êle escreveu *mortos*, êle se diz *morto*, pela separação... Mas, já vai explicar! E desta vez, com que sincero amor ferido...

12) Em algumas versões vem deturpado o verso justamente nisto que êle tem de mais feliz, de mais original; pois, convenhamos, a construção — *que, se eu tenho*, etc. — destrói exatamente o expressivo anacoluto. O próprio J. Matoso Câmara Jr. (loc. cit.) cochilou neste ponto (cf. p. 73), embora acertasse na primeira transcrição (p. 71).

13) A expressividade dêste anacoluto já foi notada:

‘O emprêgo, no primeiro verso dêste tercêto, do eu antes da junção se, e não depois, como seria normal, dá em resultado um anacoluto de admirável efeito. Êsse deslocamento de pronome resulta do desejo veemente do poeta de mostrar que êle também está morto. No tercêto anterior refere-se à “terra que nos viu passar unidos e ora mortos nos deixa”. “Mortos”... Carolina, sim; mas êle (eu) também? Também eu; e ao explicar porquê, impõe-se-lhe antes de tudo a presença dêsse “eu”. (*Álvaro Lins e S. Buarque de Holanda: Roteiro Literário do Brasil e de Portugal*; volume II (brasileiros); Rio, 1956; p. 514, nota 15).

14) Plurais ... A êles se deve, em apreciável parcela, a qualidade vaga, abstrata, dêsses três versos sob tantos pontos de vista magistrais.

15) *Tenho nos olhos ... Tenho, e não trago*, como leu José Osório de Oliveira nas "Líricas Brasileiras" (séc. XIX e XX); Portugália Editôra; Lisboa, 1914 (?), p. 70). Há na sua transcrição outros cochilos: "desta longa vida" (por *dessa*), "o mesmo afeto" (por *aquêles*), o mundo inteiro (por *um mundo* — V. aqui, nota 9).

16) *Poesía Española (Ensayo de métodos y límites estilísticos)* 2.^a ed.; Editorial Gredos; Madrid, 1952, p. 12.

17) Artigo citado, p. 71.

18) *Unidades Literárias (Literatura brasileira)*; 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1952, p. 252.

EMAÚS

La obra Social de los Cantegriles

A. Sierra S. J.

A MANERA DE PRÓLOGO.

Más que el dinero, más que una limosna — que dados sin amor pueden ofender la dignidad del pobre — se necesita una *presencia humana, un contacto de hermanos* con el pobre y su miseria...

Ese testimonio de Evangelio *auténtico* esa caridad *viva*, hecha de amor y con amor, quiere encender Emaús en el corazón de sus integrantes y transmitirlos al alma de nuestros “cantegriles” para derretir el hielo de muchos-endurecidos y amargados ante el desinterés y olvido para voltear *la densa muralla* de sus quejas y prejuicios, mil veces justificados por nuestra indiferencia y despreocupación...

Para ayudar a *todos* los que quieran contribuir en esta obra de redención social de los *hermanos* más necesitados y abandonados, se escriben estas humildes páginas que quieren ser el *mensaje* de Emaús, explicarnos cómo nació, qué *hace* y qué *pretende* realizar con *la ayuda de todos*.

Todavía *estamos a tiempo* podemos *hacer algo!*...

Empecemos...! antes que sea demasiado tarde!...

I) LUGAR Y AMBIENTE

De donde ese nombre? Nos responde el Evangelio: un techo, un hogar ofrecido al Cristo Peregrino por sus dos discípulos en la tarde de la Resurrección.

Así también llamó l'abbé Pierre a su obra colosal que ha sacudido a Francis y al mundo, como un milagro de amor frente al egoísmo de muchos y la pavorosa miseria de los desheredados. Así también se llama la obra misionera de los barrios y “villas” en el gran Buenos Aires. Pero: y aquí, al lado nuestro?

Hoy ya nadie desconoce, siquiera sea por la prensa sensacionalista los rancheríos de Montevideo, nuestros tristemente célebres “cantegriles”, mueca sangrienta y dolorosa ironía para los otros cantegriles de refinado despilfarro, vida mundana — y triste es decirlo — hasta de subsidios oficiales para festín de muy pocos privilegiados.

Y qué vamos a hacer ante tan triste quadro y difícil realidad?

se preguntan muchos cómodos e indolentes, encogiéndose de hombros.

Y si os dijera que hay muchos jóvenes, que hace dos años *empezaron a hacer algo* y visitaron un cantegril de esos con fruto consolador y contagioso? Dónde? Cómo?

Le llamamos el "*Pantanoso*": un rancherío, un basural en una ladera, junto al arroyo sobre el Camino de los Tropas, por más señas el cantegril "La Palama".

Un grupo de *cinco jóvenes* generosos — hoy son más de cincuenta ellos y ellas — cayeron allá un día.

Y volvieron el domingo siguiente, y otro y otro. — entusiasmaron y conquistaron a muchas otras para esta obra tam simpática de un contacto personal y generoso con la miseria del *hermano pobre*.

Van los domingos temprano. Pasan allí toda la mañna. Algunos con frecuencia han quedado a comer un churrasco con sus amigos; al sol, entre imponente mosquerío, malos olores etc.

Otros, dieron vuelta tierra, ayudaron a plantar, pusieron tablas y latas para levantar o apuntalar una pared. Y muchos de ellos han vuelto varias veces a la semana para la gestión de um papel, a llevarles un remedio o traerles al médico o a una oficina. — A muchos se les dió o buscó trabajo.

Hay una maestra enseñando a adultos. — Recuerdo los apuros y sudores de una mañana del domingo pasado por un pobre amigo que repasaba afanoso su cuneta de 20 x 5 porque "hoy viene la máistra"...

Y cómo son las cosas? (mejor, cómo eran porque gracias a Dios ya no existen aquellos tugurios y todos tienen techo pasable).

Tablas y latas, terrones, una pieza a lo más dos... y qué camas! Tablas con guascas o trapos por colchón.

Y allí vivían y debían dormir cinco o más personas... y perros y gatos. Padre, madre, hijos a veces abuelos tíos y algún "allegado". Sin agua ni luz, en semejante tugurio hacinados, hundidos en la mugre y malos olores. Qué limpieza ni aseo ni orden ni moral se les puede exigir?.

Por suerte, allá por *febrero* tuvimos la inmensa dicha de ver como se volteaba, destruía y quemaba ese rancherío para pasarse en bloque las 49 familias a un grupo de viviendas de emergencia a pocas cuardras.

Tiempo de vacaciones, no había casi ningún muchacho para presenciar esa fiesta. Avisados de apuro, acudieron cuatro o cinco. Dos heroicas señoritas treparon con dos o tres empleados a un camión repleto de camas, sillas, mesas, etc. que habíamos almocinado en una casa de remate para esta oportunidad. Y los camioneros emocionados ante el gesto sublime no quisieron cobrar el flete, porque dijeron, también somos pobres y queremos colaborar a esta obra de tanta gauchada con los pobres...

El día siguiente, fuimos cinco o seis que desde las primeras horas de la tarde hasta la noche estuvimos repartiendo platos, cubiertos y vasos. No tenían nada casi paredes desnudas. Amenazaba lluvia, cubrebaban ya los primeros relámpagos sobre un cielo plomizo y oscuro.

— No vamos — dije a uno de los noveles moradores — porque va a llover.

— Qué importa, Padre — me contestó. — Que llueva no más, ahora tenemos techo, ahora tenemos casa.

Y puedo decir que eso primer día les ví reír, cantar... y llorar de alegría. Y correteaban y jugaban los chicos. Y estaban más limpios ellos y las casas.

Y todos se empeñaban en arreglar y adornar, dar vuelta tierra, plantar su terrenito...

Ese, a grandes rasgos, el lugar y el ambiente de nuestro Pantanoso.

2) COMO NOS RECIBIERON

Al principio con la lógica *desconfianza* y cerrada dureza miserable que no ha sentido cariño de los de arriba en su vida, que los ve cómodos, duros e insensibles, con abundancia de todo, mientras a él le falta todo, aún lo más indispensable. A lo más — país eminentemente “*politiquero*” el nuestro — llegan a ellos y en vísperas electorales los agitadores políticos que burlándose de su hambre y su miseria os cansan a promesas a cambio de un voto, para volverles a mentir y engañar y burlar la próxima vez. Por eso la lógica pregunta de muchos de ellos: Qué Partido los manda? Quién les paga? De qué club son?...

Por eso, ya vencido el primer hielo, al ver que eran amigos, interesados por su vida y por ayudarles, no por su voto, la mejor respuesta de uno ante un favor hecho a su mujer, fué: mire, amigo: “yo ya estoy comprometido, pero... ahí tiene la boleta de mi mujer: hágala votar por el Partido que Ud., quiera”. Después, poco a poco, les llamaban “los jóvenes católicos” y ansiaban y reclamaban a visita dominical y... llamaban al “cura”. Y ellos sólo pedían bautismo y casamientos que hicimos en los mismos rancheríos, casi siempre con el complementode un churrasco y un “truco” para hacerle la fiesta gaucha, inolvidable. Y al menos el día que íbamos ya no se emborrachaban — o no tan descaradamente — y estaban más limpios y aseados: ellos y los ranchos.

Y cómo empezaron a querernos!

Recuerdo emocionado en qué poco tiempo conquistó su cariño el P. Cabrera, joven jesuíta lleno de promisoría esperanza cegado en flor antes de terminar definitivamente su carrera de estudios.

El día anterior en un churrasco había estado mateando, truqueando y payando con su guitarra, haciendo las delicias de aquella buena gente, chocha con el “curita gaucha”.

Allí se sintió mal y al día siguiente, desde el cielo intercedía por esta obra tan de su corazón: era nuestro abogado.

Cuántos de aquellos pobrecitos lloraron a su recuerdo agradecido, cuántos fueron a la Misa por él, cuántos a su velorio y entierro! Y, algo que debió emocionar a los ángeles y a Dios, entre las ofrendas florales figuraba una, sencilla y humilde pero sublime y la más preciada, cuya leyenda decía así: "Sus amigos del Pantanoso". Oh corazón delicioso, agradecido y fiel del pobre cuando se siente comprendido y amado de veras! Cómo nos recibían, cómo nos querían!...

Y va de anécdotas...

Lógico, no todos eran ángeles allí aunque la mayoría muy buenos, demasiado para el ambiente. Y un día nos sacudió la prensa con un crimen en nuestro Pantanoso. Vivía allí, sólo y huraño, un indeseable que ya tenía una muerte, había "marcado" a uno y corrido barrio a varios vecinos. Junto a él, alambrado por medio, una familia excelente.

Borracho, mal genio, provocador, se largó a la madrugada decidido a matar, sin más, a un pobre muchado de apenas 23 años. Y, misterios de la vida y la Providencia, terminó todo o inesperada y misteriosamente con la muerte del agresor y un alivio para la barriada que le temía. Allá nuestras carreras, disturbios, investigaciones, jueces, abogados, etc., para ayudar y defender a aquel pobre muchacho inocente. Y tuvimos suerte!; a los dos días estaba libre de culpa y cargo.

Y delicias del corazón de los pobres! a más de nosotros, nadie de la familia fué a verle, excepto su novia; hacía un año andaban medio peleados, pero se dijo ella: "ahora me necesita" y para verlo, los 2 días hubo de esperar en el boliche de enfrente a la correccional de 9 a 3 de la tarde!...

Con uno de los muchachos que visitan los ranchos le llevamos en auto a su casa: era 31 de diciembre! Creyeron ver visiones al vernos, ni hablaban; ni qué decir cómo nos dejaron de abrazos y besos agradecidos aquellos pobrecitos...

Aquí tienen, les dije, su regalo de fin de año.

Y les dejamos llorando de alegría y nos retiramos para que gozaran en la intimidad aquel dulce encuentro.

Aún recuerdo la ocurrencia paradójica con que este muchacho, de regreso ya, me resumió las emociones y significado de aquella tarde:

— Cura... si Ud., le pide a ese negro que se meta de *monge*... él va.

A los pocos meses se me presentaba, no para marchar al convento, sino a presentarme la novia — venían del juez — y a pedirme los casara por la Iglesia!

He visto allí — en nosotros y en ellos — prodigios y delicias de caridad que, sin duda, han sacudido el corazón de Dios. Nos emociona aún, a distancia de siglos, el beso de San Francisco de Asís al le-

proso.

Algo tan sublime como aquel, es el que no puedo narrar.

Una excelente y cristiana familia, muy generosa preparó deliciosamente para cada familia, un paquete de Navidad con pan dulce, frutas y una tarjetita cariñosa con nuestros nombres. Y se lo fueron a llevar puerta a puerta. Volvieron emocionados y felices: la Navidad más feliz que hemos pasado, me decían.

— Y yo, Padre, me dijo la santa señora, le pido me deje volver.

— Sí, cómo no!, muy agradecido, pero a que? por qué, en concreto?

— A dar un beso a un niño a quien no se lo dí.

— A quién? Y por los datos es un pobrecito tarado, un montón repugnante de carne fofa, sin vida casi.

— Señora, le dije: obligada no está; si no siente una inclinación heroica... sintió repugnancia? es lógico y humano, instintivo.

— No, repugnancia, no..., pero me he puesto a pensar; porque no le besé como besaría a mis hijos y sobrinos, a un niño simpático?...

Y volvió y dió ese beso callado y heroico que debió resonar en el corazón de Dios y extasiar a los ángeles.

Este es, a grandes rasgos, dejando mucho que sólo Dios sabe, un esbozo apenas, de cómo empezó y qué ha hecho en una barriada, un grupo generoso de jóvenes de ambos sexos.

— Pero, me diréis, más en concreto, cuáles son las normas, fines, principios de esta obra? en una palabra.

3) LA MISTICA DE EMAUS: su espíritu.

Primero, y como siempre, en procura de una definición, dejamos el negativo para evitar confusiones.

Esencia: visita a cantegriles por ora.

Testimonio de presencia de hermanos y cristianos.

a) No pertenece a ninguna otra institución, por más que admite su apoyo material y moral y a todas ellas ofrece su humilde colaboración. — No es propiamente una obra nueva ni viene a sustituir o desplazar a ninguna otra. Así no es A.C. ni C.C. ni siquiera Conferencia Vicentina y sin embargo cuenta con miembros de todas esas instituciones.

b) No es propiamente una organización piadosa con fines catequísticos-misionales *directos*.

Y sin embargo, el domingo vamos a misa al barrio, entre ellos; saben que somos católicos y que nos mueve el amor a Dios y al prójimo y a eso atribuyen nuestra bondad. Y poco a poco, nos van siguiendo a la Iglesia y piden el bautismo o el casamiento religioso. — Y tenemos, también, el complemento del catecismo.

Pero todo eso, legítimo y santo, no entra *directa y primordialmente*

en nuestro programa.

c) No es una obra de *beneficencia* o *caridad-limosna* que vaya preferentemente al óbolo material, a remediar sólo necesidades temporales, tan urgentes en ellos!

Serían más, con la frase feliz de uno de los visitantes: "tarjeta de entrada" a ellos, ni anzuelo de conquista". — Que es pues?

d) Una obra de *asistencia social total* con un inmenso espíritu de *caridad-amor*. Una mística: una meta:

Son *hermanos* a los que vamos a amar y hacer sentir que les amamos, porque amamos a Dios, el Padre común que está en los ciclos.

Y porque son hermanos y porque les amamos no vamos a tirarle una limosna y alejarnos cuanto antes; vamos a llevarles con amor lo que nos piden, como hermanos, o vemos que necesitan.

Vamos a visitarles, *de asiento*, "calentar bancos" todo el tiempo que lleve una confianza, un consuelo, entre mate y mate, o a través de un churrasco o un truco.

Vamos a dar y *darnos*, con el mejor de los dones, dándoles un cariño que, a lo mejor jamás sintieron en sus vidas, un poco de hambre y cariño de Dios.

Obra social de asistencia que abarque la familia *toda*. No vamos a remediarlo todo porque no podemos ni tenemos cómo (*vivienda, trabajo,...* *salud*, etc.)

Pero haremos todo lo que podamos según nuestras posibilidades *reales*, en lo material y en lo social, cultural (educándoles, "elevándolos") ayudándoles, pero no dándoselo y haciéndolo *todo* nosotros (paternalismo ofensivo y contraproducente).

— Apostolado y mística de amor de hermano a los *hermanos* pobres que más que el bien que le hagamos (inmenso!) repostará el *bien que ellos nos hagan*, enseñándonos, exigiéndonos el amor: es más siempre lo que recibimos que lo que damos, cuando damos por Dios!

Por eso damos importancia esencial, casi tanto como a la visita dominical *de contacto*, a la reunión semanal *entre nosotros*.

Reunión de *formación*: pensamiento espiritual-social, normas, enfoques, avisos generales, organización.

Reunión de información donde cada grupo y cada una cuanto sus experiencias y sus problemas, da sus impresiones y soluciones sometiendo todo al juicio y decisión de la asamblea, lo que da una tónica, una mística y enfoca criterios en una sola línea de conducta (no olvidar que son jóvenes).

Por eso para más homogeneidad psicológica y más unidad y eficiencia sus componentes son jóvenes de 20 a 30 años, más o menos, con la próxima esperanza de que pronto haya también *familias que como tales* visiten la familia pobre.

Y como nuestra visita y nuestra obra abarca la familia *toda*: por

eso formamos un grupo mixto (5 o 6 atienden 8 o 9 familias) para que los muchachos atiendan preferentemente los problemas personales y generales del jefe de familia y las muchacas las de las señoras, los niños, educación, aseo, etc.

En concreto, pues, testimonio vivo de caridad cristiana por una mística de presencia y de contacto con el pobre, en su ambiente.

No mira beneficiencia o limosna material, puede ser contraproducente: fomentar golgazanes "viciosos" o por lo menos ofender su dignidad de pobres.

Algunas instituciones rebajan al pobre? Le hacen daño con sus 'repartos indriscriminados'.

Nuestra táctica, pues, nuestra organización gira en base a tres engranajes *esenciales*: contacto — estudio — acción (para volver al contacto y estudio).

Tal, a grandes rasgos nuestra obra, tal nuestro espíritu y nuestra mística.

Ayuda y amor al hermano pobre en contacto directo con su miseria y su mal.

Testimonio de presencia de Cristo que llega a ellos a través de nuestro amor sincero y práctico, a El y a ellos.

El día que este espíritu y esta tónica nos falten, Emaús habrá muerto.

Consideramos la técnica, la organización, todas las actividades como algo *secundario*.

Primario, en cambio, la mística que anime y dé sentido a todo eso.

No tratamos de organizar la caridad sino que queremos ser una caridad que se organiza.

Por eso: esperamos de todos, nos ofrecemos a todos, ayudamos a todos.

Y, con qué medios materiales contamos?

He ahí el milagro! Con nada! Jóvenes, estudiantes, empleados de qué pueden disponer?

Y cómo alimentar y vestir y ayudar tanta gente?

El amor es ingenioso y el que ama de veras no descansa y *sabe buscar* cuando su hermano necesita.

Y, así, poco a poco y para cada necesidad, ha ido apareciendo: dinero, ropa, zapatos, camas, colchones, sillas, etc., etc. Aunque usado o roto, todo sirve, todo viene bien al que *no tiene nada*.

"... que se multipliquen los que, frente al paroxismo de los orgullosos, de las concupiscencias y las estupideces que engendran las pasiones, frente a los peligros extremos que llenan de estupor a los más arrogantes conductores de los pueblos, comprendan que desde ya se ofrece una tarea magnífica que es posible y se impone a todos corazones lúcidos y generosos.

Entregarse con todo su ser a probar a todos los pueblos del mundo que cuando los cristianos les dicen que los hombres son *hermanos* e hijos comunes de Dios, esto no es un piropo, sino que esto hace que les *ayudemos* a alimentarse, si tienen hambre; sino tienen techo a obtener una habitación onde dejen de vivir como bestias en un establo; si no tienen trabajo a poder gozar la *dignidad* de ganarse el pan que comen; si no tienen escuelas ni hospitals a poder enseñar y cuidar a sus hijos y a sus enfermos...

Entonces habrá menos blasfemias! y tal vez una esperanza de paz menos emponzoñada..."

Está bien — es necesario — levantar iglesias y capillas, embellecer el sagrario y los altares...

El honor y el culto de Dios merecen eso y más: son piedras inertes a las que infundimos vida con su presencia y nuestro amor...

Pero? y las piedras vivas del santuario, el alma y el corazón de nuestros hermanos de los que El está ausente?...

Y son — o tenemos que hacerlos — miembros de su Cuerpo Místico!...

Jesús siente frío en los sagrarios — el frío de nuestras injurias, indiferencias y silencio — pero también tiritita de frío en los pies desnudos y el cuerpo aterido de niños y grandes en los "cangreiles" porque nosotros les abandonamos, Le abandonamos.

El espera nuestra respuesta para decirnos agradecido:

"Tuve hambre y Me disteis de comer...
estuve desnudo y Me vestisteis...
sin techo y Me cobijasteis..."

“Aspectos da Personalidade do Duque de Caxias”

Astrogildo Fernandes

Professor da Faculdade de Filosofia da P.U.C. do Rio Grande do Sul.

Na alvorada radiosa do Brasil independente, quando as auras perfumadas da liberdade pairavam nos espíritos voltados para o futuro da Pátria, quando ainda ecoavam, de canhada em canhada, as palavras emancipadoras de D. Pedro I, proferidas nas verdejantes ribanceiras do Ipiranga, eis que o Rio de Janeiro foi cenário de uma imponente solenidade cívico-religiosa. Era o dia 10 de novembro de 1822. A metrópole brasílica engalanada com os arcos de flôres do civismo acalentado pelo 7 de setembro histórico formava no cenário da Guanabara um quadro onde se vislumbravam o contentamento e a alegria íntima dos brasileiros. O paço da cidade tornara-se, naquele dia, o centro de convergência das atenções populares. No ambiente ungido pela liturgia da Igreja, assinalando a festa da Apresentação de Nossa Senhora, desenrola-se na capela imperial, pomposa cerimônia que marcaria o preâmbulo da nacionalidade e projetaria na tela do futuro, uma figura singular de nosso pretérito histórico, aquêlê vulto que é o diadema de uma nacionalidade, timoneiro intemorato de um povo, nome aureolado por mercês e glórias conquistadas com méritos incontestados: Luís Alves de Lima e Silva, o incomparável Duque de Caxias.

Naquela manhã luminosa, Pedro I, cercado pelo que de mais representativo possuía a côrte, recebia das mãos do Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, já tocado pela bênção divina, o pavilhão brasado do Império, onde se mesclavam, pela vez primeira, “O amarelo de ouro e o verde da primavera.” Ato contínuo, o então Ministro da Guerra, coronel João Vieira de Carvalho, futuro Barão de Lajes, recebe o auri-verde pendão, para passá-lo, de imediato, a um dos 800 jovens oficiais postados na parte fronteira do templo. Momento de significação e justa ansiedade dos presentes. Era o símbolo da Pátria, em sua mais autêntica representação, destinado a ser conduzido por um filho do Brasil. Eis que o titular da guerra, caminha firme e resoluto, dirigindo-se, sem titubear, em direção de um garboso jovem que teria, naquela hora, a primeira consagração do seu nome, a indicar seu glorioso porvir. Recebe Luís Alves de Lima e Silva, Pavilhão Nacional,

empunhando-o firme e com altivez de espírito de quem o defenderia e honraria em tôda a vida. Era o batismo cívico daquele que se glorificaria nos campos de lutas, no remanso do lar, na efervescência dos debates parlamentares e na sobriedade ínclita de seu caráter: era o futuro Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias.

Assim, o primeiro porta-bandeira do Brasil independente, marcha pelas ruas cariocas, marcando o início de uma jornada que o consagraria pelo bem que praticou, pela verdade que defendeu, pela justiça que distribuiu, pela felicidade e união que proporcionou a seus patrícios.

Daquela solenidade, pulverizada pelo mérito, imantizada pelo idealismo, Lima e Silva foi a figura central e seu nome preencheria uma página de ouro nos fatos históricos do Brasil. É nossa intenção focalizar o vulto ímpar do Duque de Caxias, como o Wellington Brasileiro, o soldado intrépido, a personalidade esculpida nas páginas históricas da América, com méritos e louros paralelos aos de Simon Bolívar, San Martín, Sucre, Miranda, O'Higgins, Sarmiento e tantos outros heróis do continente americano.

É, assim, que na cidade do Salvador, em pleno recôncavo baiano, a espada do militar, a hombridade do patriota, o idealismo cívico de Caxias auspiciam sua primeira vitória na peleja consolidadora da independência, enfrentando e vencendo as tropas chefiadas pelo Brigadeiro Luís Inácio Madeira de Melo. Premia-o D. Pedro I com o posto de capitão e o grau de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Revelava, assim, desde cedo, Caxias, sua progênie militar. Seus antepassados foram, igualmente, afeitos às armas, numa linha contínua de serviços prestados ao Brasil. Caxias era filho de dona Marina Cândida de Lima e do Marechal de Campo Francisco de Lima e Silva que comandou o Exército Cooperador da Boa Ordem contra os rebeldes da Confederação do Equador, e, em 1831, foi regente do Império. Seu avô paterno era o marechal de campo José Joaquim de Lima e Silva; seus tios, irmãos do pai, foram militares: três marechais de Campo e um general farroupilha. Também pelo lado materno se verificou o mesmo: o avô era o coronel Luís Alves de Freitas Belo, sendo marechais de Campo os dois tios maternos.

Ante esquema genealógico tão especificamente demarcador do que, na realidade, Caxias foi emérito seguidor, a circunstância do seu ingresso, em 22 de novembro de 1808, com cinco anos de idade, no 1.º Regimento de Infantaria de linha, era um privilégio assegurado pelo Alvará de 16 de março de 1757, que "concedia direitos excepcionais às famílias militares de estirpe".

Num crescente prestígio militar, numa escalada de atuações nas diversas incumbências oficiais que lhe foram atribuídas, é o patrono do Exército Nacional Brasileiro, aos 25 anos de idade, elevado ao posto de major, por decreto de 2 de dezembro de 1828, já com as altas digni-

dades de Comendador de São Bento de Aviz e de Cavaleiro da Rosa.

De tôdas as múltiplas facetas pelas quais pode ser analisada a vida de Luís Alves de Lima e Silva, é, sem dúvida, aquela tarefa de missionário da paz que o qualifica de modo extraordinário e lhe confere importância tôda particular, pois, foi em tal setor de suas atividades que, de modo mais acentuado, revelou suas qualidades morais e sua habilidade política, a par de destacada capacidade militar.

A palma da paz foi seu apanágio. À sua sombra, chega Caxias ao Maranhão, em 1840, para lançar-se numa cruzada cívica, visando a harmonia dos ânimos exaltados naquela província. E as palavras candentes de seu espírito conciliador, são assim concebidas: ‘Maranhenses! Nomeado presidente e comandante das armas desta província, por carta imperial de 12 de agosto de 1839, venho partilhar das vossas fadigas e concorrer, quanto em mim couber, para a inteira e completa pacificação desta bela parte do Império. Mais militar que político, quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam”.

Em tal missão de anjo da paz, atuaria em São Paulo, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

Ao regressar plenamente vitorioso do Maranhão, recebe, de prêmio, a promoção a Brigadeiro e o título de Barão de Caxias, por decreto de 1 de julho de 1841. Pelos altos serviços prestados na debelação dos movimentos de 1842, em S. Paulo e Minas Gerais e de 1845, contra os Farrapos, foi promovido a Marechal de Campo e elevado à dignidade de Conde em 25 de março de 1845.

Chegando a Pôrto Alegre (12-11-1842), para julgar o movimento revolucionário farroupilha, lança o Barão de Caxias a seguinte mensagem: “Lembraí-vos de que a poucos passos de vós está o inimigo de nós todos, o inimigo da raça e da tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue. Vêde que êsse estrangeiro exulta com esta triste guerra, com que nós mesmos nos estamos enfraquecendo e destruindo.

Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria, que é nossa mãe comum”.

E, após brilhante atuação em plagas gaúchas, quando soava a trombeta da vitória com a pacificação do Rio Grande do Sul após o decênio farroupilha, Caxias proclamava em 1.º de março de 1845: “Rio-grandenses! É sem dúvida, para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos, que a guerra civil, que por mais de 9 anos devastou esta bela província, está terminada. Os irmãos, contra quem combatemos, estão hoje congratulados conosco e já obedecem ao legítimo governo do Império do Brasil”.

Para comemorar tão importante feito, recebe Caxias do vigário de Bagé, a sugestão para que fôsse entoado um solene Te-Deum, ao

que o Condestável da Pátria redarguiu com a indicação de que as galas daquele ofício religioso fôsem trocadas pelos sufrágios do santo sacrifício da missa em favor das almas daqueles que tombaram nos rijos encontros da Revolução Farroupilha.

E o itinerário do Caxias militar não se confinou nas fronteiras geográficas do Brasil, pois sua espada foi, ainda, desembainhada na Campanha do Uruguai, e desta jornada, quando chegou ao pôsto de comandante-chefe das tropas aliadas, conta-se um episódio que bem exprime sua formação, traduz seus sentimentos e revela a caridade de um coração voltado para ideais superiores, autenticando-lhe a alma de herói e cômico de suas responsabilidades.

Certa vez enviou-lhe do Brasil um preto velho uma carta com dinheiro para que Caxias a fizesse chegar às mãos do filho. O dinheiro era em papel e a moeda-papel lá pelos campos do Paraguai, não coria. Caxias não teve dúvidas: deu ao filho do preto velho vinte mil réis em ouro ali no acampamento de Tuiuti, onde recebera a carta.

É ainda na campanha do Paraguai que vamos recolher uma passagem que bem demonstra a profundeza de sentimentos cristãos de Caxias. Em Ordem do Dia datada de 5 de janeiro de 1869, acentuava êle: “O Deus dos exércitos não nos desamparou, nem a bravura e intrepidez de meus camaradas consentiram que fôsse vencido o general e amigo que a sua frente se achava”.

Perlustrando a brilhante trajetória do viver de nosso biografado, sentindo-lhe as multiformes facetas de seu agir, importa considerar que os alamares de sua farda brilharam não só no tampo das coxilhas, na refrega das batalhas, no entrechoque das lutas civis do Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. É, ainda, como militar que sempre se jactou de ser, que Caxias, finda a Revolução Farroupilha indicativo de sua correta, imparcial e decisiva atuação, o voto dos rio-grandenses do sul que o colocam no Senado, com os sufrágios da eleição realizada em 22 de setembro de 1845. E, assim, o velho Palácio do Conde dos Arcos recebe em 11 de maio de 1846, em seu plenário, um novo parlamentar. Reunia-se, então, o vixilário da Pátria, aos 50 senadores de então, entre os quais figuravam o Visconde de Sepetiba, representando Alagoas; Barão d Pindaré, pelo Maranhão; Bernardo de Vasconcelos, por Minas Gerais. De sua atuação na Câmara vitalícia e Assembléia Legislativa, fala-nos Afonso de Carvalho quando afirma que “o militar não deslustrou a tribuna que lhe fôra confiada, menos pelo eleitorado do Rio Grande do Sul que pela vontade subconsciente do Brasil. Caxias, tal foi a projeção de seu nome e a fama de seus feitos, era em 1846, uma legítima expressão nacional e, assim, um de seus mais autorizados porta-vozes”.

E continua aquêle biógrafo de Caxias: “Seus discursos são sóbrios, massivos e, geralmente, em forma de resposta. O Senador-militar não ataca. Defende-se. E em defesa de seu nome e de sua autoridade

de chefe militar, quando sobe à tribuna, cedendo a interpelações e provocações de seus adversários, não para resistir à torrente esmagadora de suas réplicas. Tudo, em verdadeira ordem militar. É uma ofensiva compacta de argumentos, mas em linguagem serena, parlamentar e justa, em cujo estilo podem ser sentidos os lamentos do leão ofendido, mas jamais as imprecações de sua prepotência ou de seu despeito”.

O Senado proporcionou a Caxias o exercício de funções governamentais como a do Ministro da Guerra, cargo desempenhado num contínuo servir à Pátria e com um acervo de magnas realizações, no terreno especializado dos homens de armas do Brasil. É, depois, guindado à presidência do Conselho, quando, assumindo suas funções, declarou: “Entendo que presentemente o país quer, sobretudo, a rigorosa observância da Constituição e das leis e a mais severa e discreta economia dos dinheiros públicos, atentas as circunstâncias de nosso atual estado financeiro.

Os atos, senhores, devem valer mais do que as palavras, e peço a todos que nos julguem por nossos atos.

Era uma verdadeira plataforma governamental, um vislumbre de seu caráter ímpoluto, uma afirmação eloqüente de seu descobrimento político, numa tomada de posição, como intransigente e fiel observador dos princípios constitucionais. Tal era o porte moral do ilustre Condestável da Pátria, sucessivamente distinguido com títulos nobiliárquicos. Assim, pelo comando-chefe que exerceu na Campanha contra Rosas e Oribe, foi, em 3 de março de 1852, promovido a Tenente-General e levado à dignidade de Marquês em 26 de junho de 1852. Em 2 dezembro de 1862 foi graduado em Marechal do Exército, sendo efetivado nesse posto em 13 de outubro de 1866, nele falecido. Pelos relevantíssimos serviços prestados na Campanha contra o govêrno do Paraguai, foi, em 23 de março de 1869, elevado à alta dignidade de Duque, sendo o único Duque brasileiro, pois o outro titular que atingiu o ducado fôra nascido no estrangeiro (Duque de Santa Cruz — Augusto Carlos Eugênio Napoleão de Benharnais, Irmão da Imperatriz D. Amélia).

Como cúpula de seu perfil moral, está a inata religiosidade, o acendrado espírito devotado a Deus, uma compreensão eterna nos atos humanos, uma permanente indicação de ideais voltados para o alto, para a sublimidade das coisas divinas. De tais circunstâncias dá mostras cabais, em atitudes coerentes, em ações positivas e numa constante ação irradiadora de seu cristianismo. “A religiosidade de Caxias, escreveu Everardo Backheuser, se evidenciava sem dubiedades pelo sincero amor a Deus, pelas práticas católicas que não abandonava nem no aceso das batalhas, pelas atitudes de santa humildade, que muita vez teve de tomar em face dos acontecimentos e por aquêles sentimentos de obediência que sua história exhibe em múltiplos momentos”.

Como tantos outros bravos, Caxias jamais esqueceu seus ideais religiosos, antes os afirmou em qualquer emergência, sem receios e sem respeito humano. Invocava, públicamente, nas horas de perigo, o auxílio de Deus dos Exércitos e o amparo maternal da Virgem, Padroeira do Império. Tais sentimentos só nobilitaram as glórias obtidas.

Um de seus mais autorizados biógrafos, Mons. Pinto de Campos, referindo-se a sua mentalidade religiosa, afirmou: "Sincero em suas crenças religiosas, tem inalteravelmente procedido como quem está convencido de que tôdas as suas fortunas, como suas provações, correspondem a um incontrastável desígnio da Providência: e não desdenha manifestar seu respeito à religião, à moral, ao culto de seus avós.

"Os seus sentimentos religiosos, sem ostentação manifestaram-se constantemente. É sabido que mesmo nos acampamentos e em marcha, nunca descurou os deveres do culto, em cuja assiduidade dava o mais salutar dos exemplos.

Sua ingênita piedade o levava a aproveitar todos os recursos de religião e também a fazer inexcedíveis esforços para poupar o sangue dos próprios inimigos."

Nascido a 25 de agosto de 1803, na Fazenda São Paulo, Vila de Estrêla no Estado do Rio de Janeiro, vê Caxias o apagar das luzes de sua existência em um ambiente semelhante. O pêso dos anos fizera com que êle se recolhesse à quietude da Fazenda Santa Mônica, localizada nas proximidades de Vassouras. No cálido aconchego do lar de seu genro, o Barão de Santa Mônica, é-lhe proporcionado aquêlê sítio aprazível "encostado a colinas verdes, com o Paraíba a deslizar caudaloso e dolente a seus pés" Affonso de Carvalho).

E, ante aquêlê quadro de uma luxuriante natureza o emoldurar os últimos dias de vida do herói brasileiro, as asas da morte tecem o lúgubre pálio que envolveria a pessoa daquele que, chegado aos 87 anos incompletos, entregaria sua alma a Deus e seu corpo à Pátria, como o fizera em vida. Assiste-o no instante supremo do jornadaear terreno, Monsenhor Meirelles que o ouve em confissão e lhe ministra os últimos sacramentos. O estado de saúde de Caxias não mais permite qualquer esperança de restabelecimento. E Affonso de Carvalho assim nos relata a morte do grande brasileiro: "Poucas pessoas, de tantíssimas que cercavam o velho Duque, rodeiam agora a pobre cama de ferro, onde agoniza aquêlê que, com seus próprios méritos e a sua espada pacificadora, relampagueada de vitórias, ascendeu às culminâncias do marechalato e às láureas do ducado.

Ali estão sòmente sete pessoas; seu neto, o Major Francisco Nicolau de Lima Nogueira da Gama; os senhores Carlos Artur da Silva; o Coronel José Julião Carneiro da Silva e o fiel criado Manuel.

O crepúsculo debate-se dentro do velho e silencioso casarão, como um pássaro negro, agitando, ferido, suas asas de negrume.

Chega ao quarto do moribundo o eco tristonho do angelus da igre-

ja de Desengano: a morte, com pancadas de bronze parece pedir dos céus que abram depressa a porta para receber a alma de um justo e a glória de um santo, pois não foge à santidade o guerreiro, cuja espada nunca tingiu de sangue inútil e sempre enflorou o triunfo com as galas cristãs da tolerância, do perdão e da magnanimidade”.

Era o entardecer do dia 7 de maio de 1880. O próprio Caxias antevê o momento derradeiro. “Beija a filha, despede-se dos demais. Como Osório à hora final, pronuncia espaçadamente algumas palavras, que são reflexos do seu drama interior: “Meu país”, “ingratidão”, “saudades”, “Anica”... E extingue-se, tranqüilamente”. (Brígido Tinoco).

O cortejo fúnebre, partindo da Fazenda, na estação naquela época chamada Desengano, hoje Juparaná, no Estado do Rio de Janeiro, chega à capital Federal, onde o corpo de Caxias é inumado na Quadra II, número 43, ao lado de Anica. Os restos do casal foram trasladados em 23 de agosto de 1949, para o soberbo Panteon, construído em louvor a Caxias, em frente ao edifício do Ministério da Guerra na metrópole brasileira.

E, hoje, aquêlê mausoléu da pátria, enriquecido com os restos de Luís, seu filho querido, morto aos 15 anos, é uma permanente lembrança daquele que soube, antes de mais nada, ser um exemplo vivo de homem de caráter, dotado de uma personalidade vigorosa onde se esferiotiparam as virtudes cívicas e se amalgamaram as qualidades de um verdadeiro cristão. É o exemplo de sua retilínea conduta moral, um repositório de méritos engrinaldados pelo valor de seus feitos heróicos. Adjudicou-se a similitude de ideais que a piedade gravara no templo de Delfos:

*“tem moderação, cultiva o bom
senso, morre pela pátria.”*

A vida do Patrono do Exército Brasileiro é, não só marco indelével dos registros de feitos militares, como autêntico baluarte de uma nacionalidade, empunhando a espada em defesa de suas lídimas prerrogativas constitucionais, como foi, ainda, um paradigma para o espírito familiar. Os 41 anos de convívio conjugal marcaram-lhe a frente com a compreensão, o equilíbrio, a afabilidade, o sentimentalismo, tornando-o exemplo palpitante de um modelar chefe de família.

Completam-lhe a coroa de glórias, as virtudes cívicas das quais foi tão eloquente precursor e acérrimo baluarte, em meio o ambiente, por vezes hostil de sua existência. Na paz como na guerra sua altivez, sua vibração patriótica patentearam-lhe o idealismo, num atestado de sua mais pura e cristalina dedicação ao solo pátrio. Foi assim, Caxias, a glória do Brasil, símbolo de uma soberania que êle soube defender e unificar.

“Caxias foi o bom, a serviço da lei e da paz. Homens e povos sentiram-lhe a aura luminosa, o ato consciente. Tocou com a frente nas estrêlas. O amor engalanou-lhe a vida” (Brígido Tinoco).

Un gran educador de nuestros tiempos: AGOSTINO GEMELLI y su Universidad del "Sacro Cuore" de Milán. (Italia).

Hno. Darío Agostino

Verdad y Caridad

El *Catolicismo* es por naturaleza una aristocracia intelectual. Basta, para convencerse, observar el milagro de sus Santos: el testimonio más formidable de su valor intelectual. Todos los Santos indistintamente; aún los analfabetos e iletrados. La verdad los ha hecho santos; la verdad ha sido levadura para sus corazones; la verdad los ha inebriado de amor.

Ninguna filosofía puede engendrar santos; la Fe, sí. Son los mártires de la verdad.

La fe, es fuente perenne de actividad intelectual. Las mismas virtudes morales encuentran la razón de su existencia en el favorecer esta superior actividad del espíritu.

Ellos trabajan especialmente, por adquirir el hábito de una vida interior, silenciosa y operosa. Se recriminan y expían acerbamente la mínima distracción e imperfección en el esfuerzo intelectual.

En verdad, todo santo es doctor, pues en él el cerebro ama y el corazón piensa. Para él, la ignorancia de las cosas divinas es el primero y mayor de todos los pecados.

Es por eso, que con legítimo orgullo, los católicos miramos hacia esos bastiones del saber humano que son las UNIVERSIDADES CÁTOLICAS diseminadas por el mundo entero; y, los católicos italianos, en particular, miran a su Universidad Católica del "Sacro Cuore". En todas ellas, la ciencia reviste la gran misión, la importantísima tarea de la Iglesia misma.

1 — *Universidad Católica del "Sacro Cuore"*

Fué fundada en 1921, en ambiente adverso y hostil, por el R.P. Agostino Gemelli ofm, médico ateo y anticlerical convertido. Bendecida de Dios y sostenida generosamente por el pueblo católico de Italia, se ha desarrollado en forma extraordinaria y es actualmente uno de los centros de enseñanza superior más florecientes y estimados de Europa.

Algunas cifras relativas al último año académico 1957-58, nos darán una idea del vasto trabajo intelectual que allí se realiza.

— El *cuerpo académico* comprende 268 profesores. Los *alumnos* son 10.669 repartidos en las siguientes facultades: Jurisprudencia 1061; Ciencias Políticas 566; Economía y Comercio 5913; Letras y Filosofía 992; Magisterio 1752; Agraria 212; Escuela de Estadística 39; Escuelas de perfeccionamiento 147.

Muchos *jóvenes de humilde condición* hallan en la Universidad, amplias posibilidades de proseguir sus estudios, gracias a una comprensiva distribución de bolsas de estudio, asignaciones especiales, asistenciais varias, que en este año ascendió a un total de 94 millones de liras.

De esta manera la “gran mendiga” se convierte en “insigne bienhechora”.

— Los *laureados* (doctorado) en esta Universidad Católica son ya 9.864 en los 38 años de existencia. Fuerte contingente de personalidades de elevado valor científico y moral que militan hoy en los campos del saber y de la política, como los dirigentes de la “Democrazia Cristiana”, partido que rige los destino del país, desde que se implantó a República en Italia (1946) y que cuenta en la actualidad con el 42.50% de la población total. Las laureas del último año han sido 236, en las diversas especialidades.

— En el año 1953 la Universidad fundó en Piacenza (valle del Po) su modernísima *Facultad Agraria*, considerada en la actualidad como la mejor de Europa, tanto por la calidad de su material científico como por la organización del trabajo.

— El centro de cultura “Maria Immacolata”, en el Trentino, alberga gran número de estudiantes italianos y extranjeros (unos 3000) para cursillos de especialización, durante los cálidos meses estivales.

— Este año, por iniciativa del gobierno italiano y en colaboración con la UNESCO se ha creado en la U.C. del Sacro Cuore el *Instituto de ayudas audio-visuales* el primero y único de esa naturaleza existente en Europa. Lo dirige el Prof. Mc Clung Lee del Brooklin College de New York. Su finalidad es preparar a los jóvenes para analizar las repercusiones y efectos próximos o remotos en la vida social de la radio, del cinema y de la televisión, considerados como medios de información, educación y publicidad.

— En el *Instituto de Psicología*, fundado y dirigido por el mismo P. Gemelli, que juntamente con el de Cambridge son en la actualidad los más importantes de Europa, se ha constituido recientemente una sección de especialización en “Psicología del trabajo y Psicotecnia”. Su finalidad es preparar personal idóneo para las distintas funciones de selección y diagnósia de la personalidad, tan solicitados hoy por la industria y las empresas.

2 — *P. Agostino Gemelli: fundador y Rector Magnífico de la Universidad.*

El P. Gemelli es el héroe de esta magna empresa del espíritu. Antes de vestir el hábito franciscano, fué médico de brillante porvenir, Joven, inteligente, el Dr. Edoardo Gemelli (así se llamaba antes de ser fraire era también ateo y anticlerical, como parecía exigir la moda de fines del siglo pasado.

Fuó durante el servicio militar y en contacto con otro eminente médico y gran católico Vico Necchi, que se acercó al catolicismo y a la Iglesia. Hombre de férrea voluntad, desconocedor de las medias tintas, una vez conocida la verdad cristiana se abrazó a ella con todas las potencialidades de su ser, que no eran escasas. Un solo rasgo de su vida militar, nos revela el temple de su alma. El mismo nos la cuenta:

“Me hallaba, dice, cumpliendo el servicio militar como médico de sanidad en un reparto de infecciosos, en la misma ciudad de Milán. Con todo mi entusiasmo juvenil, me entregué a las funciones propias de mi cargo: asistencia a los enfermos, cuidado del local, control del personal, etc...

En cierta ocasión trajeron a un soldado de caballería atacado de tuberculosis en grado ya muy avanzado. Se hallaba a las puertas de la muerte; él mismo lo sabía. A los pocos días, acabada la habitual visita vespertina clavando su mirada en mis ojos, me dice: “Doctor, yo muero lejos de los míos, (era del Sur); si mi madre estuviera aquí me daría un beso. Me lo quiere dar Ud?” Confieso que en mi interior se desencadenó breve, pero dura batalla. El enfermo estaba cubierto de llagas, vomitaba a cada instante. Yo, todavía en vías de conversión me dije a mi mismo: “Soy un vil! Qué no haría Cristo en mi lugar, él que murió por los hombres?”... Abracé y besé repetidas veces a ese moribundo con extraña pero dulcísima emoción. Su rostro reflejó una sonrisa, como un rayo de luz. “Gracias, me dijo; ahora llámeme al Capellán para que me traiga la Comunión”. Fué de inmediato; me improvisé monaguillo, sin conocer palabra alguna del ceremonial...; pero, me sentía “sacerdote” yo también”.

No se detuvo allí, el médico de noble corazón; convertido al catolicismo entre el estupor general de los médicos e íntimos amigos; inició de inmediato intensa propaganda católica y fue decidido defensor de los milagros de Lourdes .

— El 18 de Marzo de 1908 en el santuario “San Antonio de Padua” de Milán, un selecto grupo de sacerdotes, laicos, admiradores y amigos, asistían a la celebración de la primera misa de Dr. Gemelli. Cinco años antes, al vestir el hábito franciscano, desejava el nombre de Edoardo por el de Agostino. Poquísimos parientes se hicieron presentes a la bella cerimonia en la que su íntimo antiguo y colega Vico Necchi, hizo de padrino. Faltaban sus padres. Todavía no le perdonaban el haber abandonado su carrera, tan llena de esperanzas, para

encerrarse en um convento.

— El 7 de Diciembre de 1921, en una pequeña capilla dedicada al Sagrado Corazón, el P. Gemelli celebrada también la Santa Misa.

Nutrida concurrencia le rodeaba: personalidades, bienhechores, amigos y crecido número de jóvenes. Eran los primeros alunos de la Universidad Católica. La Misa imploraba las bendiciones de Dios sobre el nuevo ateneo que ese día comenzaba a vivir. Era la víspera de la Inmaculada. Acabado el Evangelico, en vibrante himno de agradecimiento a Dios, el P. Gemelli expresó su confianza en el éxito de la empresa que ponía bajo la protección del Sagrado Corazón, y en seguida formuló a nombre de los presentes el juramento de la nueva Universidad de “permanecer siempre fieles a la cátedra de Pedro”.

Llegó el momento de la Sta Comunión. La vibrante voz del celebrante pronunció el “Ecce Agnus Dei, ecce qui tollis peccata mundi”. Nada nuevo había advertido, ni sospechaba; pero el Corazón de Jesús le tenía preparrado un don, un magnífico don, digno de su divina bondad...

Su padre que desde hacía 40 años no se acercaba a los Sacramentos, tocado de la gracia de Dios, habíase confesado la víspera en el “Duomo” y esa mañana había venido a la Universidad. Permaneció oculto entre la numerosa asistencia y se acerca ahora al altar. Quiere ser el primero en recibir a Jesús de las manos de su hijo, quien al verle, prorrumpió en lágrimas, y llorando distribuyó la Santa Comunión a toda la concurrencia. Era también aquella una primera Misa.

Con ocasión de su MISA DE ORO y de sus 80 años, todos los amantes del saber, educadores y católicos del mundo, vuelven este año 1958, su mirada hacia la Universidad Católica del ‘Sacro Cuore’ y a su fundador y Rector magnífico el P. Agostino Gemelli.

Admiran su vasta obra en bien de la humanidad, elevan al Padre bueno fervidas plegaias y ofrecen su generoso óbolo para esa su inmensa obra de caridad, que deseosa de extender cada día más su benéfica acción, proyecta ahora la construcción de su Faculdade de Medicina en Roma. No dudamos que será pronto hermosa realidad. Dios lo quiera.

VOCABULÁRIOS BRASILEIROS

Glossários de termos regionais da língua portuguesa falada no R.G.S.

Prof. Dante de Laytano

1) — VOCABULÁRIOS NACIONAIS

Os vocabulários nacionais publicados até agora foram numerosos e variados; mas os que de fato interessam mais de perto ao Rio Grande, entre outros, são os seguintes:

1888 — Beaurepaire Rohan — *“Dicionário de Vocábulos Brasileiros”*.

Rohan nasceu, no Rio de Janeiro, em 1812, morreu, na mesma cidade, em 1894. Conhece-se dêle uma boa biografia escrita pelo Barão Homem de Mello e publicada na *“Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”*, Tomo LXII, 1889. Filho de nobre francês, exilado em Portugal, seu pai veio com a côrte de D. João VI para o Brasil; aos 7 anos assentou praça como cadete; fêz brilhante carreira; tirou o curso de engenheiro militar e serviu em várias províncias. Em 1839, foi dstacado para o Rio Grande do Sul, levantou a planta do entrincheiramento de Pôrto Alegre, inspecionou as obras militares da capital da província, serviu no Q.G. do Gen. J.P. dos Santos Barreto, deslocou-se para o Acampamento do Passo do Jacuí, o percorreu parte do mesmo rio.

Diretor das Obras Municipais do Rio de Janeiro em 1842; designado para explorar o Baixo Paraguai no Mato Grosso em 1843; conheceu Artigas, Lopez, Bompland e outros, trabalhou em São Paulo e no Paraná.

Presidente da Paraíba; em comissão de estudos, na Ilha de Fernando Noronha; Ministro da Guerra em 1864, participou da Guerra do Paraguai, desempenhou diversas e variadas comissões militares e foi Comandante das Armas em Pernambuco.

Visconde em 1888; em 1890 reformado como Marechal, e Ministro do Supremo Tribunal Militar em 1893.

Escreveu mais de trinta trabalhos, todos de maior importância e estêve no Rio Grande do Sul muitas vêzes, deixando suas impressões publicadas.

“Procedendo ao mais paciente estudo, o Visconde de Beaurepaire Rohan recolheu, nos próprios lugares, todos êstes vocábulos, e, assim nos deu em 1888 o seu precioso *“Dicionário de Vocábulos Brasileiros”*”

em que estão coligidos e definidos t ermos usados nas diversas províncias do Brasil, em sua genuína significac o. Como os outros trabalhos do Visconde de Beaurepaire Rohan, esta obra recomenda-se pela rigorosa exatidão e autenticidade das verifica es, banindo-se dela as interpreta es fantasiosas, que tantas v ezes desfiguram escritos d este g nero”, diz Barão Homem de Mello.

1923 — Carlos Teschauer — *“Novo Vocabulário Nacional”* — III Série das Apostilas ao Dicionário de Vocábulos Brasileiros, Ed. Globo.

Teschauer, padre jesuíta, nasceu na Alemanha em 1851 e morreu, no Rio Grande, em São Leopoldo, no ano de 1930.

Foi um dos precursores dos estudos folclóricos; fundou, ao lado de outros, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; lecionou, muitos anos, no Colégio Anchieta de P rto Alegre e escreveu numerosas obras, destacando-se sua *“História do Rio Grande do Sul”*, em três volumes, sôbre os 7 Povos das Missões Orientais do Uruguai, a *“Poranduba Rio-Grandense”*, e *“Avifauna e flora nos costumes, supersti es e lendas brasileiras”*.

Reuniu, no vocabulário, 8.500 t ermos brasileiros não dicionarizados ainda e consultou, entre os rio-grandenses, autores como Alcides Maya, Alfredo Ferreira Rodrigues, Ramiro Barcelos; Hemet rio Velloso, Assis Brasil, Cândido D’Oliveira Fortes, Alfredo Varela, Fernando Osório, Otávio de Faria Corrêa, etc.

Natural de Birstein, então Grão-Ducado de Hesse, terminando os estudos ginasiais, entrou para o Seminário de Fulda, sendo depois, com a morte do Bispo Koett, enviado a Mogúncia, recebendo então, as sagradas ordens das mãos do eminente Bispo Von Ketteller, protetor das classes operárias e ilustre sociólogo.

F z o noviciado da Companhia de Jesus em Exaeten; terminou os estudos de filosofia e humanidade em Bleyenbeebeek, ambas as cidades da Holanda, e daí foi para a Inglaterra, onde estêve três anos, em Dittonhall, dedicando-se aos estudos teológicos e asc ticos; partindo, depois, para o Brasil, quando, em 1880, chegou a Pôrto Alegre.

Trabalhou ativamente como sacerdote e professor em Montenegro, São Leopoldo, Pareci Novo, Santa Cruz, São Leopoldo, Rio Grande, São Sebastião, etc.

Foi sucessivamente, em Pôrto Alegre, padre das Igrejas de São Rafael, Carmo e do Hospital Militar do Cristal.

Está sepultado no Cemitério Particular da Companhia de Jesus, em São Leopoldo.

Os estudos de Teschauer e Rohan são os que mais cuidaram do Rio Grande, o que não se pode afirmar de outros dicionários brasileiros, como o de Rodolfo Garcia (*“Dicionário de Brasileirismos”*), que, aliás, apenas trata de *“Peculiaridades pernambucanas”*, como se pro-

põe, Macedo Soares (“Dicionário Brasileiro do Língua Português”), Braz Rubin (“Vocabulário Brasileiro”), etc. pois nos referimos exclusivamente aos dicionários de brasileirismos e não pròpriamente aos dicionários da língua portuguesa ou, evidente, aos vocabulários regionais brasileiros, que não precisam ser citados aqui, bem como os vocabulários de assuntos especializados e particulares.

2 — VOCABULÁRIOS GAÚCHOS

1851 — *Pereira Coruja* — “Coleção de Vocábulos e Frases usadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”.

A primeira edição da “Coleção” apareceu na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1852), revista cujo volume aliás foi reeditado em 1888. A “Coleção” teve mais as seguintes edições; 2.^a (1856), Londres — 25 exemplares (A expensas do príncipe L. Bonaparte) — Tribner e Com. — 3.^a edição — Rio de Janeiro — 1861 — Typ. Moderna de H. Greffier — 4.^a edição — Rio de Janeiro — 1862 — “Folhinha Rio Grandense”, Livraria de D.J. Cobbes Brandão.

Quase um século depois, Walter Spalding reedita a “Coleção”, na revista “Província de São Pedro”, em 1946, constituindo, assim, a 5.^a edição.

O A. reuniu 358 vocábulos, que é o número que figura na 1.^a edição, fazendo-os preceder duma interessante, embora ligeira introdução, onde já acentua os caracteres fonéticos do linguajar gaúcho, a relativa pureza do idioma e as influências espanholas e indígenas, o que não deixa de constituir conclusão valiosa para a época.

A biografia de Pereira Coruja está feita, entre outros, pelo historiador Aurélio Pôrto, que a publica na “Lanterna Verde”, Boletim n.º 8, da Sociedade Felipe D’Oliveira, edição dedicada ao Rio Grande do Sul, 1944.

Nasceu Coruja em Pôrto Alegre no ano de 1806; desde menino revelou-se inteligente e vivaz; embora extremamente pobre, foi matriculado na escola de Antônio Avilla, açoriano ríspido, sêco violento, que ficou conhecido pelo nome de “Amansa-Burro”, por abreviação, simplesmente “Amansa”. Nesse estabelecimento de ensino lhe puseram o apelido de Coruja, que carregou desde pequeno e terminou incorporar-se ao próprio nome.

O Pe. Thomás Luiz de Souza tomou a si, depois, a educação do rapaz, que já aos vinte anos de idade, em 1826, recebeu a incumbência de estudar, no Rio de Janeiro, o novo método de ensino denominado Lancaster.

Coruja, que se destacara na comissão que lhe dera a Presidência da Província, voltou a Pôrto Alegre, onde aplicou seus novos conhe-

cimentos.

Versado em latim, filosofia racional, gramática e outras disciplinas, o jovem professor ocupa lugar de destaque na capital do Rio Grande.

Pertencendo aos Gabinetes de Leitura, colaborando na imprensa, vê-se envolvido na política, quando surge o partido farroupilha; é eleito deputado à Assembléia Provincial, onde desempenha as funções de 1.º secretário.

A posição histórica assumida pela Assembléia que negou posse ao presidente Araújo Ribeiro, encontrou em Coruja um aliado e baluarte da resistência.

Prêso, recolhido à cadeia do quartel do 8.º Batalhão, teve, logo em seguida, de marchar, pelas ruas, com mais 36 companheiros, quando foram conduzidos a bordo dum chalupa. A prisão revestiu-se de inúmeras peripécias, terminando êle por ser recolhido à "Persigança", outra embarcação que se tornou famosa na revolução; por fim, é mandado para o Rio de Janeiro, como prisioneiro político, onde obtém, em 1839, anistia, com a condição de não poder voltar à Província, enquanto ela não fôsse pacificada.

Fixando residência na Côrte, tendo, então, 33 anos, casado com D. Catarina Lopes, que foi reunir-se ao marido, no Rio de Janeiro, dedicou-se inteiramente ao magistério e publicou livros didáticos de latim, português, ortografia, aritmética, etc.

Liceu Minerva, no Rio de Janeiro, tornou-se modelar: era êsse o nome do colégio do Prof. Coruja. Sua casa representava um verdadeiro consulado gaúcho e a senhora mantinha, por sua vez uma aula particular para meninas.

O Prof. Coruja teve uma vida próspera, mas resolveu dedicar-se ao comércio, fundando uma companhia de seguros e uma casa bancária, que faliu, e, em 1879, aos 73 anos, organizou uma Caixa Depositária, tipo de Casa Bancária, que, mal arrendada, reduziu o Prof. Coruja à miséria, por ter seguido o conselho de amigos vorazes e ingratos.

Não tinha filhos, mas adotara, desde Pôrto Alegre, uma criança, um engeitado, que terminou Comendador e sempre estêv ao lado do pai adotivo; mas, em 1888, morria o filho e o pai aos 82 anos, estava sòzinho no mundo, pois perdera a espôsa, companheira dedicada e colega inteligente.

Viveu, qual, mais um ano o Prof. Coruja, mas com uma existência marcada por um fim melancólico, que terminou a 4 de agosto de 1889.

Comendador do Império, figura de destaque da sociedade do Rio de Janeiro, membro das mais importantes instituições, entre elas, do Instituto Histórico, Pereira Coruja foi um pioneiro, um precursor e um grande mestre.

1897 — *Romaguera Corrêa* — “Vocabulário Sul Rio Grandense”.

O volume apareceu em 1898, mas o prefácio tem a data do ano anterior. Edição de Echenique & Irmão, Livraria Universal, Pelotas e Pôrto Alegre.

É o segundo vocabulário, na ordem cronológica.

O A. é natural de Sant’Ana do Livramento, onde nasceu em 1863. Formou-se em medicina. Publicou, além do vocabulário, sua tese intitulada “Da Trepanação” (1888) e um trabalho de natureza política: “Julio de Castilhos e a reorganização do Partido Republicano Brasileiro” (1898), conforme os dados de Luís Correia de Melo (“Subsídios para um dicionário de intelectuais rio-grandenses” — São Paulo — 1944).

O Vocabulário já tem mais de mil palavras, pretendendo retificar ou corrigir enganos cometidos por Beaurepaire Rohan e Pereira Coruja e alega que “há muito habitando lugares onde mais característica é a linguagem rio-grandense, conheço-a por observação e ciência própria, pouco indagando de fontes estranhas, quase sempre infieis quanto à definição e emprêgo dos vocábulos.”

Explica o vocábulo, apresenta a etimologia, constrói exemplos e, ao apreciar as influências, fala nas línguas africanas, no português arcaico, naturalmente no rioplatense e nos idiomas indígenas, tais como o araucano, o azteca, o quíchua, além do tupi e do guarani.

Afirma que o falar do gaúcho constitui “uma linguagem notável, pelo cunho original e pitoresco que a distingue da empregada nos outros Estados do Brasil”.

Coligiu poesias de caráter camponês, versos de poesia popular, produções de vários poetas rio-grandenses, e, em apêndice o hino da República de Piratini, uma carta, etc., que, no livro, servem de modelo para que se conheça ou aprecie melhor a linguagem rio-grandense ou gaúcha.

José Romaguera da Cunha Corrêa faleceu a 27 de setembro de 1911, em Uruguaianaí cidade onde fôra seu segundo intendente do período republicano, e elito a 28 d agosto de 1900, tendo realizado uma administração fecunda e eficiente que se salientou nos problemas de urbanismo, obras públicas, higiene e os problemas culturais, tais como a fundação de biblioteca Municipal, organização de serviço de estatística, etc.

1929 — *Roque Callage* — “Vocabulário Gaúcho.

A 2.^a edição corrigida e aumentada é de 1928 e foi feita pela Livraria do Globo. A 1.^a edição esgotou-se rapidamente e a outra tiragem constou do acréscimo duma infinidade de vocábulos genuinamente gaúchos não registrados na edição anterior.

Daí o usarmos a 2.^a edição, aliás a 1.^a é raridade bibliográfica e a

2.^a está no mesmo caminho. Não conhecemos a 1.^a, mas com as modificações sofridas, é evidente que as consultas devem ser na 2.^a

O A. reuniu mais de 2.000 termos usados no linguajar rio-grandense, acreditando que perto de mil ainda não tinham sido dicionarizados. Em apêndice: Frases e expressões populares do gaúcho.

Diz que “de fato o que possuímos em relação ao linguajar rio-grandense, está restringido, sem falar na obra inédita de Apolinário Pôrto Alegre, que infelizmente desconhecemos, aos pequenos estudos do professor A. Pereira Coruja, major Cezimbra Jacques e padre Carlos Teschauer e aos ligeiros glossários apensos a alguns livros da nossa já florescente literatura regional, os quais têm por fim sumente elucidar alguns termos empregados no texto das obras a que êles vêm aditados”.

Alude à deficiência da obra de Romaguera, embora os esforços que teve para ampliar os registros do vocabulário gaúcho e informa que não examina o aspecto etimológico, mas documentará o uso do vocábulo com os exemplos da literatura rio-grandense.

Divide a procedência dos termos gauchescos em três partes: o português, o hispano-platino e o aborígene.

Acha a influência indígena pequena e, por assim dizer, reduzida à toponímia geográfica, mas não acontece outrotanto com a influência platina, que julga a maior de tôdas, dando-lhe uma porcentagem de 60% dos termos gaúchos e explica o fato pelas razões de fronteira.

Aborda a questão do vocabulário pastoril, que admite ser oriundo todo êle do Prata, ainda de acôrdo com suas idéias, e ao falar no português já distingue os arcaísmos, os brasileirismos e os respectivos fenômenos de semântica.

Recorreu aos escritores de ficção, aos historiadores e pesquisadores rio-grandenses já um tanto numerosos, pelo menos uns cinqüenta que o A. leu cuidadosamente, além de aceitar as contribuições e críticas de Faria Corrêa, Manoel Duarte, Figueiredo Pinto, A. Simões Pires, Ernesto Pelanda que escreveram sôbre a 1.^a edição do Vocabulário. â- cszu

Roque Callage foi um escritor regionalista de maior interêsse, pois fixou nas suas páginas a história, se assim se pode dizer, dos movimentos revolucionários de 1923 e 1930, de que participou e testemunhou.

Nasceu em Santa Maria a 15.XII.1888 e morreu em Pôrto Alegre a 23.V.1931.

Escreveu os seguintes livros: “Prosa de ontem” (1908) “Escumbros” (1910), “Terra Gaúcha” (1914), “Terra Natal” (1920), “Crônicas e Contos” (1920), “O Drama das Coxilhas” (1923), “Quero-Quero” (1927), “Rincão” (1928), “No Fogão Gaúcho” (1929), além de voca-

bulário.

Homem de imprensa, trabalhou em grande número de jornais, do interior do Estado, e em Pôrto Alegre, ocupou posição de destaque no "Correio do Povo", e no "Diário de Notícias", do qual foi um dos fundadores.

Era autor de uma secção muito lida e de bastante influência que se chamava "A Cidade".

Também foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfica do Rio Grande do Sul. Vindo das lides comerciais, homem de origem modesta, desde cedo voltou-se para o mundo das letras. Tentou o Rio de Janeiro, fazendo imprensa e ocupando um cargo na Biblioteca Nacional, mas a voz do Rio Grande o chamou de volta aos pagos.

Morreu de asma aos 43 anos de idade, apenas. Deixou uma obra que é comovido elogio à terra natal, seu Rio Grande amado.

Os amigos, no primeiro aniversário de sua morte, publicaram um "In Memoriam", organizado pela Comissão composta de André Carrazoni, Gabriel Pedro Moacir, Francisco Toledo Bordini, Walter Spalding e Olintho Sanmartin.

O volume reuniu crônicas, notícias e reportagens sôbre a vida, a obra e a morte de Callage.

Além de quase todos os da comissão de homenagens, figuram, ao lado de muitos mais, Vargas Neto, Manoelito de Ornelas, Pedro Vergara, de Souza Junior, Aurélio Pôrto, Clemenciano Barnasque, Pereira Gomes, Luiz da Câmara Cascudo, etc. e seu irmão Fernando Callage, que reside em São Paulo.

1935 — *Luiz Carlos de Moraes* — "Vocabulário Sul Rio-grandense".

Edição Globo, carta-prefácio de Maurício Cardoso, com uma advertência, bibliográfica e introdução escrita pelo A., esta última assinada no Rio de Janeiro em 1933.

Coligiu 3.300 palavras, aumentando, assim extraordinariamente o registro dos gauchismos.

Recorreu às fontes mais diversas, como ao livro de Afonso Várzea — "O Estado Socialista do Pacífico"; deu ênfase às informações sôbre o Nordeste do Rio Grande, citando "A Fauna de Tôres" de Rodolf Gliesch, e "A Vila da Serra" de Antônio Stenzel Filho; e finalmente documentou-se em escritores platinos, nacionais e em muitos historiadores, mais amplamente do que os autores anteriores.

Na introdução que escreveu ao Vocabulário, alude, principalmente, aos seguintes fatores diferenciadores do linguajar gaúcho:

- a) Isolamento geográfico do Rio Grande
- b) Dificuldades de comunicações
- c) Contato com as Repúblicas do Prata

- d) Fronteira aberta e às vezes imprecisa
- e) Vida campestre
- f) Natureza e conformação do solo
- g) Taboleiro predileto de pugnas sanguinolentas
- h) Clima de alternativas acentuadas.

Ao estudar a influência platina, que alguns autores negam, não só mostra como ela existiu e existe, mas levanta a hipótese, aliás importante de que essa influência foi e recíproca e assinala os três elementos formadores do vocabulário gaúcho:

- a) língua portuguesa do séc. XVIII
- b) língua guarani das Missões
- c) língua castelhana.

Mas acrescenta a influência do africano e, o que é mais interessante, a influência das correntes imigratórias do século XIX:

- a) alemã (kerbs, poroto, etc.)
- b) italiana (polenta, ravioli, etc.)

Também tenta uma divisão de área geográfica da linguagem:

- a) Fronteira — influência castelhana
- b) Nordeste — semelhança com a pronúncia de Santa Catarina e Paraná.
- c) Costa da Serra Geral — notadamente na revisão do Taquari voz cantante do litorâneo.

Esclarece alguns aspectos gramaticais curiosos:

I — Nos dissílabos: tio, rio e frio, que são proferidos em tom breve e faz a distinção entre os cariocas, baianos e nortistas.

II — A forma inculta nós, arróis, mas não noix, arroix,

III — Os artigos definidos *o* e *a* são sempre empregados antes dos nomes de pessoas: Assim, se diz eu vi o João, e não, eu vi João; isto é do Pedro e não, isto é de Pedro.

IV — O emprêgo, na conversação, do pronome da 2.^a pessoa do singular com a 3.^a dêsse número do pretérito perfeito: tu ouvio mal; tu ouviu?

V — Permuta da conjunção *como* pela preposição *de*: F. está alistado de eleitor, ao em vez de F. está alistado como eleitor; — F está delegado d Polícia, não F. stá como delegado de Polícia.

Vê-se, então, que o A. Foi mais longe do que os seus antecessores e já nos dá um trabalho menos amadorístico e com foros de ciência de linguagem.

O vocabulário está organizado na base de pesquisas originais, o que lhe dá inestimável valor.

O A., oficial do Exército Brasileiro, serviu, em seu último pôsto, como Diretor do Colégio Militar, de Pôrto Alegre.

Foi presidente da Federação das Associações Rurais, da Associação de Criadores de Cavalos Crioulos e do Grêmio de Oficiais Reformados.

Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

3 — VOCABULÁRIOS ESPECIALIZADOS

Incluem-se, nesta categoria, os vocabulários de profissões ou aquêles que se relacionam com determinados assuntos da vida gaúcha.

Citamos, numa lista provisória, pelo menos três trabalhos porque de momento as pesquisas feitas não nos levam a mais.

“Vocabulário dos Principais Têrmos da Gíria dos Mineiros de Carvão de Pedra no Estado do Rio Grande do Sul” — por Francisco R. Simch.

É coleção de 131 palavras e expressões empregadas pelos trabalhadores das minas de carvão no Rio Grande do Sul, talvez de São Jerônimo, onde se encontram as jazidas mais exploradas, tais como Butiá, Leão, Arroio dos Ratos, etc. Embora o A. tivesse estudado os depósitos de outras áreas.

A publicação é de 1922 e agora será reeditada pelo professor Elpídio Ferreira Paes, que conseguiu localizar essa interessante memória.

O editor acrescenta duas notas, uma referente ao autor e outra que diz respeito à pesquisa.

Francisco Rodolfo Simch nasceu em Vila Teresa no município de Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, em 3 de abril de 1874 e faleceu em Pôrto Alegre a 25 de outubro de 1937.

Formou-se na Escola de Minas, de Ouro Preto, em 1898 e na Faculdade de Direito de Pôrto Alegre, em 1907. Professor de Economia Política e Ciência das Finanças, desde que concluiu seu curso. Além de haver lecionado outras disciplinas na mesma Faculdade de Direito de Pôrto Alegre, foi professor da antiga Escola Superior de Comércio, atualmente Faculdade de Ciências Econômicas.

Diretor do Museu do Estado (1903-1925), seu primeiro diretor e organizador eficiente da repartição; Diretor do Arquivo Público, Diretor do Serviço Mineralógico do Estado, Diretor de Minas do Estado, Secretário de Estado das Obras Públicas, Desembargador do Tribunal de Apelação, etc.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do

Sul, do qual foi também fundador, da Sociedade Geológica da França, etc.

Bibliografia: “Noções Elementares de Mineralogia e Geologia”, “Programa de Economia Política”, “Minerais do Rio Grande do Sul” (Rev. do I. Hist. e Geog. do R.G.S., III e IV trimestres, 1924), “Campos do Rio Grande do Sul” (Rev. do Instit. H. e G. do R.G.S., III e IV Trim., 1925), “Artefatos Indígenas” (Rev. I. H. e G. do R.G.S. (Ano 3.º e 4.º Trim., 1923), “Tembetás” (Rev. I. H. e G. do R.G.S., Ano 4.º, 3.º e 4.º Trim., 1924), etc.

O vocabulário foi publicado em apêndice à memória “Dos Métodos de Desmonte e Extração de Carvão de Pedra”, apresentada pelo A. ao I Congresso Brasileiro de Combustíveis, reunido, em 1922, no Rio de Janeiro, por ocasião do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. O A. divulgou o vocabulário no “Almanaque do Globo”. Pág. 271, de 1926.

Vocábulo Rio-Grandenses que se referem ao cavalo — Carlos Teschauer.

Estudamos a obra do ilustre padre jesuíta e este vocabulário figura como Cap. II, intitulado “Investigações sobre o idioma falado no Brasil e particularmente no Rio Grande do Sul”, na sua “Paranduba Rio-grandense” (Edição Globo, 1929).

O vocabulário está dividido por partes, que são as seguintes: pêlos, virtudes, defeitos, moléstias, costumes, lugares, arreios, cavaleiros, termos promíscuos, locuções tiradas do cavalo, etc.

Pesquisa muito importante dada o caráter regionalista do vocabulário, que aliás é o primeiro e único feito no gênero.

“Vocabulário dos Pescadores do Rio Grande do Sul”

O A. deste trabalho o escreveu como tese ao II Congresso Sul-Rio-grandense de Geografia e História, realizado em 1937, comemorativo do bi-centenário da fundação da cidade do Rio Grande, e deu o subtítulo de Etimologia dos termos praieiros usados na costa do Nordeste. Foi publicado nos respectivos anais, edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que promoveu o Congresso em aprêço.

Acrescentei, então, à tese a seguinte introdução:

“As palavras deste glossário de pescadores do Nordeste do Rio Grande do Sul, não foram compiladas de livros impressos ou memórias inéditas.

Representa, sim, um trabalho de pesquisas, levantadas no próprio

“habitat” praieiro e um estudo organizado sem pretensões, mas revestido duma honestidade científica, como exige a própria natureza do ensaio.

As transcrições de tão pouco agrado dos espíritos anti-intelectuais e dos julgadores apressados, são documentários indispensáveis e provas materiais sem as quais tôdas as afirmações estèrilmente se perderiam.

Os rumos etimológicos constituem os índices subsidiários do trabalho, isto é, não nos preocupa, em primeiro plano, a origem do termo.

Assim não fomos realizar uma investigação sôbre procedência, como se daria num dicionário de galicismos ou num vocabulário de africanismos.

Sem nos prender aos livros, afinal única fórmula de assegurar uma definição histórica do termo, recolhemos na linguagem popular, através dos costumes, maneiras, tradições, as palavras usadas entre os pescadores do Rio Grande do Sul.

A bibliografia aparece, por comodidade de exposição, no decorrer do trabalho.

Não nos foi possível identificar o emprêgo de tais vocábulos por todos os habitantes da costa, mas sòmente nas zonas limítrofes com Santa Catarina, municípios de Tôrres, Conceição do Arroio e parte da faixa de terra entre a Lagoa dos Patos e o Atlântico.

Começamos por coletar perto de trezentos vocábulos, mas feitas as verificações necessárias, reduzimos sòmente para cem, porque não nos seduziu incluir senão os termos correntes.

Os povoadores dessas regiões são pescadores e a etimologia de suas palavaras revela capítulos de história econômica e política.

Encontramos os traços do ameríndio pelos vocábulos típi, apinchar, tibá, bacupari, tapijara, taimbó, tinguera, michanga, que são tupi-guaranis; a presença do negro, com as corruptelas de banza, bangalé e calundu; o espanhol por xanxo e cadeca; o açoriano, o luso-brasileiro e o homem do interior de Portugal, pelos arcaísmos macacor, marion e pelos provincianismos chiola, pango e pela velha linguagem como inquisição, còvado, pensão; o alemão com a palavra chene (Schoón).

A arte náutica com vigia, veleira, trabuco, tripulação, engulho, alijar, e a pesca com manjuá, engigada, engôdo, cuar.

São tantas definições das preocupações cotidianas dêsses humildes povoadores o Rio Grande do Sul pobre, mas vivo de origens admiráveis.

Corte longitudinal do ingênuo e modesto edifício sociológico, erigido pelos homens do mar, é o que pretende ser a tese: “Vocabulários dos Pescadores do Rio Grande do Sul” — Etimologia dos termos

praieiros usados na costa do nordeste”.

Escreveu o Bispo de Silvas, mestre quincentista do “De Rebus Emmanuelis”: “Digo, como se não pode sempre acertar, que são mais toleráveis os erros cometidos com sobejo esforço, que os em que muitos caem por fraqueza”.

“A Terminologia da Cana de Açúcar no Rio Grande do Sul.”

É pequeno entretanto curioso ensaio já escrito nos moldes das pesquisas mais atuais no campo da etnografia ou folclore aplicado à linguagem.

O Prof. Heinrich A. W. Bunse, licenciado em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica de Pôrto Alegre, é Prof. de Filologia Romanica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande do Sul.

O trabalho citado contém 10 páginas, foi publicado na “Revista Brasileira de Filologia” (Vol. 3, Tomo II, 1957), da qual se tirou separata.

O estudo ficou dividido em onze partes distintas: I — Razões da pesquisa, zona de canaviais o Rio Grande na economia açucareira e área histórica; II — Ambiente físico da região, clima e geografia do nordeste do Rio Grande; III — Origem da cultura da cana de açúcar em Tórres, Santo Antônio e Gravataí proveniente de Laguna; IV — Terminologia da plantação, do terreno, instrumentos de trabalho, etc.; V — Variedades de tipo de cana, sistema de plantio e o regime de colheita; VI — O transporte; VII — Os bois, nomenclatura dêles, etc.; VIII — O serviço no engenho; IX — Fabrico da rapadura; X Produção de cachaça; XI — Conclusões. Em cada um dêsses pequenos parágrafos, o A. tratou dos respectivos vocabulários. Heinrich A. W. Bunse — “Palavras e expressões empregadas nas minas carboníferas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para designar objetos e ofícios” — Sep. do “oetim n.º 1 do Centro a Estudos Filológicos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande do Sul. 1955.

4 — VOCABULÁRIOS EM OBRAS DE FICÇÃO

Alguns escritores regionalistas, na intenção de explicar os termos gaúchos empregados no texto, organizaram vocabulário em apêndices às respectivas obras, ou então, escreveram notas explicativas sobre as palavras, notas ao pé da página em prefácio também, e, finalmente, incluíram certas considerações referentes aos vocábulos gau-

chescos. Caso de Oliveira Melo, no seu romance "Os Farrapos" por exemplo, que traz explicações de alguns termos gaúchos.

Daremos na impossibilidade de uma relação completa, pelo menos três obras antigas e modernas.

As omissões decorrem do fato de ignorarmos a existência de outra bibliografia e assim confeccionamos esta a título provisório, sujeita a ampliações, no futuro.

Apolinário Pôrto Alegre — "Paysagens" — Contos — Biblioteca Rio Grandense — Por Iriêma (pseudônimo do A.) — Outubro — n.º 1 — Spina etiam grata est, ex. qua apectatur rosa — Publius Syrus — Pôrto Alegre — J.J. da Silva, editor — 1875 — 263 págs.

O livro compõe-se dos seguintes contos: Mandinga, Pilungo, Os butiãzeiros da tia Anastacia, O Veleiro, a Tapera, e o Monarca das Coxilhas, que são como se vêm pelos títulos, todos de caráter regionalista, no qual o A. foi o precursor mais brilhante do gênero.

Faremos referência a êle, na qualidade de A. de outras obras de ficção em assuntos gaúchos, bem como na dialectologia rio-grandense.

Apolinário, em Notas, no fim do volume, faz algumas considerações sobre o dialeto brasileiro, assinalando que "No Rio Grande depois de análise cuidadosa apresentam-se os seguintes elementos: açoriano, quíchua tupí-guaranítico, africano e castelhano, etc.

A colonização açoriana aplicou por analogia os termos marítimos de que possuía grande cabedal a usos e necessidades campestres, que pediam a criação d'uma nova palavra. Rijira, siga,, cabresto, rebém, que se tornou rebenque, passaram do mar à terra.

A raça dos Incas ou o quíchua e o tupí-guaranítico, dominadoras da América do Sul trouxeram poderoso concurso. Da primeira temos charque, gaúcho, mate, congonha, tambeiro, porongo, china, chinoca e muitos outros.

Da segunda: nambí, moquear, cangar, bombeiar, pitar, capão, capueira, minuano ,cuiã, tapera, cupiar, e inúmeros outros.

O africano e sobretudo o ambundo, como em moleque, quisilia, cacimba, munzuá.

O espanhol deu raros vocábulos e quase todos com significação restrita, ou diferente como: poncho, lonca, polêgo.

Muitas vezes as exigências de uma nova vida em novos climas sob condições mui diversas, d'um termo clássico ou transformou-lhes a acepção ou tirou derivados.

Por exemplo, tropa passou a exprimir — manada e trouxe a formação de tropilha ,tropeiro, tropear; bandeira significou uma reunião de homens em emprêsas pelo sertão, e metafóricamente — reunião de animais, como em: bandira d caitetus, de quatis; bandeirantes, embandeirados são os derivados; do tema potro veio potronco, potrilho,

potreiro; de monarca, monarquear, conarqueador; de mato, mataria, matuto, matutice, etc.”.

Observações levantadas há quase um século, nas quais se pode apreciar a cultura do A., que alude à língua dos incas e à analogia dos termos marítimos dos açorianos com os vocábulos gaúchos da vida do campo e como o ilhéu transformou os termos náuticos em terrestres.

Dá importância ao africano, o que é novidade até hoje e afirma uma coisa rara: que o espanhol poucos vocábulos forneceu e quase todos de significação restrita.

João Mendes, de Taquarí — “O Campeiro Rio Grandense” — Pôrto Alegre — 1889 — por Heráclito (pseudônimo do A.).

O livro se encerra com a data de 23 de junho de 1885. Segue-se um “*Vocabulário de Termos e Frazes Camponezas*” (22 de maio de 1884) e termina com uma *Nota sobre pêlos de cavalo*, com umas 40 palavras referentes ao assunto.

A obra tem 156 pág., I-II de Epílogo, e I-XIII de Vocabulário, com 125 palavras, inclusive algumas locuções.

Os capítulos dêste romance ou novela intitulam-se o rodeio, a cação, as carreiras, a estância, o fandango, o ouveiro chita, etc., o que revelam os seus moldes regionalistas.

O vocabulário, apesar de pequeno, parece ser o primeiro que se escreve em obra de ficção; aliás não é a coleção de palavras nem muito maior nem muito menor do que as que se fazem hoje em dia.

O interêsse é mais histórico do que filológico; mas foi um dos poucos que tomou precauções para explicar as palavras gaúchas, e as informações dadas, às vêzes, são até longas e originais.

João Mendes figura como A. de outros livros: “*Índia Rio-grandense*” e “*Sertanejo Rio-grandense*”.

Múcio Teixeira — “*Poesia*” — Nova Edição — Precidida do Juízo Crítico de Escritores Nacionais e Estrangeiros, de uma Apoteosis poética e de notas — por Alvaro de Múcio Teixeira — Tomo I — H. Garnier, livreiro — Editor — Rio de Janeiro e Paris — 1903.

“Nas três edições, completamente esgotadas, do livro dos “*Novos Ideais*” há notas explicativas do originalíssimo vocabulário gaúcho que se encontra nas “*Flores do Pampa*”. Reproduzívelas aqui, ocuparia muitas páginas, numa edição que já vai muito além do que se esperava”, diz Alvaro Múcio Teixeira, no 2.º vol. da obra acima citada.

Múcio Teixeira, cujo nome todo é Múcio Scevola Lopes Teixeira, nasceu em Pôrto Alegre, a 13 de setembro de 1858, e morreu no Rio de Janeiro em 8 de agosto de 1926.

Figura das mais interessantes ainda não teve um julgamento realizado com justiça pela posteridade.

Elogiado por Sílvio Romero e José Veríssimo, parece que seu fim

de vida não esteve à altura de uma brilhante carreira, pois terminou cartomante ou coisa parecida, com o título de Barão do Ergonte.

Desde cedo foi espontâneo e bom poeta, quase menino ainda, diga-se. O Partenon Literário deve-lhe muito. Múcio descendia de ilustre família; seu próprio pai, destacado oficial do Exército, desempenhou os cargos de Presidente das Províncias do Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina; quando já estava para exercer a presidência da Província de São Paulo, veio a falecer.

Aos treze anos publicou seu primeiro livro de versos: “Vozes Trêmulas”.

Considera-se, sem favor algum, um dos pioneiros da poesia regionalista, como se vê no “Canto do Guasca”. No livro “Novos Ideais”, a primeira parte denomina-se “Flôres do Pampa”, onde se lêem os esplêndidos versos gauchescos: “Chinoca” e “Vigiando”, e isso em 1875.

As notas às 2.^a e 3.^a edições de “Novos Ideais” constituem esclarecimentos sôbre a vida, os costumes e as palavras dos gaúchos.

Consulte-se, para a movimentada biografia do poeta, o livro de seu filho Álvaro, e o estudo seguinte:

— Carlos de Azevedo Légori — “Amar e Trabalhar” — Estudo biobibliográfico — Discurso de posse da cadeira de Múcio Teixeira, na Academia Rio-grandense de Letras — 114 págs. — Pôrto Alegre — 1942.

Indispensável, por todos os títulos, mesmo com os exageros, enganos e falta de espírito crítico, a obra “Os Gaúchos” de Múcio Teixeira.

Vieira Pires — “Querência” — Contos regionais — 1925 — Edição da Livraria do Globo — Barcelos, Bertaso & Cia. — Pôrto Alegre — 205 — págs.

O A. diz que escreveu sua obra entre 1907-1906, no final do curso acadêmico. O vocabulário tem para mais de 200 palavras gaúchas e locuções, vindo nas últimas quinze páginas do livro. Dá apenas a significação dos termos e frases.

Vieira Pires, nasceu na cidade de Triunfo e morreu em Pôrto Alegre. Foi Chefe de Polícia, professor da Faculdade de Direito, Desembargador do Superior Tribunal, etc. Fêz vida jornalística, dirigindo, entre outros, o “Jornal da Segunda”.

Darcy Azambuja — “No Galpão” (Contos gauchescos) — Edição da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1.^a edição de 1925 e 5.^a edição de 1944.

O A. é hoje a mais alta expressão da literatura regionalista do Rio Grande do Sul. Foi Promotor Público de Pôrto Alegre, Procurador Geral do Estado, Consultor Geral do Estado, Secretário do Interior, etc. Dirigiu “A Federação” e o “Jornal da Manhã”. Atualmente é pro-

fessor de Direito e da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul e da Universidade Católica.

Bibliografia: “A Prodígiosa Aventura”, “Romance antigo”, Glossário Policial”, “Teoria Geral do Estado”, “A Racionalização da Democracia”, “Contos Rio-grandenses”, “Coxilhas”, etc.

“No Galpão” recebeu o 1.º Prêmio de Contos, da Academia Brasileira, em 1925.

O Vocabulário compõe-se de pouco mais que 200 palavras.

M. Pereira Fortes — “A Marcação” — Poema gaúcho — Livraria Acadêmica — 166 págs. — São Paulo.

Nasceu em Santiago do Boqueirão. Viveu em Santa Maria e Passo Fundo, no início de sua carreira. Passou a residir em São Paulo, onde veio a falecer após mais de trinta anos de capital bandeirante. *M. Pereira Fortes* é pseudônimo de *Manoel do Carmo*.

Bibliografia: “Caminho da Luz” (1909), “O Sanchismo” (1913), “Hino à Inveja” (1915), “Cantares de Minha Terra” (1924) e “A Marcação” (1940).

O Vocabulário que vem no final do livro “A Marcação” tem já perto de 300 palavras e está precedido de uma coleção de notas gramaticais: aumentativos, diminutivos, verbos auxiliares, inversão de letras, infinito dos verbos, o som eira, o lh, nasalação da vogal inicial, o que que em vez de que é que, duas preposições, troca de pessoas, outras características, etc. que mostram a riqueza dialetal da língua portuguesa falada no Rio Grande.

Nitheroy Ribeiro — “Tronqueira de Guajuvira” — Poema Regionais — Impresso na Tipografia Lider — Edição do autor — Pôrto Alegre — 84 pags. 1955.

O A. é funcionário do Banco do Rio Grande do Sul e vem participando ativamente do movimento regionalista, através dos centros gauchescos. Já publicou dois livros de versos: “Serigote Chapeado” — (1951) e “Luz de Candieiro” (1953).

“Tronqueira de Guajuvira” está ilustrada por Yedda Luz, o livro compõe-se de duas partes, a primeira com 13 poesias e a segunda com o poema “O Canto da Terra”. O “Glossário” dos termos regionais usados no livro, e que vem no final do volume, acolhe 95 termos e expressões gauchescas, dando-lhes a respectiva definição.

O A. limitou-se, como era o caso, a explicar o sentido do vocábulo ou da expressão, o que faz com bastante clareza.

Alfredo Costa Machado — “Coisas do Pago” — versos gaúchos — Editôra Livraria Andradadas — Pôrto Alegre — 1955 — 124 págs.

O livro é precedido duma carta de Manoelito de Ornelas, nota do autor, uma homenagem ao Rio Grande e esclarecimento seguinte: “Lançado durante a Ronda Crioula pelo “35 Centro de Tradições Gaú-

chas, setembro de 1955”.

O volume contém 35 poesias, completando-se com um “Vocabulário da Terminologia Gaúcha” de perto de 120 palavras, frases e expressões rio-grandenses.

O A. deu, para cada uma das palavras, frases e expressões o respectivo significado, deixando de lado qualquer estudo de gramática, que, evidente, não parece teria muita razão de ser.

5 — VOCABULÁRIO EM OBRAS DE PESQUISA

Incluiremos, neste item, os vocabulários que vêm nas obras que podem ser consideradas de pesquisas, isto é, de estudo ou investigação. Salientaremos somente quatro obras que nos parecem indispensáveis, pois assim teríamos uma amostra da vasta bibliografia sobre o assunto, amostra e modelo ao mesmo tempo.

— “*O Rio Grande do Sul*” — Contribuição para o Estudo de suas condições econômicas — *Lassance Cunha* — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1908 — 411 págs.

Ernesto Antônio Lassance Cunha, engenheiro civil, exercia, ao tempo da publicação de seu livro, o cargo de engenheiro-chefe da Comissão Central de Estudos e Construção de Estradas de Ferro e tinha sido engenheiro-chefe da Comissão Fiscalizadora da rede de Viação Férrea do Rio Grande do Sul, pertencendo ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Instituto dos Engenheiros Civis de Londres, da Sociedade de Engenheiros Civis da França, etc.

O livro é, no dizer do A., uma “síntese de observações colhidas, na sua maioria, pessoalmente, em longas e sucessivas excursões pela generosa terra gaúcha, no desempenho de comissões técnicas”, etc.

A edição foi feita pelo então Ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. Miguel Calmon.

A obra tem muito interesse. Começa por uma notícia sintética sobre o Rio Grande do Sul, em trinta e tantos itens desde a posição do gado neles criado, indústria, população, costumes, instrução, etc. Segue-se um estudo de município por município. Dedicamos outros dois capítulos especiais à Colonização e à Constituição política, respectivamente. Quase de 100 páginas é a segunda parte, toda referente à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em 15 de março de 1898, completando-se com um grande mapa a cores, sobre nossas linhas férreas.

Ao final, um apêndice: “*Breve coletânea de termos e locuções peculiares à campanha*”.

Compreende a coleção 103 termos e locuções, alguns verbetes longamente examinados, como sla, no qual se descreve o arreio e o ape-

ro, com suas peças. Também os vocábulos carreta, aguilhada, bolia-deira, guaiaca, laçar, querência, relho e outros mereceram especial atenção do autor.

— “*Assuntos do Rio Grande do Sul*” — Cezimbra Jacques — (João) — Livraria do Globo — Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia — 1912 — 258 páginas.

O A. foi um dos mais destacados elementos do movimento regionalista, devendo-se a êle memoráveis campanhas de valorização do homem gaúcho e suas tradições. Através da imprensa, por intermédio de livros e publicações e a fundação da sociedade que denominou Grêmio Gaúcho, levantou a bandeira do tradicionalismo. Oficial do Exército, grande capacidade de ação a figura de animador constituíram os fatores de seu sucesso. Getúlio Schling, de Santa Maria, escreve-lhe a biografia, aliás trabalho ainda inédito. O movimento que iniciou teve lugar, principalmente, na segunda década do nosso século.

Escreveu, também os seguintes livros: “*Meditações*” (Assuntos sociais) — Tipografia de Agência Literária — Pôrto Alegre — 1907; “*Ensaio sôbre os costumes do Rio Grande do Sul, precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*” — (Tipografia de Gundlack & Comp., 1883 — Pôrto Alegre); “*Frases e Vocábulos do Abaneeng guaraní*”, etc.

“*Assuntos do Rio Grande do Sul*” é uma verdadeira pequena enciclopédia gaúcha e até então ninguém tinha reunido, num só livro, tantas informações sôbre nossos costumes; entretantoí decorridos mais de quarenta anos, não parece que esta obra de Cezimbra Jacques tenha sido superada completamente.

O volume está dividido em cinco partes. A primeira, espécie de introdução, traz oito páginas no capítulo referente à língua, onde é estudado o dialeto gaúcho. Na segunda parte, ao apreciar a situação dos índios rio-grandenses, há uma coletânea de algumas palavras — portugêsas, guaraní e caingang”. A terceira parte aborda os traços históricos de Santa Maria e narra a lenda ou conto indígena “*Ymembuí*”. A quarta parte inclui uma antologia de poesias históricas e lendas rio-grandenses, além de outros informes; uma coleção de “*Palavras do vocabulário sul-rio-grandense*”, que o A. empregou ao escrever seu livro, além de outras, que ao todo são 111 têrmos. Segue-se a explicação de oito “*Palavras de língua guaraní*” e adescrição, também num vocabulário, dos “*Pêlos de cavalo e de gado vacum*”.

Na quinta parte, estão ainda os seguintes capítulos: “*Sôbre as línguas portugêsa e espanhola*”, “*Pequeno vocabulário da língua guaraní*”, “*Pequeno guia de conversação guaraní*”, etc.

Vê-se que o livro de Cezimbra Jacques é um repositório de mui-

ta coisa referente ao dialeto gaúcho e outros problemas com êle relacionados.

“*Gaúchos e Beduínos*” — Manoelito de Ornelas — Coleção Documentos Brasileiros — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro — 1948.

O A., como explica no subtítulo, fêz um estudo da origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. No final, inclui um “Pequeno Vocabulário”, segundo afirma, “extraído do Vocabulário Sul-Rio-grandense de Luiz Carlos de Moraes” entretanto, nos 110 verbetes, há alguns de outra procedência, bem como diversos anotados.

Têrmos anotados: carreta, cavahada, matreiro, segigote, etc. Têrmos de outra procedência: bagual, bolas, bolear, bragas, banda, capim limão, chaleco, charla, changador, china, chinoca, cordeona, colorado, entrevero, estribo, fandango, flete, gringo, guaiaca, guasca, guri, lombilho, nazarenas, onça, pajonal, pampeiro, peão, pilungo, pingo, ponche, pulperia, peleia, ramada, rancho, tava tento, tropeiro, vaqueano, etc. que são palavras cuja explicação não se tira do vocabulário gaúcho de Moraes.

Manoelito de Ornelas procura, no seu livro, estabelecer o paralelo, entre o gaúcho e o beduíno, o homem do Rio Grande e da Arábia, a transmissão duma cultura moura e ibérica aos povos do pompa.

Admite a etimologia árabe das palavras guri, gadanho, etc. e estuda, na pág. 85 e segs., a argumentação filológica à sua tese, baseando-se nos ensaios de Santiago Alonso Garrote sôbre a colocação de Portugal na zona de infância direta do berbere.

— “*Chimarrão*” — Luís Carlos Lessa — Separata da Revista do Arquivo n.º CLV — Departamento de Cultura — Prefeitura Municipal — São Paulo — 1953.

Trata-se de trabalho de 100 páginas, premiado com Menção Honrosa no 4.º Concurso de Monografias sôbre o folclore nacional instituído em 1949 pela Discoteca Pública Municipal, do Departamento de Cultura da Prefeitura da capital de São Paulo.

Concorreram doze autores, julgados por comissão imparcial e brilhante composta de Gilza de Melo e Souza, Florestan Fernandes e Egon Schader, tendo apenas três concorrentes obtido classificação.

Luiz Carlos Lessa, homem novo, recém-saído da Faculdade de Direito de Pôrto Alegre, é já uma autoridade em assuntos regionais gaúchos, que êle conhece muito bem. Pertence ao número de pioneiros da renovação do culto da tradição campeira, entre nós.

Sua monografia compõe-se das seguintes partes I — Breve História da Erva Mate, com a A Descoberta do Mate, Escravos dos Ervais, Erva proibida, Os Ervais Jesuíticos, O Mate no Brasil, Novos Rumos; II — O Chimarrão, com o Mate no Rio Grande do Sul; O que é o chimarrão,

e a erva mate, como se “faz a erva”, como se bebe o chimarrão, o chimarrão, e os gaúchos; e II — O Chimarrão no Folclore Sul-Rio-grandense, 1 — As Lendas: A Origem do Mate, lenda guarani; A Origem do Mate, versão jesuítica São Tomé na América; 2 — As Superstições; 3 — Os “Causos” — O Mate de João Cardoso, vai esquentar esta água, Domingo Parado, Mate do alemão, Amor Desarranjado, Comida e mate; 4 — A Língua Poética do Mate; 5 — Dizeres — Adágios, Crendice, Dizeres, e Uma Senha de Guerra; 6 — A Poesia Popular e 7 — A Música Folclórica.

Todos os capítulos com fotografias. O Vocabulário tem a explicação de 139 termos gaúchos e as anotações respectivas, isto é, os próprios significados baseiam-se, conforme o A., no “Vocabulário Sul-Rio-grandense de Luz Carlos de Moraes. Segue, no final, uma bibliografia.

Foi publicada, em 1958, pela Livraria Sulina, de Pôrto Alegre, nova edição.

6 — EDIÇÕES COMENTADAS

Não são muitas as edições comentadas de obras de interêsse regional e citaremos pelo menos quatro.

— *J. Simões Lopes Neto* — “Contos Gauchescos e Lendas do Sul” — vol. 1 da Coleção Província — 1949 — Editôra Globo — Pôrto Alegre — 438 págs.

É uma edição crítica. Com introdução, variantes, notas e glossário por Aurélio Buarque de Holanda, prefácio e nota de Augusto Meyer e posfácio de Carlos Reverbel. Retrato do A. por Ismailovitch.

A introdução escrita por Aurélio Buarque é um estudo sôbre a linguagem e estilo de Simões Lopes Neto; a linguagem vem examinada através de capítulos sôbre o vocabulário, gênero, crase, concordância, regência colocação e observações diversas.

A análise do estilo faz-se no exame do pitoresco, da silepse, do infinitivo, elipse, pleonasma, aliteração, repetição, reticências, variedade, sabor clássico, éco, versos, preciosismo, ânimo, lirismo, etc.

Segue-se uma bibliografia muito boa, mas omissa quanto ao Rio Grande.

O Glossário é ótimo, possui para mais de 1.000 vocábulos, também uma bibliografia, agora ampliada e bem desenvolvida, embora não se justifiquem algumas ausências de títulos de livro.

É o primeiro Lopes Neto nasceu em Pelotas a 9 de março de 1865 e morreu em 14 de junho de 1916. Filho de Catão Bonifácio Simões Lopes e Teresa de Freitas Lopes. Neto paterno do Visconde da Graça. Casou, em 1892, com Francisca Meirele Simões Lopes, não havendo

descendência.

— Antônio Alvares Pereira Coruja — “Coleção de Vocábulos e Frases usadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul” — *Anotações de Walter Spalding* — “Província de São Pedro” ns. 7, 8, 9 e 10 — Dezembro de 1946 a Dezembro de 1947.

A operosidade de Walter Spalding tem causado muitos aborrecimentos aos confrades mais parados. É um historiador sempre em dia, escreve muito e aborda temas de tôda a espécie.

Deve-se a êle, a reedição do vocabulário de Pereira Coruja, que anotou em separado. Isto é, transcreveu na íntegra a coleção do primeiro vocabulário gaúcho e depois, ao final de cada letra, escreveu novo verbete, inteiramente seu. Assim, há o vocabulário de Pereira Coruja e o vocabulário de Walter Spalding.

Embora o anotador não seja um especialista em língua português-a, sòmente a nova edição do vocabulário do século XIX, já foi um bom serviço prestado às letras.

— Amaro Juvenal — “*Antônio Chimango*” — Editôres Globo — Coleção Província — vol. 5 — 1952 — 145 págs.

É o mais famoso livro de poesia regional. Seu autor, que foi o Senador Ramiro Barcelos, o denomina de “poema compestre”, formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1873, deputado provincial de 1882, propagandista da República, pertenceu á redação d’“A Federação”, onde escreveu suas conhecidas “Cartas à Princesa Isabel”; Ministro em Montevideu em 1891 e Senador da República em 1906. Faleceu em Pôrto Alegre a 26 de janeiro de 1926.

Opondo-se à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, para presidente da República, ficou em desacôrdo com a política do Dr. Borges de Medeiros, que logo censurou o ex-senador. Ramiro Barcelos vingou-se escrevendo “*Antônio Chimango*”, que é uma sátira contra seu ex-chefe político, ilustre e veneranda figura do Dr. Borges, ainda vivo, hoje.

A primeira edição foi de 1915 e em seguida sucederam-se outras edições, paródias, imitações, ampliações etc.

A presente edição tem um esplêndido prefácio de Augusto Meyer, e também esclarecedoras notas do mesmo autor e Oscar Bastian Pinto, que não só fazem os comentários de linguagem mas os históricos.

Denominando de posfácio, coloca-se, no final da edição, bom discurso do Dr. Alfredo Simch, pronunciado no Senado Federal nas comemorações do Centenário de Ramiro Barcelos.

Esta edição crítica é de consulta indispensável. Guilhermino Cesar escreveu, na “Província de São Pedro”, n.º 6, 1946, um artigo intitulado “Época, Merecimento e Influência da Antônio Chimango”.

— “*O Gaúcho*” — José de Alencar — Prefácio e notas de Augusto Meyer — Edição da “Organização Simões” — Rio de Janeiro — 1954 — 200 págs.

O prefácio situa a obra de Alencar como de fato “um mau romance regional, feito de remendos de notas, informações precárias, intuições nem sempre bem aproveitadas.”

As relações com Apolinário Pôrto Alegre, as fontes de Alencar para a confecção de seu gaúcho e a reação da província ao romance do grande escritor, forma outros dos tantos pontos sugeridos pelo autor da “Prosa dos Pagos”.

As notas do comentador são as seguintes: 1 — O tema do gaúcho na literatura brasileira; 2 — Gaúcho; evolução semântica; 3 — Fontes locais antigas (o mais curioso, pelo valor histórico); 4 — Coxilha; 5 — Pago, pagos; 6 — Quechuisismos; 7 — Vocábulo antigos; 8 — tupinismos; 9 — Gauchismos do texto.

Constituem 22 páginas muito úteis e que definem o permanente amor de Augusto Meyer pelas coisas do Rio Grande.

Propõe Augusto Meyer que “para o estudo do vocabulário gaúcho, devem ser compulsadas entre as fontes locais mais antigas: a “Devassa sobre a entrega da vila do Rio Grande às tropas Castelhanas” (1764), a “Notícia particular do Continente de Rio Grande do Sul” de Sebastião Francisco Bettamio (1780), o “Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro” de Francisco João Roscio (1781) e o “Diário Resumido”, de José de Saldanha (1787), cujas notas constituem uma primeira tentativa de vocabulário contintino.

Mas já muito antes, nos diários referentes à expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões Orientais e na documentação missioneira de procedência castelhana, começam a aparecer algumas vozes regionais.”

Creio que posso acrescentar mais, tais como os livros de “viajantes” que deixaram suas impressões do Rio Grande do Sul: Saint-Hilaire (1820), Nicolau Dreyes (1839), Arsène sabelle (1834), etc. Ainda o livro de outros “viajantes” que estiveram no sul do Brasil: Carl Seidler (1833), John Lucock (1818), Jean Baptiste Debret (1830), Roberto Avé-Lallemant (1858), Guilherme Von Feldner (1810), John Mawe (1810), Friedrich Sellow (1824), Semple Lisle (1799), Aimé Bonpland (1831), Alcide d’Orbigny (1826), etc.

Os estudos geográficos, outros numerosos trabalhos de comissões demarcadoras, relatórios oficiais, obras gerais de estrangeiros que dedicaram estudos ao Brasil, parecem que devem ser incluídos na relação das fontes de interêsse da história vocabulário gaúcho.

Veja-se a monografia — “As primeiras investigações científicas no Rio Grande do Sul” — de Abeillard Barreto (“Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense”. vol. I. Págs. 111 a 162. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. (1937.)

LACUNAS NO DIREITO POSITIVO

Aula inaugural do ano de 1954 na P.U.C.

Prof. Ruy Cirne Lima

Exmo. e Revmo. Sr. Côn. Alberto Etges Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Exmos. Srs. Diretores das Facs. componentes dessa Universidade. Srs. Profs., Srs. Alunos, Minha Sras., Meus Srs.

Grande honra se envolve no encargo que me foi conferido de pronunciar, nesta Univ., a aula inaugural do ano letivo de 1953. Aceitei-o por obediência: por obediência ao convite, para mim uma ordem, do eminente Desembargador Baltazar Barbosa, Diretor da Fac. Cat. de Direito. Aceitei-o, porém, convencido da minha insuficiência para a tarefa; e, como, de certo modo, a insuficiência atrai a insuficiência, resolvi falar, nessa ocasião, sobre a INSUFICIÊNCIA DO DIREITO POSITIVO, ou seja, sobre o problema das *Lacunas no Direito Positivo*.

Depara-nos o problema dois aspectos distintos: o problema das lacunas no direito legislado e o problema das lacunas no sistema jurídico, ou seja, na ordem jurídica positiva propriamente tal. Os dois aspectos do problema, conquanto distintos, são conexos entre si. Como sabeis, consiste, o problema das lacunas no Direito, em determinar se existem vazios, se existem omissões na Ordem Jurídica Positiva, seja sob o aspecto do Direito Legislado, seja sob o aspecto do sistema jurídico como um todo, e, se essas lacunas existem, como preenchê-las, como supri-las. Trata-se, aparentemente, de um problema jurídico, que deve propor-se no plano jurídico. Na verdade, entretanto, do que se cuida é realmente de um problema político, que deve ser proposto no plano político. O problema das lacunas liga-se ao conflito entre o princípio da unidade do poder e o princípio da organicidade do poder, ou seja, liga-se ao conflito do princípio de concentração do poder estatal em uma pessoa, ou em um órgão determinado, ou, ao absolutismo dêsse poder ou dêsse órgão, e o princípio de distribuição dêsse mesmo poder, orgânicamente, por entre os diferentes órgãos de que a estrutura do Estado se compõem.

Quando se cogita de lacunas no Direito Legislado e se pergunta se tais lacunas existem, quem primeiro nos responde são os políticos.

Charles de Secondat, que conheceis, certamente, mais familiarmente, pelo título nobiliárquico qu usava, Barão de *Montesquieu*, referindo-se aos juízes, diz que o juiz é a bôca que deve proferir as palavras da lei. A lei, portanto, é que fala. Ela diz tudo quanto compete dizer sôbre a matéria. Não há lacunas na lei que ao juiz incumba preencher e suprir.

Robespierre afirma que, num país em que existe uma Constituição e existem lei, a jurisprudência não pode ser senão a própria lei. A lei prevê tudo, provê a tudo, é completa e suficiente em si mesma. *Montesquieu* e *Robespierre* nunca se notabilizaram como juristas. Mas a fama de políticos não se lhes pode tirar.

É certo que a solução política nos aparece também no plano jurídico. Na sua 2.^a Exposição de Motivos sôbre o título preliminar do Cod. de Nap, o *Visconde Portalis* pronunciou estas palavras memoráveis: “o poder é a onipotência humana. A cabeça de um grande legislador é uma espécie de Olimpo donde promanam as idéias vastas, as concepções felizes que presidem aos destinos dos povos”. *Portalis* é um jurista mas a idéia que êle exprime é, essencialmente, uma idéia política, já agora colorida com um farisaísmo napoleônico que o tempo torna ainda mais extravagante, senão ridículo. Na esteira dêsse pensamento político, de que o poder legislativo, seja elê encarnado pelo Rei, seja êle deferido a uma Assembléia Legislativa, é o só poder a quem compete a edição do Direito, na esteira dessas idéias, se organiza tôda uma teoria jurídica: “O direito legislado basta por si mesmo. O direito legislado é completo. O direito legislado não denota lacunas.”

Essa repercussão jurídica da idéia política manifesta-se no plano da Ciência do Direito, especialmente por ocasião das Codificações, as quais, conquanto obra jurídica, obra essencialmente de técnica jurídica, têm tal ou qual analogia com os movimentos políticos. Uma codificação é, no Direito, algo como um golpe de Estado, pelo qual se rearranja, se reordena, se rearticula o Direito vigente. Após uma codificação, codificação que opera uma revogação de todo o direito anterior, a tendência, entre os jurista, é a de considerar êsse corpo de Direito como isento de lacunas. Essa tendência manifesta-se de modo muito nítido pela proibição da interpretação doutrinára e judiciária. Desde *Justiniano*, essa proibição foi unir-se a tôda codificação. Não lhes preciso citar a Constituição Imperial, na qual o Imperador repele a interpretação doutrinária e a interpretação judiciária. Mas o que acontece com a compilação de *Just.*, acontece também com compilações modernas. *Frederico II*, a quem se deve o Landrecht prussiano de 1794, proibiu também a interpretação judiciária e doutrinára, remetendo todos os casos duvidosos que o novo Cód. pudesse encerrar ou suscitar a uma Comissão Lelegislativa. Limitação à interpretação

doutr. e judic., fê-la também *José II*, quando da promulgação do Cód. Civ. Austríaco em 1811. E quanto ao Cod. Civ. francês, a respeito do qual a já invocada opinião de *Portalis* é suficiente, para caracterizar a aspiração à plenitude e à perfeição de que vinha êle revestido, quanto ao Cód. de Nap. basta citar a lei de 1807 que defende e os casos duvidosos — no caso de tríplice conflito entre a Cassação e os Tribunais de última instância, — ao exame e decisão obrigatória do Conselho de Estado. A lei de 1807, como sabeis, somente foi revogada em 1828.

Este absolutismo do Poder Legislativo confunde-se, por exemplo, quanto ao imperador romano, como o despotismo do Estado. O Imperador, como se diz numa Novela do Corpo Autêntico, é lei viva e animada sobre a terra. Nos regimes democráticos, ou aspirando à democracia, essa tendência identifica-se com o que nós poderíamos chamar o despotismo do Poder Legislativo. Despotismo que, de certo modo, assenta sobre uma falsa idéia de liberdade. Só o Legislativo pode fazer a lei, porque só a vontade popular pode ditar regras obrigatórias para os cidadãos. Supõe-se que, no Poder Legislativo, se concentre a vontade de todos, e, que obrigando-se pela lei, cada um se obriga, em certa medida, pela sua própria vontade.

Vestígio dessa concepção, nós a temos, ainda, no texto constitucional vigente, quando enuncia o princípio segundo o qual ninguém é obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. A exigência, porém, de uma lei, para legitimar, em cada caso, a posição do Estado em face do indivíduo, envolve, necessariamente, a negação de uma das idéias mais caras ao pensamento democrático: a idéia do Estado de Direito. *Georg Mayer*, no séc. 19, observou que, se para cada ato do Estado em face do indivíduo, fôsse necessária uma lei, teríamos tantas leis, tantas “*leges speciales*”, quantas somente o despotismo régio poderia imaginar. Era necessário dispormos, novamente, de um monarca, “lei viva e animada sobre a terra”, um monarca cujos atos todos fizessem lei, para poder realizar-se um sistema assim concebido. À essência do Estado de Direito pertence a idéia de generalidade da lei, que corresponde à idéia de igualdade perante a lei. A lei deve ser geral para que se aplique igualmente a todos. Uma lei para cada caso, uma lei para cada hipótese, uma lei para cada pessoa, seria a negação mesma, a negação fundamental de toda a concepção do Estado de Direito.

Os princípios políticos, entretanto, têm uma força que os impõe à ordem jurídica de uma maneira quase irresistível. Contra o princípio do absolutismo legislativo, da concentração dêsse poder sumo do Estado, que o de legislar, somente num órgão determinado, a reação jurídica é fraca e, sobretudo, uma reação meramente de contorno.

Contra a hipótese de não existirem lacunas no Dir. Positivo, colocada nos termos em que a colocamos, restrita ao direito legislado, a reação se esboça através da Escola, assim chamada, da *Plenitude Lógica do Direito*. Já agora não se diz que não haja lacunas no direito legislado; diz-se que não há lacunas no sistema jurídico. Não só na lei, como no costume, enquanto este pode completá-la e integrá-la. Já não é só a lei o único modo de edição do Direito. A par dela, já se considera a possibilidade de o costume inserir-se na ordem jurídica.

Essa inserção do costume no sistema jurídico, de modo a libertá-lo da tirania da legislação escrita, não se faz pelo esforço dos juristas, mas graças a um fator político. Todos sabem que o prestígio do costume, na economia do Direito, se deve, principalmente, ao esforço da Escola Histórica; e, por assim dizer, a sua propaganda, a sua difusão, à polêmica entre *Thibaud* e *Savigny*, acêrca de um Cod. Civ. comum para a Alemanha, no comêço do séc. XIX opúsculo de *Savigny*, "*Da Vocação do nosso tempo para a legislação e a ciência do Direito.*" com que êle responde a *Thibaud* e impugna a idéia de se elaborar um Cód. Civ. geral para a Alemanha, o opúsculo de *Savigny*, que *Von Ihering*, na sua "*Jurisprudência em gracejo e a sério*" classificou como uma obra de gênio e de loucura, obra da mocidade, o opúsculo de *Savigny* é um pufleto político, mais do que uma exposição jurídica. Êle corresponde, no campo jurídico, ao que representam, no campo jurídico, os "*Discursos à Nação Alemã*", de *Fichte*. O que *Savigny* pretende é preservar, contra a invasão francesa, já não mais através das tropas de Napoleão mas através das leis, a autenticidade e a unidade das instituições alemãs. Êle não quer uma unidade alemã, no campo do Direito, que nasça com um novo Código, com um Cód. que se modelará sôbre o Cód de Nap. muito mais que sôbre o Landrecht prussiano de 1794. Êle quer que essa unidade alemã se afirme através dos costumes, daqueles costumes longamente radicados na consciência popular através dos quais a cultura urídica germânica veio a estabelecer-se, a consolidar-se, a durar. O pensamento dominante na reação historicista não é, portanto, um pensamento jurídico: é um pensamento político. E, graças a êsse pensamento político, o âmbito do nosso problema se dilata; os lindes da nossa questão se ampliam. Já não se trata mais de dizer que o legislador é oniciente, que é onipotente, como ingênuamente ou farisaicamente o fazia *Portalis*; trata-se de dizer que o Direito Positivo, como sistema, como todo orgânico, não tem lacunas. Essa é a posição da chamada Escola da Plenitude Lógica do Direito, a Escola tão cara a todos os pandectologistas alemães.

Como é fácil de ver, a transposição do problema envolve, também, uma reação, mas uma reação que evade o ponto capital da questão. O legislador não é oniciente, o legislador não é onipotente, mas o Di-

reito não tem lacunas. Seja êle lei escrita, seja êle costume, não há que completá-lo. O princípio da suficiência fica mantido; apenas muda o objeto da discussão: não se trata mais de uma lei, trata-se de todo o sistema. Nesse sistema, umas partes completam as outras; uns elementos suprem as deficiências dos outros. Mas ainda escasso é o lugar que se reserva à função criadora da interpretação. Sobretudo, à função criadora da interpretação judiciária ou da jurisprudência. ,

Como é que se comporta o pensador que se situa dentro da Escola da Plenitude Lógica do Direito? Êle não postula a oniciência do legislador. Êle, entretanto, comporta-se, procede *como se* o legislador fôsse oniciente. Por quê? Por que êle sustenta, êle afirma que, por aplicação de métodos lógicos, encontrará na lei solução para tôdas as hipóteses, solução para todos os casos, solução para tôdas emergências, inclusive aquelas imprevisíveis ao tempo em que a lei foi elaborada ou o costume se constituiu. Portanto, dentro da Escola da Plenitude Lógica do Direito, se não se postula a oniciência do legislador, admite-se que o legislador seja havido como oniciente.

Posição ligeiramente diversa, dentro dêsse quadro, é a de *Aloys Brinz*. *Brinz* entende que, dentro do sistema jurídico, não há lacunas que a analogia deva suprir. E *Zitelmann*, que lhe interpretou o pensamento nem sempre claro, sugere que *Brinz* tenha querido dizer o seguinte: onde a lei não dispõe de sorte a assegurar um resultado jurídico determinado, entende-se que ela recusa êsse resultado. Noutras palavras: onde a lei deixa um vazio, proíbe que se encha êsse vazio; onde a lei deixa uma lacuna, vedado está que essa lacuna seja suprida.

Essa posição, que se estabelece dentro da Esc. da Plen. Lóg. do Dir. é interessante para ilustrar a vinculação entre aquêles que postulam a inexistência de lacunas no sistema jurídico e aquêles que postulam a inexistência de lacunas no Direito legislado. Mas envolve um contrassenso, por isso que não se pode supor na lei, cujo fim é regular as relações jurídicas, uma proibição de que tais relações sejam reguladas. Atribuir-se à lei semelhante finalidade seria atribuir-se-lhe uma finalidade contrária à sua essência. Sem embargo, dentre os seguidores de *Kelsen*, *Adolf Merkl*, por exemplo, ainda hoje, reproduz a opinião de *Brinz* sôbre êsse ponto.

A Esc. da Plen. Lóg. do Dir. não poderia também ter deixado de suscitar uma reação. O extremo logicismo com que se aplica a resolver o problema das omissões da Ordem Jurídica, de certo modo, condena todo o trabalho dessa Escola a uma estagnação da Ordem Jurídica. Se o Direito é apenas aquilo que é, aquilo que existe, ou aquilo que existe, ou aquilo que a lógica pode daí tirar, nenhum progresso pode se esperar a não ser pela reforma das leis ou pela modificação dos

costumes. A capacidade de adaptação da Ordem Jurídica fica reduzida a um mínimo, e os choques que a essa ordem Jurídica virão a causar a mudança das circunstâncias, a variação das condições sociais, são de abalá-la por completo.

À Esc. da Plen. Lóg. do Dir., em si, já uma reação contra a idéia de um Direito Legislado sem lacunas, levanta-se como reação a assim chamada *Escola da Livre Indagação*, ou *Escola do Direito Livre*. São vários os corifeus da Escola do Direito Livre. O mais conhecido, aquê- le que lhe deu, vamos dizer, sentido polêmico, é *Herrmann Kantorovicz*, o autor de "*A Luta pela Ciência do Direito*", publicado em 1906. *Kantorovicz* acha que o juiz deve ser livre no interpretar a lei, e usar dessa liberdade para auscultar a vida social, para investigar o aspecto sociológico das relações jurídicas e decidir de acôrdo com êsses aspectos, ainda que contra a lei. No sentido de aproximar o juiz do povo, de pô-lo mais em contato com as condições sociais vigentes, *Kantorovicz* propõe que os juizes sejam eletivos; e para resserenar os que vêm nessa iniciativa, e em todo o pensamento da Esc. do Dir. Livre, uma verdadeira resolução, êle afirma que a criação judiciária do Direito opera apenas no pretérito, têm em relação ao Poder Legislativo função análoga à da estrêla :ilumina um ponto, ou é um ponto iluminado. Não tem aquê- le clarão, que se projeta prospectivamente para o futuro, do sol alto do meio dia.

Contemporâneamente ao surgimento da Escola do Dir. Livre na Europa, *Edouard Lambert* chama a atenção sôbre a influência do juiz na constituição dos Costumes. Todos conhecem o livro famoso de *Lambert*, *La Fonction du Droit Civil Comparé*. Nesse livro, *Lambert* sustenta que não há costumes que se possa dizer constituído sem a intervenção, sem a chancela do Poder Judiciário. *Marcel Planiol*, que lhe aceita as idéias, observa, conciosamente, que todo o costume, para considerar-se como costume, fonte de Dir. Positivo, há de se racional.

A nossa lei de 1789, 1769, dizia: "todo o costume há de ser racional", quer dizer, conforme à razão. Agora pergunta-se se todo o costume há de ser racional, quem dirá da racionalidade do costume? Quem dirá da conformidade à razão dêsse uso pelo qual o costume se manifesta? A resposta é uma só: o juiz. Quando conhecer do caso, e da norma a aplicar, se essa norma fôr consuetudinária, há de decidir êle primeiro, preliminarmente, se essa norma é racional, se essa norma é razoável. Portanto, se a racionalidade é requisito do costume, e se sômente o juiz a apura e determian, não pode haver costume sem a intervenção do juiz. Surge, dêsse modo, ainda nos países de direito escrito, fora do círculo de influência do sistema anglo-saxão, uma atividade legislativa, ou quase legislativa, "a latere" da do Poder Legislativo: a do Poder Judiciário. Quanto ao costume, ela parece irrecusável. E quanto ao direito escrito, não há porque recusá-la, na me-

dida em que ela se exerce "intra legem" ou "praeter legens:" dentro da lei ou completando a lei.

O reconhecimento da valia e da preeminência da interpretação judiciária, ao mesmo tempo que postula a existência de lacunas no Direito, sugere, traz, em si mesma, o modo de preenchê-las. O juiz preenche a lacuna. O Cód. Civ. Suíço, no seu art. 1.º definiu essa função quase legislativa, essa função criadora do Poder Jud., ao declarar que o juiz, ao decidir, aplicará a norma legal, na falta da norma legal o Direito consuetudinário e, quando êste faltar, a norma que êle estabeleceria se fôsse o legislador. É o princípio que o nosso Cod. de Proc. Civil em seu art. 114 restringiu àqueles casos em que ao juiz é dado decidir por equidade. Não se diz mais, portanto, que só o legislativo edita o Direito. A par do Legislativo, o Jud. pode editar Direito. Pode editar direito apondo a sua chancela ao costume, e pode editar direito suprimindo a lacuna do Direito escrito ao decidir, o juiz, de acôrdo com aquela norma que êle estabeleceria se fôra legislador.

A esta altura poderíamos dizer: há lacunas no Direito Positivo, ainda como sistema jurídico, e o meio de supri-las é a atividade judiciária. Mas não é a atividade judiciária a só maneira de suprir lacunas no sistema jurídico.

Também o administrador se encontra nesta situação, em posição análoga à do poder Judiciário. E para o exame do nosso problema pode dizer-se até que em posição mais favorável do Poder Jud. Porque a administração, o Poder executivo, tem tal ou qual capacidade legislativa em sentido material amplamente, universalmente conhecida; refiro-me ao regulamento: norma jurídica que ao Poder Executivo clássicamente compete editar. O regulamento foi tido, por certo tempo ao menos, como o resultado de uma delegação implícita do Poder Legislativo ao Poder Executivo. Não de uma delegação explícita e formal, mas de uma delegação implícita e virtual. Porque era lei em sentido material, somente era concebível que o Poder editasse, o regulamento, mediante uma suposta, uma implícita delegação do Poder Leg. *Saint Girons*, na sua exposição sobre a Constituição de 1875, da França, diz que o Poder Executivo, ao elaborar o regulamento, não tropeçará com o problema de saber até aonde pode ir. O regulamento há de adscrever-se aos limites da lei. E, nesse caso, se a dúvida fôr insuperada, o Poder Executivo recorrerá às Câmaras. A competência originária caberia, pois, às Câmaras, não ao Poder Exec. próprio. Na verdade, a situação se nos apresenta historicamente de modo posto. O reg. não é, quanto ao Poder Executivo, uma delegação implícita ou virtual recebida do Poder Leg.; antes, representa, no âmbito de faculdades do Poder Exec., um resíduo do Poder absoluto que antigamente competira ao Chefe do Estado. Ao monarca, que era lei viva e animada sobre a terra, competia o poder. Esse poder dividiu-se depois, saindo-se das mãos do Poder Legislativo. Mas ficou-lhe residual-

mente nas mãos o poder regulamentar. Não lhes vou reproduzir a crítica que *Kelsen* fez a *Otto Mayer*, e na qual exprimiu essa idéia. Basta que seja ela assinalada para efeito de nossa exposição.

Tem, portanto, o Poder Executivo, um poder de legislar “a latere” pelo qual se quebra, também, o monopólio do Poder Legislativo quanto à edição oficial do Direito. Mas êsse poder de legislar, que cabe ao Executivo, não se limita ao regulamento. Todos conhecem a definição de *Otto Mayer* a respeito do ato administrativo. *Mayer* diz que o ato administrativo é o ato pelo qual se determina, autoritariamente, o que é de direito para uma pessoa dada num caso dado. Qual é a função do ato administrativo segundo *Mayer*? Dizer o que é de direito num caso dado. Restritamente ao caso, e ditar direito. E essa idéia nítida bem definida, no Dir. Adm. alemão de 1895, aparece já embrionariamente, em formação, na Teoria do Dir. Adm. Francês do mesmo *Mayer*, quando prof. em Strasburgo, em 85. Já naquela ocasião *Mayer* se impressionara com as antigas definições dos juristas franceses: a definição de *Calantous*, para que a administração era o poder de fixar as relações jurídicas entre a administração e os administrados; a definição de *Aubry et Rau*, para quem a administração se circunscrevia ao poder de determinar as relações entre adm. e administrados. Aceita essa conceituação do ato administrativo, há de reconhecer-se que, em cada ato administrativo, há tal ou qual edição de Direito. Não só legisla o Poder Exec. quando edita um regulamento, mas, de certo modo, legisla ao praticar cada ato administrativo, de quantos integram a sua atividade no campo de administração.

Repete-se, quanto ao Poder Executivo, o que dissemos quanto ao Poder Judiciário. o Poder Judiciário legisla ao cancelar a racionalidade do costume, legisla ao suprir, na decisão do caso concreto, a lacuna da lei. O Poder Executivo legisla ao editar o regulamento; legisla ao dizer o que é de direito, em relação a cada pessoa e a cada caso, por meio do ato administrativo. No âmbito dos três poderes do Estado, portanto, tanto o Judiciário como o Legislativo exercem uma função de edição do Direito “a latere” da do Poder Executivo, e exercem-na porque há lacunas, assim no Direito legislado como no sistema jurídico considerado como um todo. Exercem essa função legislativa, ou quase legislativa, para suprir essas lacunas.

Normalmente, se eu me deixasse guiar somente pelo sentimento, sentimento de comiseração que sinto por tôda a assistência, eu terminaria aqui.

Mas o problema ainda exige algumas dilucidações. Não basta que concluamos: há lacunas no Direito Positivo, seja como Dir. legislado, seja como sistema jurídico. É preciso que vamos além.

Nessas duas ordens de atividade, do Poder Jud. e do Poder Exec., que descrevemos, constata-se a lacuna como um fato. E a atividade do juiz e do administrador vem a suprir as conseq. dêsse fato. Há, porém,

lacunas. Deve haver lacunas na ordem Jurídica. Não só o legislador não é oniciente, não só o povo que elabora o costume não é oniciente. Não. Eles não podem legislar sôbre tudo. Eles não podem regular tudo.

À lacuna necessária na Ordem Jurídica correspondê o que se chama a *discrição judiciária* e a *discrição administrativa*; aquela no campo do Poder judiciário, esta, no campo do Poder Executivo. Tem o Juiz, não raro, conferido, pela lei, um poder que se chama poder discricionário. Poder de estabelecer, para aquêle caso, dara aquela situação, a regulação jurídica que êle, juiz, entende adequada e cabível. Tem, à sua vez, a administração, em casos determinados, conferido pela lei o poder de estabelecer regime jurídico específico para situações determinadas. A isso chama-se *discrição judiciária* de um lado, *discrição administrativa* de outro lado. São vazios, são lacunas que a própria ordem jurídica estabelece. Não que ela os deixe, não resultado de inadvertência ou de omissão de legislador. Não; vazios, vácuos, deliberadamente estabelecidos. Por quê? Porque a lei, que procede por via geral, não se adapta perfeitamente a situações particulares determinadas. Na dedução do Direito Positivo, que provém dos sumos princípios do Dir. Natural, nós sabemos que a extrinsecação das normas faz-se, primeiramente, por via de conclusões: são os corolários, decorrências imediatas dos sumos princípios do Direito. Mas outras normas hão de ser estabelecidas não por via de conclusão mas por via de determinação. Por “*modum determinationis*”, como dizem os escolásticos. Por determinação concreta a situações particulares. E, quanto mais nos distanciamos dos princípios gerais, maior é o coeficiente de determinação, maior é o coeficiente, vamos dizer, de *discrição* que se há de deixar à resolução dos casos concretos. A lei, portanto, tanto escrita como consuetudinária, que dispõe por via geral, não raro estabelece que, em determinadas situações e em determinadas hipóteses, o juiz, ou a administração, ambos próximos da situação concreta, êsses determinem a regulação jurídica que ao caso convém. Chama-se isto *discrição judiciária*, *discrição administrativa*. E a lei determina isso, obriga a isso. Não se trata de dizer que o Poder Judiciário, quanto a essas lacunas, pode supri-las. Esta é uma posição superada.

Quanto ao Direito Processual, Von Bülow sustentou que normas tais, pertinentes à *discrição judiciária*, criavam uma situação análoga à das normas dispositivas em Direito Privado. Quer dizer, davam ao juiz uma liberdade negocial, como tem o particular a liberdade de estabelecer as condições da compra e venda que contrata, da locação que ajusta, etc. Daí o famoso Direito Procesual Dispositivo de que Bülow é o pai.

Não se trata disso, não se trata de negócios jurídicos elaborados dentro dos limites de liberdade da lei. Um dos profs. desta Faculda-

de, o prof. João Abreu, foi o primeiro que aqui, entre nós, chamou, quanto à discricção administrativa, a atenção para o fato de que a discricção administrativa não tinha caráter negocial, e sim caráter normativo. Não se trata de criar condições como a um negócio jurídico, mas tratava-se de estabelecer uma norma integrativa do sistema jurídico. Essa é a conclusão, é o sentido profundo do trabalho do Dr. João Abreu sobre a discricção administrativa.

As normas que estabelecem discricção, tanto no campo judiciário como no campo administrativo, não são normas dispositivas; são normas congentes. No campo do Direito Processual, *James Goldschmidt*, no seu *Processo como Posição Jurídica*, caracterizou perfeitamente a natureza de tais normas. E essa lição vale integralmente, sem qualquer restrição ou reserva, para o Direito Administrativo. Todos conhecem a classificação de lacunas que aparece na obra fundamental de *Zittelmann, Lacunas no Direito*. *Zittelmann* divide as lacunas em *lacunas falsas e lacunas autênticas*; aquelas são as que a analogia pode suprir, estas são as que o juiz, ao suprir, terá de proceder de maneira análoga à do legislador.

Essa classificação, ao têrmo de uma exposição, é insuficiente. Trata-se, para nós, de considerar apenas as lacunas autênticamente tais. As lacunas falsas não nos interessam. Mas cabe-nos classificar as lacunas autênticas em 2 grupos: as *lacunas ocasionais*, ou acidentais, e as *lacunas necessárias*, ou essenciais. As lacunas que decorrem da omissão do legislador, ou da imperfeição do uso, e as lacunas que correspondem à idéia de discricção judiciária ou discricção administrativa. É importante essa classificação para dar relêvo à noção e figura da lacuna necessária.

Para aplicar à lacuna necessária uma imagem que *Vittorio Polacco* emprega com relação à equidade, pode dizer-se que a lacuna necessária é como o pulmão, pelo qual a ordem judiciária recebe o oxigênio do exterior através do que se deixa penetrar pelas condições sociais, pela atmosfera do mundo circundante. Ela é o que o pulmão é para o homem: um órgão de comunicação com a vida. E, lacunoso embora, lacunoso por essência, lacunoso por necessidade, o Direito Positivo, nem por isso, perde um traço sequer da sua dignidade, da sua grandeza.

No início da I.^a parte da Suma, *Sto. Tomás de Aquino* diz que a Lei Eterna deve ser apropriada ao Verbo, porque ela é promulgada verbalmente, e as operações do Intelecto divino são apropriadas ao Verbo. Nós podemos dizer que, também ao Cristo, enquanto homem, a lacunosa lei Positiva, a humaníssima Lei Positiva pode ser referida.

E, humana como é, prêsa à contingência humana, como se encontra, devemos reconhecer que ela, como o homem, há de ser conduzido e elevada pela graça da Redenção àquela glorificação suprema a que

São Paulo se refere, àquela glorificação dos Filhos de Deus que a Criação tôda frementemente espera. De certo modo, outro Apóstolo, *São Pedro*, nos antecipa essa sobrenaturalização do próprio Direito Positivo, equanto expressão do homem, do homem mortal, do homem, pela matéria, caduco, quando êle nos anuncia, numa antevisão escatológica, novos céus, nova terra, onde habita a Justiça. Tenho concluído.

BIBLIOGRAFIA

Morison-Commager — História dos Estados Unidos da América. Tomo I — Tradução de Agenor Soares de Moura — Edições Melhoramentos — São Paulo — sem data — 544 páginas.

As Edições Melhoramentos lançam ao mercado livreiro nacional a tradução da 4.^a Edição Americana da História dos Estados Unidos da América, de Samuel Eliot Morison e Henry Steele Commager. O tradutor Agenor Soares de Moura realizou um trabalho delicado vertendo em boa língua vernácula a História Americana.

Como sempre as Edições Melhoramentos se apresentam 100% na técnica, na distribuição e em todo o material tipográfico e de gravuras.

O autor focaliza a História da América do Norte desde as eras pré-colombianas até o ano de 1848, época do Far West.

O trabalho é extenso e copiosamente documentado. Os 28 capítulos que compõem a obra procuram esgotar o assunto dos quase quatro séculos de História.

O livro de Morison-Commager é considerado desde a sua 1.^a edição, 1930, o melhor livro de pequena História Americana.

A História apresentada por estes autores é um estudo sério e parece querer conservar-se sempre dentro das linhas do justo e do honesto.

Em geral traz os fatos à consideração do leitor não se importando com a interpretação e crítica.

O melhor capítulo é a nosso ver o XVIII em que se vêem com clareza as bases da Democracia Jeffersoniana, fundamento do poderio ianque.

Os autores cumprem o que anunciam no prefácio à 4.^a edição americana: "Escrevemos para jovens de qualquer idade, para os quais não é necessário nem conveniente economizar a verdade. Cremos que a história abrange o conjunto de atividades de um povo: econômicas e sociais, literárias e espirituais, bem como políticas e militares. Esforçamo-nos portanto por salientar de tal modo estes diferentes aspectos que o nosso livro seja uma história do crescimento e das mudanças da civilização no processo de expansão dos Estados Unidos".

Irmão Elvo Clemente

WERNER KELLER — E a Bíblia Tinha Razão...

Tradução do alemão feita por João Távora, Edições Melhoramentos — São Paulo — 1958 — 368 páginas, 140 ilustrações, e 3 mapas.

O livro que vem conquistando os amigos da boa leitura em todo o mundo é sem dúvida a obra de Werner Keller. Não é um livro de exegese bíblica, como se pode pensar à primeira vista. É em livro despretensioso de um repórter que visitou e estudou os lugares por onde andaram os personagens da História Sagrada. Werner andou pelos caminhos que tantos andaram, mais do que outros soube ver e esquadrinhar os tetouros de história e de verdade que há debaixo da poeira dos tempos. Soube ler as páginas da Bíblia guardadas nas arcas do passado, e nos refolhos dos monumentos, nos sulcos das montanhas e no limo das escavações.

A aproximação que Werner faz das suas observações arqueológicas com as páginas da Bíblia têm um valor importante para os historiadores, embora não sejam definitivas para uma alma de fé. Alegra-nos sobretudo, a extraordinária coincidência.

A consciência moderna reclama leituras que a ponham em contato com a verdade, com algo de transcendente, com que partindo do ambiente visível nos leve ao invisível e eterno.

O livro teve uma divulgação assombrosa, na Alemanha, rapidamente foram vendidos 250.000 exemplares, na Inglaterra, 65.000; na Itália, na França, na Espanha, na Holanda, na Dinamarca, na Finlândia, na África do Sul fizeram-se edições sucessivas.

As páginas de Werner Keller são de um sabor agradável e atraente; leitura obrigatória para alunos e professores de colégios e de Universidades. Keller é um exemplo sério e digno de ser imitado pelos repórteres de todos os países. Reportagens sérias que têm o encanto da notícia inédita, cheia de surpresas, e o documentário do fato histórico. Keller realizou pôr num trabalho moderno e altamente original verdades que são do domínio da consciência humana desde milênios.

Irmão Elvo Clemente

O adolescente dos 10 aos 16 anos — Arnold Gesell e outros. — Livraria Paidós — Buenos Aires — 1958

1 — Continuando uma obra iniciada há quase duas décadas o Prog. Arnold Gesell, da Yale Clinic of Child Development, com a colaboração de outros professores, acaba de lançar "o adolescente dos 10 aos 15 anos", trabalho traduzido para o castelhano pela editôra Paidós de Buenos Aires.

As três obras da série: A criança de 1 a 5 anos, A criança de 5 a 10 anos e, a obra ultimamente editada constituem uma interessante contribuição aos estudos da psicologia evolutiva formando no seu conjunto uma obra unitária, embora publicados os tomos em épocas subseqüentes.

Gesell, no planejamento e execução de sua obra distancia-se um pouco dos clássicos que estudaram a adolescência. Assim, De Stanley Hall a Mendousse, de Spranger a Charlotte Buhler, o "diário íntimo" foi considerado fonte incomparável de observações, análises e estudos na vida da adolescência. No entanto, Gesell, escreve em 1956: "O diário desempenha papel insignificante dos 10 aos 16 anos. Se é mantido, limita-se a registrar notas cronológicas sôbre citações e fatos". Este registro revela ao vivo uma das características dos tempos que correm: o dinamismo de tudo, dinamismo que leva ao exagêro de não se encontrar tempo para sentar, recordar, pensar e escrever, isto é, não se encontra mais tempo para anotar em forma de diário íntimo as impressões e reflexões de cada dia.

2. — Ao lado desta observação, em bastante desacôrdo com as experiências de outros pesquisadores — Gesell — limita seus estudos sôbre a adolescência à idade de 16 anos, não querendo isto significar que considera essa idade como limite. De fato, na página 24, diz êle: "A conduta adolescente faz sua aparição, com os primeiros indícios, em tôrno dos 11 anos e se prolonga até os bem entrados 20 anos".

De modo que a limitação dos estudos aos 16 anos não significa que êle aí fixou o término da adolescência, mas apenas, o término do ciclo de observações, por êle considerado como etapa significativa da adolescência.

A nota mais característica dêste estudo, é sem dúvida, a constatação da continuidade e da gradatividade dos fenômenos da infância e da adolescência, bem como a interdependência com o meio em que se desenvolve. É o entretrechoque entre as tendências de um indivíduo que se desenvolve em forma unitária e as mil cambiantes que a sociedade de hoje lhe oferece através de

novos planos de vida, de trabalho, de civilização e de cultura.

Os condicionamentos ambientes são estudados com carinho por Gesell. Por isso afirma êle, à página 17: "Temos estudado o curso do desenvolvimento de um grupo de adolescentes normais dentro do marco concreto de sua família, escola e comunidade urbana".

Para êle o desenvolvimento é um processo integrativo. Ajuda a resolver os dualismos organismo-meio, hereditariedade-hábito, estrutura-função, espírito-corpo.

Permite apreender o jovem em seus rasgos e potenciais evolutivos individuais, conduzindo-nos a um mais adequado reconhecimento da influência dos fatores constitucionais sôbre a marcha evolutiva.

3. — O método de trabalho adotado por Gesell foi o de observação e sobretudo o de informações colhidas diretamente dos lábios dos indivíduos estudados. Se êste método é suficiente para dispensar os depoimentos particulares que os demais autores tanto valorizaram é difícil de afirmar. O certo é que foi assim que procederam Gesell e seus colaboradores.

O escopo principal da última obra foi o de estudar o crescimento ou o desenvolvimento do espírito e da personalidade.

Para atingir êste objetivo procurou fixar numerosas áreas de conduta, dentro dos grandes setores do desenvolvimento infantil e realizar nelas suas observações metódicas e sistemáticas.

Assim, interessou-se pelas características motoras, pela higiene pessoal, pela expressão emocional, pelo eu, pelo sexo, pelas relações interpessoais, pelos jogos e passatempos pelo sentido ético, pela visão filosófica da vida, etc. E, através de outros tantos planos de estudo e análise, procurou verificar as leis de crescimento da adolescência.

4. — Seguindo êste modo de proceder, auxiliado com os recursos que as modernas técnicas psicológicas oferecem, conseguiu Gesell interessar o leitor para a interpretação das manifestações da adolescência em função da psicologia do crescimento.

Três pontos de vista principais foram visados os quais representam as grandes divisões da obra: Perfis de maturidade, rasgos de maturidade e tendências da maturidade.

"Cada ano que passa, afirma Gesell, à página 34, exerce uma profunda influência sôbre as direções e as dimensões do desenvolvimento do jovem dos 10 aos 16 anos. Cada ano deixa um marco significativo nos rasgos e tendências da conduta, pois a mente e a personalidade se desenvolvem de conformidade com leis e ciclos profundamente arraigados no indivíduo. Assim mesmo, toda criança se desenvolve de uma maneira peculiar à sua individualidade".

Não poderia ser outra a conclusão do mestre de Yale.

De fato, apesar da analogia de atitudes e da semelhança de procedimentos entre os adolescentes, há uma variabilidade sem conta de situações reais distintas que mostram a um tempo a riqueza sem fim da individualidade humana e a grande dificuldade de esmiuçar normas gerais de ação.

5. — Por estas razões tôdas pode-se facilmente antever boa aceitação para esta nova obra de Gesell. Êle não esgota um assunto que por sua natureza é inesgotável; contudo, traz uma contribuição rica, selecionada e abundante.

Os estudiosos encontrarão um pouco de luz "nessa encruzilhada da adolescência" como a denomina Tristão de Ataíde em "Idade, Sexo e Tempo". Um pouco de luz e de segurança para compreender esta importante fase da vida e lhe esquadriñar a personalidade em formação.

Dai ser a obra indicada para pais, professôres, e educadores em geral e por quantos têm alguma responsabilidade na esfera educacional.

<i>FILOSOFIA</i>	
SÉRGIO CAMARGO COIMBRA — Baruch Spinoza	139
<i>PSICOLOGIA</i>	
HILDEGARD HILTMANN — Le test de pyramides des couleurs et les résultats cliniques obtenus	23
<i>PEDAGOGIA</i>	
DOM VICENTE SCHERER — Discurso sôbre liberdade de ensino	3
<i>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO</i>	
Hno. DARIO AGOSTINO — Un gran educador de nuestros tiempos — Agostino Gemelli	301
<i>ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL</i>	
RUTH CABRAL — Monografia da Profissão de Técnico em Educação	97
IRMÃO JOSÉ OTÃO — Visão Panorâmica da Orientação Educacional	65
SUELLY AVELINE — Orientação Profissional — A Engenharia	205
<i>LETRAS</i>	
P. CARLOS B. EBNER — Um perfil intelectual de nossa época	18
Hno. IGNACIO JOSÉ — El idioma español	38
IRMÃO DIONÍSIO LUCAS — El idealismo y el realismo en la literatura y en la vida de los pueblos hispánicos	168
<i>LINGÜÍSTICA</i>	
HEINRICH BUNSE — Notas Lingüístico-etnográficas sôbre a pesca em algumas praias do Brasil-Sul	145
DANTE DE LAYTANO — Vocabulários Brasileiros	305
<i>ESTILÍSTICA</i>	
IRMÃO ARNULFO — A Arte Camiliana	184
IRMÃO ARNULFO — A Arte velada de Machado de Assis	264
<i>LITERATURA</i>	
IRMÃO ELVO CLEMENTE — Lôbo da Costa Satírico	53
<i>GEOGRAFIA</i>	
IRMÃO JUVÊNCIO — Fixação de dunas	94
<i>HISTÓRIA</i>	
AMADEU FAGUNDES DE OLIVEIRA FREITAS — A figura sociológica de Osório e a Guerra do Paraguai	178
Hno. JOSÉ IGNACIO — Corolários del Descubrimiento de América	226
P. CARLOS B. EBNER — Contribuição para a História da Fortaleza do Paru	258
ASTROGILDO FERNANDES — Aspectos da personalidade do Duque de Caxias	295
<i>DIREITO</i>	
RUY CIRNE LIMA — Lacunas no Direito Positivo	328

<i>SOCIOLOGIA</i>	
IRMÃO FLÁVIO KEHL — Sociologia Religiosa	128
A. SIERRA, S.J. — Emaús — La obra social de los cantegriles ..	286
<i>SERVIÇO SOCIAL</i>	
LÚCIA GAVELLO CASTILLO — Escolas de Serviço Social e Universidades	116
<i>ARTE</i>	
OLYNTHO SANMARTIN — Arte Moderna	9
ANGELO GUIDO — El Greco	103
<i>POLÍTICA</i>	
AMIR BORGES FORTES — O Líder Nacional	245
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	
Ricciotti (Giuseppe) Pablo Apóstol	
— Irmão Elvo Clemente	94
Kriekemans (A.) Préparation au mariage et à la famille	
— Irmão Elvo Clemente	94
Espiritualidade dos Pequenos Irmãos de Maria	
— Irmão Anísio	
— Irmão Roque Maria	195
Blaise (Albert) Dictionnaire Latin-Français des auteurs chrétiens	
— Elpídio Paes	196
Hilaire de Poitiers — Traité des Mystères	
— Elpídio Paes	197
Gesell (Arnold) — O adolescente dos 10 aos 16 anos	
— Irmão José Otão	340
Morison — Commager — História dos Estados Unidos da América	
— Irmão Elvo Clemente	339
Werner Keller — e a Bíblia tinha Razão	
— Irmão Elvo Clemente	339

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL**

Pôrto Alegre

ENTIDADE MANTENEDORA

União Sul Brasileira de Educação e Ensino (U.S.B.E.E.)
Irmãos Maristas

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Chanceler

Dom Alfredo Vicente Scherer, Arcebispo de Pôrto Alegre

Reitor

Prof. Irmão José Otão

Vice-Reitor

Prof. Manoel Coelho Parreira

Secretário Geral

Irmão Elvo Clemente

Conselho Universitário

Prof. Irmão José Otão
Prof. Manoel Coelho Parreira
Prof. Francisco da Silva Juruena
Mons. Alberto Etges
Prof. Antônio César Alves
Prof. Ivo Wolff
Prof. Irmão Faustino João
Prof. Balthazar Gama Barbosa
Prof. Wilson Tupinambá da Costa
Prof.^a Lúcia Gavello Castillo
Acadêmico Milton Roa

Conselho Superior

Prof. Irmão José Otão — Reitor
Prof. Irmão Faustino João — Representante da U.S.B.E.E.
Prof. Irmão Leôncio José — Representante da U.S.B.E.E.
Prof. Irmão Liberato — Representante da U.S.B.E.E.
Mons. Alberto Etges — Representante do Chanceler.

DIRETORES DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS EM 1958

- 1 — *Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas*: Prof. Dr. Francisco da Silva Juruena.
- 2 — *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*: Prof. Ivo Wolff.
- 3 — *Escola de Serviço Social*: Prof.^a Lúcia Gavello Castillo.
- 4 — *Faculdade de Direito*: Prof. Dr. Balthazar Gama Barbosa.
- 5 — *Faculdade de Odontologia*: Prof. Wilson Tupinambá da Costa.
- 6 — *Instituto de Psicologia*: Prof. Irmão Hugo Danilo.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre**

Equiparada pelo Decreto n.º 25.794 de 9 de novembro de 1948

FUNDADA E MANTIDA PELOS IRMÃOS MARISTAS

A Pontifícia Universidade Católica do R.G.S. compreende:

I — INSTITUTOS UNIVERSITÁRIOS

- 1 — Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas —
— Fundada em 1931
- 2 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras —
Fundada em 1940
- 3 — Escola de Serviço Social — Fundada em 1945
- 4 — Faculdade de Direito — Fundada em 1946
- 5 — Faculdade de Odontologia — Fundada em 1953

II — INSTITUTOS COMPLEMENTARES

- 1 — Instituto de Psicologia — Fundado em 1953
- 2 — Centro de Pesquisas Econômicas — Fundado
em 1954
- 3 — Curso de Orientação Educacional — Fundado em
1958

17416YA
10-30-03 32180

84
XL



